



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

WEVERTON VELASCO DAVID

**ESTEREÓTIPOS E VIOLÊNCIA EM NOTÍCIAS SOBRE A COMUNIDADE
LGBTQIA+: UM ESTUDO SOBRE O CAMPO GRANDE NEWS**

Campo Grande -MS

JULHO/2022



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**ESTEREÓTIPOS E VIOLÊNCIA EM NOTÍCIAS SOBRE A COMUNIDADE
LGBTQIA+: UM ESTUDO SOBRE O CAMPO GRANDE NEWS**

WEVERTON VELASCO DAVID

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.
Orientador(a): Prof. Dr(a). Tais Marina Tellaroli Fenelon.

WEVERTON VELASCO DAVID

**ESTEREÓTIPOS E VIOLÊNCIA EM NOTÍCIAS SOBRE A COMUNIDADE
LGBTQIA+: um estudo sobre o Campo Grande News**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Campo Grande - MS, julho de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tais Marina Tellaroli Fenelon
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Mario Luiz Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Eveline dos Santos Teixeira Baptistella
Universidade do Estado de Mato Grosso



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO**

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às treze horas e trinta minutos, na por webconferência pela ferramenta Google Meet, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniuse a Banca Examinadora composta pelos membros: Tais Marina Tellaroli Fenelon (UFMS), Eveline dos Santos Teixeira Baptistella (UNEMAT) e Mario Luiz Fernandes (UFMS), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho do aluno: **WEVERTON VELASCO DAVID**, CPF [05465822147](#), Área de concentração em Mídia e Representação Social, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**ESTEREÓTIPOS E VIOLÊNCIA EM NOTÍCIAS SOBRE A COMUNIDADE LGBTQIA+: UM ESTUDO SOBRE O CAMPO GRANDE NEWS**" e orientação de Tais Marina Tellaroli Fenelon. A presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, a presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR	ASSINATURA	AValiação
Dra. Tais Marina Tellaroli Fenelon (Interno)		
Dra. Eveline dos Santos Teixeira Baptistella (Externo)		
Dr. Mario Luiz Fernandes (Interno)		
Dra. Daniela Cristiane Ota (Interno) (Suplente)		

RESULTADO FINAL:

() Aprovação (x) Aprovação com revisão () Reprovação

OBSERVAÇÕES:

A banca recomenda a correção sistemática dos apontamentos feitos na parte metodológica e nas considerações finais. É necessário reescrever as considerações finais com atenção aos objetivos propostos no trabalho. Retirar frases e afirmações que não estão fundamentadas no trabalho. Revisão gramatical também será necessária.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

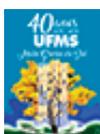
Assinaturas:

Presidente da Banca Examinadora

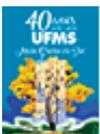
Aluno



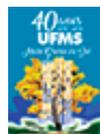
Documento assinado eletronicamente por **Tais Marina Tellaroli Fenelon, Professora do Magistério Superior**, em 28/07/2022, às 15:22, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Fernandes, Professor do Magisterio Superior**, em 28/07/2022, às 15:23, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline dos Santos Teixeira Baptistella, Usuário Externo**, em 28/07/2022, às 15:24, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weverton Velasco David, Usuário Externo**, em 28/07/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3438897** e o código CRC **7980FE0B**.

COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária Fone: [\(67\)3345-7437](tel:(67)3345-7437)
CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu tio Carlone Velasco, que em vida sempre me dizia: esse é só mais um degrau que você vai subir.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Cleuzirene Garcia Velasco que ao lado das minhas irmãs Cleu Velasco e Larissa Velasco foram minha base, suporte e apoio, me motivando a continuar todos os dias. Ao meu companheiro de vida Kaique Valeiro que soube lidar com todas minhas crises durante esse percurso, com muito amor, atenção e compreensão, amo vocês.

À minha orientadora e professora Tais Marina Tellaroli Fenelon, por ter tido a sensibilidade de oportunizar essa pesquisa, me dando vez e voz diante de um tema tão sério para a sociedade. Obrigado pela sua paciência, sem o seu empenho nada disso seria possível, irei levar nossas reflexões por toda a vida.

Aos professores Mário Luiz e Marcos Paulo, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação. Agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), pelos ensinamentos. Agradeço aos amigos que fiz neste percurso, Michelle, Fládima, Bianka e Jéssica, sem vocês eu não teria sido tão feliz, levarei sempre comigo a saudade de vocês.

Aos amigos que a capital me apresentou Gleciene, Renato e Eloisa vocês foram extraordinários comigo, meu sentimento por vocês é de gratidão eterna, vocês torceram por mim, me deram suporte e sempre me incentivaram.

Às minhas amigadas de longa data, Renata e Vaninha, que me receberam de braços e portas abertas durante todo o processo seletivo, me aparando, ensinando como viver na capital, vocês me deram todo suporte e carinho que eu precisava, obrigado por tudo e por tanto, serei eternamente grato.

À Lirana Brito e Gustavo Carrijo, que há anos me acompanham e conhece meus anseios, vocês fizeram parte da minha vida acadêmica desde o início, espero que todas as pessoas tenham a oportunidade de conhecer amigadas como a nossa da forma mais genuína.

À Deus pela oportunidade de concluir um sonho.

Essa conquista é de todos nós.

EPIGRAFE

Esperar o amor, mas andar com medo/ Eu mereço muito, muito mais/ Espero ter sorte, não morrer tão cedo/ Eu sei que mereço andar em paz/ Andar em paz, eu mereço/ Mereço sorrir/ Mereço cantar/ Andar em paz, eu mereço/ Mereço viver/ Mereço amar/ Mereço que parem de me matar.

(URIAS, 2019 – CANÇÃO: ANDAR EM PAZ).

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma investigação que tem por objetivo identificar se há presença de estereótipos e violências contra a comunidade LGBTQIA+ em matérias publicadas pelo portal de notícias Campo Grande News (Campo Grande - MS). A pesquisa analisa o conteúdo jornalístico em âmbito geral, seja no texto do repórter quanto nas falas dos entrevistados. O trabalho aborda o contexto das representações sociais e identidade LGBTQIA+, estereótipos, contexto de violência na mídia, homofobia e o jornalismo on-line. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e a análise de dados foi feita de forma quantitativa e qualitativa. Foram encontradas 49 reportagens, destas, 07 foram selecionadas para a análise, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, totalizando 12 meses. Esse processo nasceu de uma leitura flutuante de matérias sobre a violência contra a comunidade LGBTQIA+ em portais de notícias brasileiros e com base nos resultados já obtidos em um trabalho de conclusão de curso. Foi possível identificar através do corpo teórico e material levantado a carência de dados estatísticos por parte do Estado voltados às violações dos direitos da comunidade LGBTQIA+, assim como as violências sofridas por ela. Foi por meio da análise de conteúdo que se tornou possível evidenciar com clareza a realidade da grande maioria dos entrevistados nas matérias. A pesquisa ainda revelou que o tema ainda apresenta uma visão deturpada da sociedade quanto à comunidade LGBTQIA+.

Palavras-chave: Comunidade LGBTQIA+; Homofobia; Campo Grande News; Violência.

ABSTRACT

This paper deals with an investigation that aims to identify if there is the presence of stereotypes and violence against the LGBTQIA+ community in articles published by the portal Campo Grande News (Campo Grande - MS). The research analyzes journalistic content in general, either in the reporter's text or in the interviewees' statements. The paper addresses the context of social representations and LGBTQIA+ identity, stereotypes, context of violence in the media, homophobia and online journalism. The methodology used was Content Analysis (BARDIN, 1977) and data analysis was done quantitatively and qualitatively. Forty-nine reports were found, of which 07 were selected for the analysis, from January 1 to December 31, 2019, totaling 12 months. This process was born from a floating reading about violence against the LGBTQIA+ community in Brazilian news portals and based on the results already obtained in a course conclusion paper. It was possible to identify through the theoretical and material body the lack of statistical data by the State aimed at violations of rights of LGBTQIA+ community, as well as the violence suffered by it. It was through content analysis that it became possible to clearly highlight the reality of most respondents in the subjects. The research also revealed that the theme still presents a misrepresented view of society regarding the LGBTQIA+ community.

Keywords: Community LGBTQIA+, Homophobia, Campo Grande News, Violence.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Frequência de matérias do portal de notícias “Campo Grande News”, por mês e editoria 2019.....	70
Tabela 2. Campo Grande News 2019.....	73
Tabela 3. Termos preconceituosos encontrados nas reportagens.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição das notícias do portal Campo Grande News no ano 2019.....	71
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Classificação por editorias das matérias do CGNews 2019.....	72
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mandy Candy - YouTuber e Streamer cujo canal fala sobre roupas, maquiagens, jogos e o fato de ser uma mulher trans.....	29
Figura 2. Rogéria - atriz, cantora e travesti. Faleceu em 2017, aos 74 anos.....	29
Figura 3. Sam Smith - Cantor POP que se identifica com o gênero não-binário.....	30
Figura 4. Samira Close – Streamer, Cantora e Dragqueen	31
Figura 5. Spikey Van Dykey - Performista e Drag king.....	32
Figura 6. Tilda Swinton atriz britânica que se identifica como Queer.....	32
Figura 7. Diferença entre sexo, orientação sexual e identidade e expressão de gênero.....	33
Figura 8. Quem sabe que você é LGBTQIA+?.....	39
Figura 9. Durante o Ensino Médio, você escondeu ser ou disfarçou não ser LGBTQIA+?.....	39
Figura 10: Mapa-múndi com panorama da homofobia e dos direitos à comunidade LGBTQIA+.....	47
Figura 11. Mapa das mortes violentas de LGBTQIA+ por Estado, Brasil – 2019.....	54
Figura 12. Faixa Etária dos LGBT+ vítimas de suicídio, Brasil, 2019.....	55
Figura 13. Utilização da internet por domicílio - IBGE.....	60
ANEXO II. <u>Matérias</u> clipadas com declarações homofóbicas por parte de pessoas públicas.....	106
Figura 14. Matéria publicada no Estadão, após polêmica do ator Caio Castro.....	106
Figura 15. Matéria publicada na Revista Veja, após fala polêmica de Mara Maravilha.....	106
Figura 16. Jornal Gazeta Web - Edição de 19 de março de 2019.....	106
Figura 17. Revista Híbrida – Edição de 19 de março de 2019.....	107
Figura 18. Jornal Estadão – Edição de 29 de outubro de 2020.....	107
Figura 19. Jornal Extra – Edição de 29 de outubro de 2020.....	107
ANEXO III. Matérias selecionadas e analisadas.....	108
Figura 20. Após ofender juristas de MS e gays, membro da igreja é denunciado no RJ.....	108
Figura 21. Políticas públicas referentes ao HIV e Aids: onde estamos e para onde iremos?.....	109
Figura 22. Presas, travestis dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar.....	111
Figura 23. Duro não é ser mãe, mais difícil ainda é ser mãe de “preto ou gay”	114
Figura 24. Para fim de polêmica em doação de sangue, lei derruba artigo que barra gays.....	116
Figura 25. Na busca por liberdade como mulher trans, Márcia viu todas as amigas morrerem.....	118
Figura 26. Melhor drag de MS, Eder era “sensacional como pessoa e artista”, dizem amigos.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais;

ARPA – Advancet Research Projects Agency;

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros;

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes;

GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global);

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IoT – Internet of Things;

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e o +
é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero;

STF – Supremo Tribunal Federal;

OMS – Organização Mundial da Saúde;

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação;

TGEU – Transgender Europe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 CULTURA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL	22
2.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE LGBTQIA+	24
2.2 ESTEREÓTIPOS NA COMUNIDADE LGBTQIA+.....	33
2.3 O CONTEXTO DE VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE	41
2.4 A VIOLÊNCIA NA MÍDIA	44
2.5 A HOMOFOBIA EM PAUTA.....	47
3 JORNALISMO ON-LINE: BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS...57	
3.1 SOBRE O JORNALISMO ON-LINE.....	57
3.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NO JORNALISMO ON-LINE.....	62
4 ANÁLISE DE CONTEÚDO	65
4.1 TIPO DE ESTUDO.....	65
4.2 O CAMPO GRANDE NEWS	68
4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	69
4.4 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	69
4.5 PROCEDIMENTO DA COLETA	69
4.6 ANÁLISE QUANTITATIVA	70
4.7 ANÁLISE QUALITATIVA	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
ANEXO I.....	99
SELEÇÃO DE NOTÍCIAS FEITAS NA PESQUISA “CAUSA MORTIS: HOMOFOBIA – VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL” PRODUZIDA POR LUIZ MOTT E MARCELO CERQUEIRA, NO ANO 2000.....	99
ANEXO II.....	105
MATÉRIAS CLIPADAS COM DECLARAÇÕES HOMOFÓBICAS POR PARTE DE PESSOAS PUBLICAS	105
ANEXO III	107
MATÉRIAS SELECIONADAS E ANALISADAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

A linguagem, as crenças religiosas e morais, assim como as artes e filosofias de vida compõem a cultura de uma determinada população. Todas as práticas sociais são formas de se expressar gerando significados, permitindo diversas interpretações de ações causadas por pessoas que fazem parte de um grupo social. Para Hall (1997), a cultura segue as tendências e as direções estabelecidas pela sociedade, dessa forma, cabe a população “atualizar-se”, visto que, o que não existia ou não era bem-visto no passado pode ser o oposto no presente momento.

Cada grupo presente em uma determinada sociedade possui um estilo de vida diferente, com ideais, vivências e costumes que se diferem dos demais. Assim, a representação social é responsável por promover a comunicação entre grupos sociais, gerando consenso ou desacordos por meio de discussões sobre os mais diversos tipos de assuntos que envolvem uma sociedade. A partir disso, surgem os estereótipos e estigmas através de ações e opiniões que foram formadas ao longo do desenvolvimento e vivência de cada ser humano. Vale ressaltar que a representação social é uma interpretação do real que é determinada a partir da estrutura de uma sociedade. Dessa forma, as motivações positivas ou negativas para com as diferenças existentes em grupos sociais dependem das experiências individuais vividas por cada pessoa.

A violência é um exemplo de ação que é utilizada por pessoas que não aceitam os diferentes tipos de culturas e representações sociais. Alguns seres humanos utilizam desse método como meio de se esquivar e se proteger do que não conhece ou não concorda. Dessa forma, a violência também foi, e ainda é, pauta para diversos tipos de pesquisas científicas a fim de verificar sua causa, possíveis motivações e, principalmente como ela é vista sob diferentes olhares e paradigmas.

O significado de violência é amplo e relativo, depende das condições enfrentadas em sociedade e da própria cultura ali estabelecida. Em suma, a violência “é a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento causado), que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia culturalmente e historicamente” (ZALUAR, 1999, p.28).

Grupos considerados minoritários ou marginalizados sofrem ainda mais quando falam sobre violência, como por exemplo, a comunidade LGBTQIA+. A comunidade LGBTQIA+ é caracterizada por pessoas que passam por diversos tipos de violências: Bullying durante a infância e a adolescência, exclusão social, agressões físicas e psicológicas, além das retaliações por parte de algumas religiões que consideram a homossexualidade como “um ato

pecaminoso”. Para Carvalho (2012) foi essa relação conturbada entre a religião e a comunidade LGBTQIA+ que contribuiu para o fortalecimento da homofobia em sociedade.

A percepção que cada sujeito possui de si mesmo, no contexto de gênero masculino, feminino, ambos ou até mesmo nenhum dos dois, é definida como Identidade de Gênero. É por meio da Identidade de Gênero que a pessoa se descreve e demonstra como deseja ser reconhecida pela sociedade. Partindo dessa premissa, nota-se que há uma diversidade de identidades de gênero e não apenas as que foram estabelecidas em sociedade e vistas como únicas a partir do senso comum. A identidade de cada ser humano é formada a partir do social e material que fizeram parte da formação dele enquanto pessoa, além disso, “há também a dimensão psicológica, a qual está associada à posição e ao compromisso que o indivíduo assume com a sua própria identidade” (GODOY E SANTOS, 2014, p. 30).

Entretanto, a representação LGBTQIA+ em sociedade ainda é vista como *tabu* onde o tratamento heteronormativo impera movido a preconceitos e repleto de tons pejorativos. Além de ser responsável pela violência contra os LGBTQIA+, direta ou indiretamente, essa atitude impede os avanços no que tange a livre discussão sobre diversidade de gênero e sexualidade. Mesmo com a globalização e os avanços tecnológicos responsáveis por grandes mudanças na sociedade, essa aversão aos homossexuais ainda existe, muitas vezes declarada como um ataque à “moral e aos bons costumes” e traz consequências graves para o estado psicológico e físico dos LGBTQIA+. “A cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou comete suicídio vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (WAREHAM, 2020, p. 20).

Peruchi *et al.* (2014) define essas atitudes como homofobia e afirma que esse tipo de discriminação está próximo de outras formas de preconceito, como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo. “A homofobia se articula em torno de emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, configurando-se como um instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre outros (PERUCCHI *et al.*, 2014, p. 68).

No que diz respeito à mídia, diariamente a comunidade LGBTQIA+ é representada por meio de terminologias homofóbicas em alguns dos portais de notícias tanto regionais, quanto nacionais, conforme a pesquisa de Lopes (2018) que aborda a legitimação da homofobia e transfobia e faz uma análise pragmática de algumas mídias como difusoras da discriminação evidenciando as expressões de gênero em diferentes espaços midiáticos revelando que “assim como a mídia reflete a sociedade que a produz, também alimenta essa sociedade.” e “a maneira

como as temáticas homossexual e transexual estão representadas revela uma visão ainda estereotipada da sociedade”.

Silva (2015, p. 7) afirma que a mídia defende “os interesses de uma classe hegemônica dominante que, por sua vez, defende os interesses do capital, já que este controla os meios de comunicação, intervindo de forma contundente na veiculação da notícia, deixando claro seu caráter mercadológico”.

Em contrapartida, quando a mídia evidencia a comunidade LGBTQIA+ por meio de coberturas noticiosas, contribui para a visibilidade do movimento, mesmo que, amplifique a massificação da homofobia e suas consequências (CARVALHO, 2012). Dessa forma, nota-se a importância de pautar assuntos de forma coerente que envolvam direta e indiretamente esse movimento. “A mídia desempenha um importante papel, uma vez que, na insuficiência de dados oficiais, contribui para o fornecimento de informações necessárias para a produção de estatísticas” (SILVA *et al.*, 2020, p. 2).

Para Morin (2003) a violência que os meios de comunicação divulgam nada mais é que o resultado de ações diárias, ou seja, o conteúdo divulgado pelos meios de comunicação é apenas um reflexo da sociedade.

A temática dessa pesquisa busca refletir sobre a representação da comunidade LGBTQIA+, com o intuito de promover uma discussão mais ampla no âmbito da comunicação. A internet, facilita o espaço midiático informativo voltado a essa minoria, ampliando as possibilidades de comunicações e troca de informações. Porém, não se sabe ao certo qual é o caráter desse conteúdo ou qual é a sua intenção, mas nota-se que é possível refletir sobre a realidade vivenciada por essa comunidade.

Dessa forma, torna-se possível verificar a maneira como a violência contra a pessoa LGBTQIA+ é apresentada na imprensa local, mais especificamente no portal Campo Grande News¹, veículo de comunicação escolhido como objeto de pesquisa, que possui alcance regional. Será possível identificar os estereótipos encontrados no portal de notícias direcionadas à comunidade LGBTQIA+, assim como os tipos de violência divulgados nas matérias seja ela física, institucional, psicológica, sexual ou simbólica, além de poder contar com a Constituição Federal Brasileira para trazer os direitos garantidos em lei além dos dados de violência contra pessoas da comunidade LGBTQIA+.

¹Site de notícias localizado no município de Campo Grande/MS. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/>

Sobre o método de análise, o presente trabalho utiliza da pesquisa bibliográfica, juntamente com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1997) das notícias publicadas pelo portal de notícias Campo Grande News, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, totalizando 12 meses, escolheu essa por ser marco de uma grande conquista para a comunidade LGBTQIA+ que foi no ano de 2019 onde o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia com a aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989). Este trabalho tem algumas hipóteses que serão respondidas até a sua conclusão, como por exemplo, se a homofobia era uma pauta recorrente do portal, ou se o tema “homofobia” era tido ou não como tabu inviável de uma cobertura. Este trabalho leva em consideração o progresso tecnológico ao longo das décadas, em especial a área da comunicação a fim de discutir a forma que o jornalismo influencia ou potencializa a reprodução de estereótipos na sociedade a partir da veiculação de notícias.

A frequência de publicações e a relevância que as notícias abordam a temática visam investigar a forma como o portal atribui sentidos ideológicos que constituem as representações dessa violência sobre a comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, o trabalho irá “observar a posteriori os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século” (BARDIN, 1977, p. 13),

A pesquisa se justifica pela necessidade de analisar a forma com que o portal constrói e representa a violência contra a comunidade LGBTQIA+, assim identificando alguns padrões, para entendimento e o conhecimento de como a mídia atribui ou não estereótipos a todas as classes da sociedade. “Desconhecer ou desconsiderar a presença e a influência hegemônica da mídia na formação da opinião, dos desejos, das atitudes, dos valores, dos comportamentos e da subjetividade torna-se quase impossível” (SERRA, 2001, p.7). A partir das análises não se procura provar hipóteses, mas sim verificar o maior número possível de variáveis que auxiliarão na complexidade de como o portal se revela frente ao tema LGBTQIA+. “

Busca-se entender como se dá à construção do jornalismo, para com a comunidade LGBTQIA+, encarando as formas de atuação sobre esse grupo. Para tentar compreender esse universo simbólico, as várias ciências sociais se debruçaram sobre o terreno das representações de diferentes formas. No campo da comunicação, a análise desse fenômeno também ocupa um lugar central e aciona contribuições de outras disciplinas para a sua compreensão (SIMÕES, 2010, p. 01).

2 CULTURA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

De acordo com Williams (2007), a palavra “cultura” se originou da raiz semântica *colore*, e a partir disso o termo em latim *cultura* foi criado. O autor ressalta que existiam diversos significados para essa palavra como: cultivar, honrar e proteger. Segundo o autor, no século XVI esse termo era utilizado no sentido de cuidados com a colheita e com os animais. Williams (2007) afirma que foi somente no final do século XVIII que a palavra passou a ser utilizada em seu sentido mais figurado. Termos como “cultura das ciências” ou “cultura das artes” eram utilizados como uma forma de apontar o assunto que estava sendo “cultivado”. “Os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentidos. Toda a ação social é cultural, todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 16).

Thompson (2009) declara que foi no final do século XVII que uma palavra de origem francesa mesclada com o alemão deu início ao estudo que pode ser chamado de cultura, escrita inicialmente como *Culture*, mais tarde passando a ser grafada como *Kultur*. O autor ressalta que a burguesia alemã utilizava o termo *Kultur* com o intuito de se distinguir das demais classes, pois estavam “preocupados demais em imitar as maneiras civilizadas da corte francesa” (CUCHE, 2002, p. 25). Thompson ainda discorre que na França e na Inglaterra, no início do século XIX, a palavra “cultura” era utilizada como um sinônimo para a palavra “civilização” que naquele período significava “progresso” ou “desenvolvimento humano”.

Para Thompson (2009), a ideia de cultura no final do século XVIII, foi criada por filósofos alemães e pode ser intitulada como concepção clássica do que temos hoje. “Cultura é o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna” (THOMPSON, 2009, p. 169-170).

No dicionário² a concepção de cultura, é a de um “Conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social”. Para a autora Isaura Botelho (2007), no sentido antropológico, a cultura:

Tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização dos seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua

² Dicionário Online Michaelis

capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco (BOTELHO, 2007, p.110).

Edward Burnett Tylor, pioneiro na definição etimológica da palavra “cultura”, no ano de 1817, a define como:

Cultura ou Civilização, tomada em seu sentido etnológico amplo, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. A condição da cultura, entre as diversas sociedades da espécie humana, na medida em que é passível de ser investigada nos princípios gerais, é um tema apropriado para o estudo do pensamento e da ação humana (TYLOR, *apud* CASTRO, 2005, p. 69).

São conceitos reforçados por Stuart Hall (2016) que consideram a cultura de extrema importância no que tange a estruturação e a organização da sociedade moderna. Para ele, essa é “a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo” (HALL, 2016, p. 5). A cultura de um grupo ou sociedade é o conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos, e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade (THOMPSON, 2009).

Dessa forma, conclui-se que o ser humano não vive sem a cultura, pois ela está presente desde o nascimento até a morte de cada um. Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que cada grupo presente em uma determinada sociedade possui um estilo de vida diferente, com ideais, vivências e costumes que se diferem dos demais.

Partindo dessa premissa, afirma-se que a cada nova geração surgirão novas formas de se interpretar e vivenciar a cultura presente naquela sociedade. Com os avanços tecnológicos, por exemplo, as mudanças na cultura da sociedade, principalmente observando-se quanto à globalização, foi responsável pela transformação da estrutura da sociedade pós-moderna e isso pode ser estendido para diversas alterações vivenciadas ao longo dos anos. Para Hall (1997, p. 2) “aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação”.

Já Canclini afirma que,

“O conjunto de intervenções realizadas pelos estados, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades valores culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esta forma precisa ser expandida levando em

consideração a natureza transnacional dos processos simbólico e material hoje (CANCLINI, 2001, p. 65 – Tradução nossa³).

Nestor Garcia Canclini (2001) afirma que a cultura é um meio político. Para ele, o objetivo da cultura é orientar e contribuir para a ordem e as transformações sociais. O autor ressalta que o Estado tem a obrigação de dar apoio aos diversos tipos de manifestações populares, profissionais e experimentais, assim como, reconhecer as inovações dos movimentos sociais, comunitários, religiosos, étnicos e de gênero. Canclini, ainda discorre que isso não significa que a cultura está limitada apenas na organização de grandes festas, mas também como uma ação contínua em benefício da própria sociedade.

2.1 Representações sociais e identidade LGBTQIA+

As representações sociais são interpretações do real determinadas a partir da estrutura de uma sociedade. Entretanto, não se pode afirmar que as representações sociais são o resultado exato dessa estrutura, visto que as normas e os padrões de moral, ou os valores sociais daquela população estão como uma forma de orientar aquelas pessoas. Porém, isso não significa que as atitudes tomadas serão de fato baseadas nessas “orientações”. Essas motivações dependem das experiências individuais vividas por cada ser humano.

O mundo em que vivemos é totalmente social, portanto: nós nunca conseguiremos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos (MOSCOVICI, 2004, p. 33).

Para Jodelet (1984) a representação social é uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados, a autora ainda ressalta que:

Mais abrangentemente, ela designa uma forma de pensamento social. As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientado para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos da representação remete às condições e ao contexto das quais emergem as

³“El conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad” (CANCLINI, 2001, p.65).

representações, às comunicações pelas quais elas circulam, às funções que elas têm na interação com o mundo e com os outros (JODELET, 1984, p. 361-362).

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (WOODWARD, 2009, p. 17). Dessa forma, constata-se que a representação social é responsável por promover a comunicação entre grupos sociais, gerando consenso através de discussões sobre diversos tipos de assuntos que envolvem a sociedade. Em suma, é possível concluir que ela também é responsável pela criação de estereótipos e estigmas por meio de palavras e opiniões formadas ao longo da formação de cada pessoa.

Em nossas estruturas mentais há uma naturalização de valores estocados em nossa história social, que acabam por ser transformados em estereótipos evidentes. Barthes problematiza a narração dos acontecimentos passados, que na nossa cultura é submetida à sanção da ciência – que carrega junto valores de real, com princípios racionais – questionando seu afastamento das narrativas imaginárias, como o romance e o drama (FEIX, 2017, p. 9).

No que tange a identidade social, a mesma ocorre dentro da representação social, através da cultura. Dessa forma, a identidade de cada ser humano é formada a partir do social e material que fizeram parte da formação dele enquanto pessoa, além disso, “há também a dimensão psicológica, a qual está associada à posição e ao compromisso que o indivíduo assume com a sua própria identidade” (GODOY E SANTOS, 2014, p. 30).

Para Woodward (2009) a identidade possui sentido a partir da linguagem e dos símbolos que regem o sistema de representação de cada sociedade. A autora afirma que esse intermédio age de forma a classificar, quantificar e relacionar o mundo e nós mesmos. Woodward ainda ressalta que a identidade depende de algo fora daquela existência para se formar como um todo, além disso, a identidade social de cada indivíduo é apoiada pela exclusão social. Esse processo de inclusão e exclusão “fornecem novas formas de se dar sentido à experiência de divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. As identidades são contestadas” (WOODWARD, 2009, p. 19).

De acordo com Godoy e Santos (2014), as diferenças existentes em cada pessoa surgem no momento em que as identidades são “fabricadas”, ou seja, a partir dos sistemas simbólicos de representação e também pelas diversas formas de exclusão social pelo qual aquele sujeito passou ao longo de sua vida. Para Hall (1997), são as diferenças que atribuem significado às relações sociais. “A exploração da diferença não nos diz por que as pessoas investem nas

posições que elas investem nem por que existe esse investimento pessoal na identidade” (HALL, 1997, p. 54).

Como Hall (1997) salienta, o sujeito sociológico constrói sua identidade a partir de interações com o mundo, sejam elas interações com outras pessoas, com a mídia, com a arte, e tudo aquilo que faz parte do mundo atual, então, o quão prejudicial pode ser um posicionamento para a pessoa ao representá-la dentro de classes e estereótipos definidos e moldados com base no preconceito.

No que tange à representação LGBTQIA+ dentro do jornalismo, notam-se pouquíssimos avanços no que se refere a diversidade de gênero e sexualidade. A comunidade vem de um longo debate, que começou em um bar gay (Stonewall), cenário dos protestos de 1969, que deram início ao movimento LGBTQIA+, a fim de reafirmar o processo de identidade e a diversidade sexual e de gênero como algo genuíno que faz parte da sociedade, assim como processos básicos de identidade, como o direito a educação e a cidadania.

O conceito de gênero surgiu na década de 1970, com o intuito de distinguir a dimensão biológica da dimensão social. Biologicamente, a espécie humana é dividida entre macho e fêmea. Em contrapartida, a maneira de ser e agir enquanto homem e mulher só se dão por meio da cultura. Em suma, o gênero nada mais é que um comportamento social que foi estabelecido por uma determinada sociedade e é esperado através de “comportamentos masculinos e femininos”.

Estes comportamentos são construídos culturalmente, variam de acordo com a sociedade e não são “naturais”, ou seja, não nascem com a pessoa. O fato de uma pessoa nascer com um pênis não significa que ela irá automaticamente gostar de futebol “falar grosso”. Da mesma forma, nascer com uma vagina não faz com que a pessoa seja emotiva e vaidosa. Assim, o que é ser homem e o que é ser mulher são construções sociais e não comportamentos “naturais” decorrentes das diferenças entre sexos biológicos (COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE SEXUAL, 2014, p. 12).

Para Carloto (2001):

Todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. (CARLOTO, 2001, p. 7).

De acordo com Cabral (1978), “uma representação social é, alternativamente, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado” e a comunidade LGBTQIA+ luta diariamente pelos seus direitos, para ser socialmente respeitada, e quando for representada na mídia, ser extinta da presença de estereótipos. De um lado um grupo social apoia a comunidade, e do outro a abomina, em sua grande maioria por questões religiosas e conservadoras. Este segundo grupo é o responsável pelo preconceito e violência cometida, diante disso o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo (TGEU)⁴.

Guareschi (2000), defende que “as representações sociais se apresentam através de diferentes *modos* e diferentes *meios*”. E exemplifica:

O modo tem a ver com a forma, o modelo, o formato, o método, a maneira como uma representação se apresenta. Esses modelos seriam os hábitos ou costumes, as cognições individuais, a comunicação informal e a comunicação formal. Já o *meio* seria o canal, o veículo através do qual essa representação seria levada aos ouvintes, telespectadores, leitores, frequentadores de teatro, cinema etc. Esses meios seriam os textos (escritos), as imagens (fotos) e sons (músicas)” (GUARESCHI, 2000, p. 253).

Uma tradição da comunidade LGBTQIA+ é a Parada do Orgulho LGBTQIA+, que acontece todos os anos na cidade de São Paulo na Avenida Paulista há mais de 20 anos. De acordo com a Associação da Parada do Orgulho LGBTQIA+⁵, essa comemoração teve o início decorrente de manifestações para celebrar o orgulho e protestar contra o preconceito, e hoje é conhecida como a maior do mundo de acordo com o Guinness World Records, em 2011 a Parada chegou a bater o recorde de 4 milhões de pessoas presentes. O evento chegou a ser escolhido como locação para alguns episódios da série *Sense 8* da Netflix⁶. A festa é transmitida e noticiada todos os anos, divulgando a agenda de shows, ciclos de debate, feiras, premiações, entre outros. Desde o começo da pandemia do COVID-19⁷ em 2020, a parada ocorre de forma online e é amplamente divulgada.

Segundo Jovchelovitch (2011), “o estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o enquadre do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas.” Quando se trata da comunidade LGBTQIA+ há um enquadramento representacional escasso em esferas públicas. A Parada do

⁴ TGEU – Transgender Europe pesquisa Trans respect vs Transphobia.

Disponível em: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2021

⁵ APOGLBT – Associação da Parada do Orgulho LGBT

⁶ Provedora Global de filmes e séries de televisão via streaming

⁷ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-Cov-2

Orgulho LGBTQIA+ é diferente, pois é um evento agendado, mas apesar de ter uma visibilidade e divulgação maior é somente uma vez no ano. Jovchelovitch (2021) afirma:

As representações sociais da esfera pública no Brasil expressam batalhas da memória e da história embutidas nos muitos diálogos sobre o que constitui o Brasil e sua gente. Elas nos mostram a resiliência de velhos temas culturais ligados à constituição do povo brasileiro: um coquetel complexo de teorias científicas europeias do século XIX sobre a mistura racial e a degeneração étnica, sua relação com a degeneração na esfera social e a firme convicção de uma hierarquia racial. (JOVCHELOVITCH, 2021, p. 20, 21)

Existem ideologias enraizadas no Brasil de que poder e autoridade estão ligados a homens héteros⁸ e cisgêneros⁹, devido que culturalmente o Brasil foi estabelecido em cima dessas ideologias e da crença religiosa Cristã (na qual acredita-se que existem apenas os sexos biológicos feminino e masculino e a heterossexualidade como orientação sexual), que veio junto com os portugueses durante a colonização e o país viveu às sombras de modelos europeus de sociedade. Sobre a identidade de gênero, pontua-se que ela é a percepção que cada sujeito possui de si mesmo, no contexto de gênero masculino, feminino, ambos ou até mesmo nenhum dos dois – e como ela se descreve e deseja ser reconhecida pela sociedade. Assim como afirma Jesus (2012):

Gênero se refere a forma de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivo-sexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual. O mesmo se pode dizer da identidade de gênero: não corresponde à realidade pensar que toda pessoa é naturalmente cisgênero. (JESUS, 2012, p. 12)

A seguir define-se os tipos de identidade de gênero presentes na sociedade, sendo elas baseadas na cartilha “Diversidade sexual e cidadania LGBT”, produzida pela Coordenação de Políticas para Diversidade Sexual no ano de 2014, e o Manual de Comunicação LGBTI+.

Transexual

Pessoa que possui uma identidade de gênero que se difere do sexo biológico com que nasceu. Homens e mulheres podem desejar realizar modificações corporais através de hormônios, tratamentos estéticos, cirurgia de redesignação sexual e entre outras formas de

⁸ Héterossexual – que sente atração afetivo-sexual por pessoas do gênero oposto

⁹ Cisgênero - é quem se reconhece com o gênero de nascimento, ou seja, o gênero biológico

mudanças e não são todas as pessoas transexuais que sentem essa necessidade. A figura 1 mostra a Youtuber¹⁰ e Streamer¹¹ Mandy Candy que é uma mulher transexual.

Figura 1. Mandy Candy



Fonte: Instagram¹²

Travesti

Pessoa que nasce com o sexo masculino, mas possui identidade de gênero feminina. A maioria das travestis fazem pequenas mudanças em seus corpos como tratamento hormonal, aplicação de silicone e procedimentos estéticos, porém, de modo geral, elas não sentem a necessidade de realizar a cirurgia de redesignação sexual. A figura 2 demonstra a atriz, cantora e travesti Rogéria que faleceu em 2017, aos 74 anos.

Figura 2. Rogéria



Fonte: Memórias Cinematográficas¹³

¹⁰ Youtuber – criador de conteúdo para a plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube.

¹¹ Streamer – pessoa que faz gravações ou transmissões ao vivo de qualquer tipo de conteúdo e publicam na Internet.

¹² Intagram – é uma rede social na qual se compartilha fotos e vídeos

¹³ <https://www.memoriascinematograficas.com.br/2018/06/rogeria-nasceu-astolfo-barroso-pinto-em.html>

Transgênero

Termo utilizado para descrever pessoas que costumam transitar entre os gêneros englobando travestis, transexuais, crossdressers¹⁴, dragqueens¹⁵/drag king¹⁶, etc. Entretanto, essa terminologia pode ser usada como uma forma de se referir as pessoas que não se consideram travestis nem transexuais, mas que vivenciam papéis de gênero de maneira “não convencional”.

Não-binário

Pessoa que não se identifica com o sexo biológico, nem com outro gênero. Essa identidade pode se ver como uma mistura de ambos os gêneros, como pode não se identificar com nenhum. A figura 3 mostra o cantor Pop Sam Smith que se identifica com a identidade de gênero não-binário.

Figura 3. Sam Smith



Fonte: Instagram

Gênero fluído

A pessoa que se identifica tanto com o sexo masculino ou feminino. Sente-se homem em determinados dias e mulher em outros.

¹⁴ Crossdresser - refere-se, especificamente, a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagens e acessórios culturalmente associados às mulheres.

¹⁵ Dragqueen - é referente a homens que se vestem com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos que podem envolver performances musicais e/ou humorísticas.

¹⁶ Dragking - é o oposto de dragqueen, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de performances profissionais.

Além da identidade de gênero existe a expressão de gênero. De acordo com o Manual de Comunicação LGBTI+ (2018):

Expressão de gênero é como a pessoa manifesta publicamente, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas. A expressão de gênero da pessoa nem sempre corresponde ao seu sexo biológico (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTQIA+, 2018, adaptado de GLAAD, 2016).

O manual ainda elenca os tipos de Identidade de Gênero presentes como por exemplo:

Cross-dresser

Mesmo acreditando que não exista um tipo específico de roupa para cada gênero, essa identidade refere-se, especificamente, a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagens e acessórios culturalmente associados às mulheres.

Drag queen

Essa identidade é referente a homens que se vestem com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos que podem envolver performances musicais e/ou humorísticas. A figura 4 mostra a Drag queen, Streamer e Cantora Samira Close.

Figura 4. Samira Close



Fonte: Instagram

Drag king

É o oposto de drag queen, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de performances profissionais. A figura 5 mostra o Performista e Drag King Spikey Van Dykey.

Figura 5. Spikey Van Dykey



Fonte: Instagram

Transformista

Facilmente confundida com drag queen ou drag king. Essa identidade é referente a uma pessoa que se veste com roupas do gênero oposto sempre movido por questões artísticas, podendo ou não ser uma profissão.

Queer

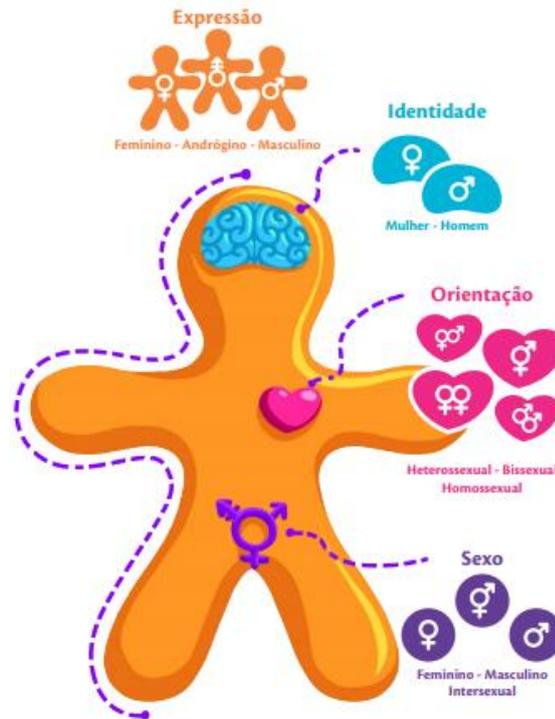
Esse termo é utilizado para definir pessoas cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. São pessoas que não se identificam com os “rótulos” dados aos tipos de orientação sexual, pois estes podem restringir as diversas vivencias sexuais existentes. A figura 6 mostra a atriz britânica Tilda Swinton que se idêntica como queer.

Figura 6. Tilda Swinton



Fonte: Instagram

Adiante a figura 7 mapeia de forma mais didática as diferenças entre sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

Figura 7. Diferenças

Fonte: Manual de Comunicação LGBTI+ (2018)

Dessa forma, nota-se que existe uma diversidade de Identidades de Gênero e não apenas as que foram impostas pela sociedade. Araújo (2005) afirma que:

Há uma enorme diversidade de identidades de mulheres e homens, que supera essa classificação masculino/feminino; a categoria macho/fêmea suprime as diferenças dentro de cada categoria. A única alternativa é, pois, recusar a oposição igualdade/diferença e insistir continuamente nas diferenças como a condição das identidades individuais e coletivas, como o verdadeiro sentido da própria identidade. Na proposta desconstrucionista de Scott, a diferença binária daria lugar à diferença múltipla, única forma de fugir das armadilhas da disjunção igualdade ou diferença. (ARAÚJO, 2005, p. 46).

O Brasil é plural em questões de diferenças religiosas, culturais, étnicas e raciais, desde a colonização que ocasionou as imigrações e a miscigenação, contribuindo para uma diversidade de culturas, a comunidade LGBTQIA+ faz parte dessas diferenças sociais.

2.2 Estereótipos na comunidade LGBTQIA+

A comunidade LGBTQIA+ é um dos grupos considerados “diferentes” e que sofrem preconceitos e retaliações devido à reprovação por parte de seguidores e de igrejas cristãs tradicionais “essas igrejas cristãs tradicionais têm suas próprias convicções interpretativas da

escritura sagrada, que são declaradas de maneira incisiva e teológica como sendo uma interpretação imutável, inerrante e infalível” (BRANDÃO, 2021). Essa estreita relação entre religião e homossexualidade contribuiu para o reforço da homofobia na sociedade. Andrade (2016) afirma que:

os processos discriminatórios e de marginalização de determinados sujeitos ou grupos, fundamentam-se nessa lógica de (re)petição de uma norma como doutrina cultural, excluindo as pessoas e grupos que não se encaixam nesse conceito. É nessa conjuntura que a diversidade sexual e as expressões de gênero são discriminadas e condenadas (ANDRADE, 2016, p. 16).

Pessoas homossexuais ainda são consideradas um *tabu* para uma grande parcela da população. Dessa forma, estereótipos foram e ainda são criados, sendo eles em sua maioria de cunho sexual, sempre ressaltando a negatividade em prol de crenças e moralismos. De acordo com estudos realizados o termo “viado” é utilizado como forma de ofensa, a homofobia contribui com o fracasso escolar da comunidade LGBTQIA+, e em relação a mulheres transexuais e travestis aponta-se três categorias que contribuem com o preconceito, a família que exclui, a escola como um lugar que reproduz o preconceito, e a rua que ampara e traz vulnerabilidade. (SANTOS; ARAÚJO; NEGREIROS, 2018, p. 60).

Peruchi *et al.* (2014) definem essas atitudes como homofobia e afirmam que esse tipo de discriminação está próximo de outras formas de preconceito como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo. Os autores ainda ressaltam que:

[...] a homofobia (...) consiste em considerar o outro (no caso o/a homossexual e transgêneros) como desigual, inferior, anormal. Além disso, como qualquer outra forma de intolerância, a homofobia se articula em torno de emoções, condutas e dispositivos ideológicos e institucionais, configurando-se como um instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre outros (PERUCCHI *et al.*, 2014, p. 68).

Seria impossível destacar uma data mostrando quando a homofobia começou dentro da sociedade, visto que a discriminação existe desde os primórdios da humanidade. Entretanto, Santos (2015) declara que a homofobia teve início quando a ignorância, a falta de informação, o medo e a intolerância se sobrepuseram ao respeito pelo outro. A autora relata que, na cabeça de pessoas que são preconceituosas e/ou homofóbicas, ao se distanciarem de identidades homossexuais estas “[...] reafirmariam sua posição enquanto sujeitos heterossexuais pertencentes a uma organização heteronormativa, minimizando dessa forma, rotulações, tratamentos e privações de direitos destinados àqueles que descumprem a ordem normatizada da sociedade” (SANTOS, 2015, p. 29).

De acordo com Louro *et al.* (2000) a sociedade criou um padrão de certo e errado, principalmente ao falarmos de sexualidade, classe, raça e gênero. Segundo os autores, apenas

o “[...] homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (...) passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência”. Louro *et al.* ainda afirmam que a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (LOURO *et al.*, 2000, p. 9).

O preconceito somado à violência contra a população LGBTQIA+ é um dos exemplos no que tange os estereótipos impostos pela sociedade. Segundo Fontes (2009, p. 104), “tudo que parece sublime ou edificante na boca de um homem ou de uma mulher, ao se dirigirem um ao outro na situação amorosa, soa grotesco, ridículo e ‘aviadado’ na boca de um homossexual”.

De acordo com uma pesquisa feita por Lacerda, Pereira e Camino (2002), por meio de um questionário aplicado em uma universidade em João Pessoa-PB, a sociedade define cinco “explicações” dos “motivos” que podem ter levado uma pessoa a “se tornar” homossexual, sendo elas: biológicas, ético-morais, religiosas, psicológicas e psicossociais. Segundo os autores, essas crenças impostas por determinados grupos dentro de uma comunidade são responsáveis pelos estereótipos criados ao longo dos anos quando se fala sobre homossexualidade.

a) Explicações Biológicas: As causas da homossexualidade estão relacionadas às disfunções hormonais. As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas hereditários. As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas de má formação no período da gestação.

b) Explicações Ético-Morais: As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de respeito. As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de caráter. As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de valores morais no sujeito.

c) Explicações Religiosas: As causas da homossexualidade estão relacionadas ao descumprimento da palavra de Deus, As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de fé religiosa e As causas da homossexualidade estão relacionadas à fraqueza espiritual.

d) Explicações Psicológicas: As causas da homossexualidade estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na primeira infância; As causas da homossexualidade estão relacionadas às situações traumáticas vividas na primeira infância e As causas da homossexualidade estão relacionadas à má resolução de conflitos com as figuras parentais.

e) Explicações Psicossociais: As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002, p. 169).

Resende (2016) afirma que, no Brasil esse preconceito está tão enraizado devido a crenças religiosas e culturais que reforçam cada vez mais o ato da homofobia. No ano de 2011, o ator da Rede Globo, Caio Castro, em entrevista à revista “Quem”, afirmou o seguinte: “Se você não tem fama de pegador e é solteiro, fica com fama de veado. Então, antes pegador que

veado, né?”¹⁷. Com a repercussão negativa, o ator negou ser homofóbico e alegou “trabalhar ao lado de vários gays”, como aponta o anexo II.

Em junho de 2013, na semana em que se votava, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei apelidado de “cura gay”. Este projeto permitia aos psicólogos a realização de tratamentos em pessoas que gostariam de “deixar a homossexualidade”. A ex-apresentadora Mara Maravilha, fez uma declaração polêmica direcionada a comunidade LGBTQIA+: “Eu não concordo com essa aberração, com isso as pessoas fazem para se promover, só pra ficarem na mídia. Eu mesma conheço vários gays que não querem mais ser gays, querem se curar e deixar isso de lado”¹⁸ (anexo II).

Entre as inúmeras declarações polêmicas no mundo das celebridades, destaca-se também a política que rege a sociedade brasileira na atualidade que é igualmente responsável por disseminar discursos homofóbicos. No país, desde 2018, há uma onda crescente de ataques à comunidade LGBTQIA+ por representantes políticos, alimentados pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro, fortalecendo o discurso de ódio que é pautado pelo preconceito em diversos seguimentos, nordestinos, mulheres, quilombolas e a comunidade LGBTQIA+ (anexo II).

Jair Bolsonaro é membro ativo e uma das principais vozes da parcela da população que defende a redução da maioria penal e faz apologia explícita às armas. Some-se a isso o fato de ter se envolvido em casos de racismo e misoginia amplamente divulgados pela imprensa. Bolsonaro corrobora a exacerbação de discursos negativos tão presentes na sociedade contemporânea (CIOCCARI e PERSICHETTI, 2018, p. 202-203).

Em 2019, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, no dia em que tomou posse (2 de janeiro de 2019), foi filmada¹⁹ por apoiadores, após seu discurso oficial, dizendo a seguinte frase: “Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa!” (anexo II). Essa afirmação foi um ataque direto à comunidade LGBTQIA+. Ainda em 2019, Jair Bolsonaro, fez uma viagem diplomática aos Estados Unidos da América (EUA) e cedeu entrevista ao canal Fox News onde entre tantas declarações polêmicas, afirmou:

Não tenho nada contra homossexuais, nem contra mulheres e não sou xenófobo, mas quero ter minha casa em ordem. A definição de família para mim é uma só, aquela da

¹⁷Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,apos-polemica-caio-castro-diz-que-nao-tem-preconceito-contr-gays,802081>>

¹⁸Entrevista disponível na íntegra: <<https://www.youtube.com/watch?v=B6Biuyb8ULU>>

¹⁹Filmagem amadora feita por pessoas presentes na determinada ocasião. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-ministra-damares-alves-em-video/7274727/>>

Bíblia. Se você quer se envolver numa relação homossexual, vá adiante, mas não podemos deixar o governo levar isso para a sala de aula e ensinar isso para crianças de cinco anos.²⁰

Em outubro de 2020, numa viagem oficial ao Maranhão, Bolsonaro fez uma parada não programada no município de Bacabeira (MA). Nessa cidade, o presidente tomou um refrigerante cor de rosa, popularmente conhecido no estado, e fez comentários homofóbicos, sendo filmado por apoiadores que estavam presentes na ocasião:

Agora eu virei boiola igual maranhense, é isso? Olha o guaraná cor de rosa do Maranhão aí ó. Quem toma esse guaraná vira maranhense hahaha. Guaraná cor de rosa do Maranhão, fudeu, fudeu. É boiolagem isso aqui.²¹

Esses discursos repercutiram negativamente na imprensa (ver anexo II). Entretanto não foi o único caso de preconceito para com a comunidade LGBTQIA+ durante o mandato de Jair Bolsonaro. A julgar por essas e outras declarações feitas pelo presidente, constata-se que a homofobia está presente em suas falas e ações, assim como uma posição machista com relação às questões de gênero, evidenciando a necessidade de uma família heteronormativa.

Esse tipo de comportamento, especialmente vindo de representantes públicos acaba por abrir espaço para que a homofobia seja praticada de forma exacerbada, sem a preocupação em sofrer consequências derivadas dessa discriminação. Entretanto, vale lembrar que no ano de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a permitir a criminalização da homofobia e da transfobia. Dessa forma, declarações discriminatórias voltadas à comunidade LGBTQIA+ podem ser enquadradas no crime de racismo e a pena prevista é de um a três anos de prisão, podendo chegar a até cinco anos de reclusão em casos considerados mais graves.

A cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou comete suicídio vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal seguimento. Mais da metade dos LGBT assassinados no mundo ocorrem no Brasil (WAREHAM, 2020, p. 20).

De acordo com Junqueira (2010) para que a homossexualidade seja, no mínimo “tolerada” na sociedade, ela não deve ganhar visibilidade pública e muito menos ter um

²⁰Entrevista disponível na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=6VSEp5tf7lg&feature=emb_title>

²¹Filmagem amadora feita por pessoas presentes na determinada ocasião. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y386jcmQA7U>>

reconhecimento social ou receber qualquer tipo de atenção do Estado. Em outra pesquisa feita no ano de 2007, o autor deixou claro a importância da discussão a respeito dessa invisibilidade da comunidade LGBTQIA+. Para ele, a “homofobia deseduca, prejudica a formação de todos os indivíduos e é um problema que afeta a todos, heterossexuais ou não” (JUNQUEIRA, 2007, p. 63).

Essa realidade afeta os LGBTQIA+ de tal forma que a rotina dessas pessoas precisa ser pensada em cada ação. Desde sair na rua, ir a festas, conversar com amigos e familiares, se relacionar amorosamente e lidar com a pressão da sociedade de “sair do armário”²².

A maioria dos casais do mesmo sexo não se permite fazer manifestações de afeto em público, se beijar na rua ou pegar na mão de seu companheiro ou companheira na frente de outras pessoas. O medo do olhar reprovador e mesmo da violência física determina o conjunto de gestos de carinho entre parceiros homossexuais, ao passo que os mesmos gestos são encorajados e estimulados em sua forma heterossexual. A educação na luta contra a homofobia consistiria em sensibilizar a população para que deixe de considerar a heterossexualidade como a única sexualidade normal e natural (BORRILLO, 2009, p. 45).

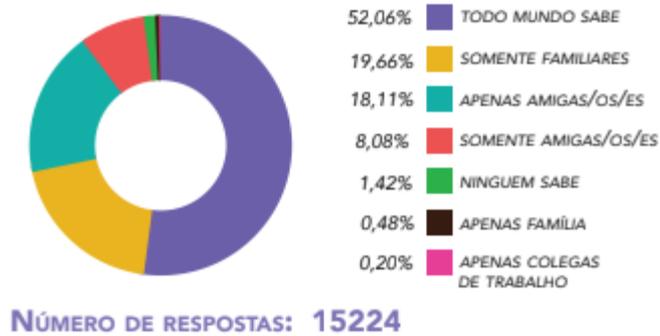
Os conflitos gerados entre heterossexuais e homossexuais são infinitos e o lado mais fraco é sempre o que mais sofre nessa situação. Essa aversão a homossexuais, muitas vezes declarada como um ataque à “moral e aos bons costumes” traz consequências graves para o estado psicológico e físico dos LGBTQIA+. Segundo Santos (2015) “a ação que colocam em prática ao tentar barrar tal ‘suposta desordem’ promove e estimula o preconceito” (SANTOS, 2015, p. 14).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+²³, 19,66% das pessoas entrevistadas contaram sobre ser LGBTQIA+ apenas para familiares e amigos mais próximos, 18,11% apenas para amigos e 1,42% não contaram a ninguém, como aponta a Figura 8.

²²Deixar claro, publicamente, que determinada pessoa faz parte da comunidade LGBTQIA+.

²³Pesquisa realizada pelo grupo TODXS e divulgada em dezembro de 2020. Disponível em: <<https://mailchi.mp/524a998ccd41/pesquisanacionaltodxs>>

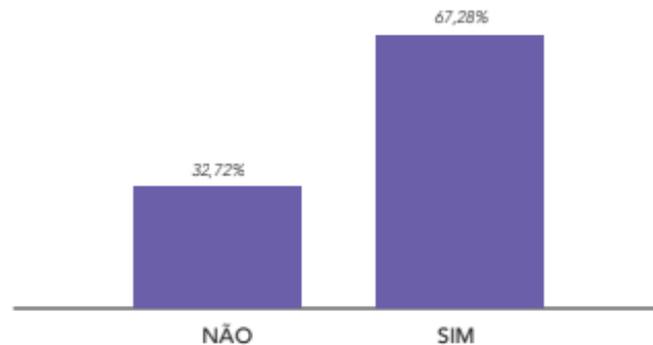
Figura 8. Quem sabe que você é LGBTQIA+?



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ (2020).

Ainda de acordo com a pesquisa, durante a adolescência, mais especificamente no Ensino Médio, a homofobia se faz mais presente na vida das pessoas LGBTQIA+ por meio do bullying, 67,28% das pessoas entrevistadas alegaram precisar se esconder ou disfarçar não ser LGBTQIA+, como mostra a Figura 9. Dessas pessoas, 52,62% esconderam de todas as pessoas, desde os colegas aos agentes de ensino.

Figura 09. Durante o Ensino Médio, você escondeu ser ou disfarçou não ser LGBTQIA+?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15153

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ (2020).

Em 2016, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil²⁴ mostrou que 72,6% dos jovens LGBTI+ ²⁵ foram agredidos verbalmente pela sua orientação e 35,8% foram agredidos fisicamente. Além disso, 55,9% consideraram nem um pouco eficazes as medidas tomadas pela equipe da instituição educacional em relação à agressão e violência.

Outro grupo que sofre com o preconceito é a população transexual e travesti. Em uma pesquisa feita em 2020, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), divulgou que a expectativa de vida da população trans no Brasil é de 35 anos, ou seja, menos que a metade da média nacional. Esse grupo de pessoas sofre com o fato de boa parte da população não utilizar de modo correto os artigos definidos “A” para travestis ou mulheres transexuais ou “O” para homens transexuais, ou até mesmo não utilizarem o nome social que escolheu ser chamado. Além disso, grande parte desse grupo de pessoas não consegue a educação formal devido à discriminação por parte do âmbito escolar, da família e de “amigos”. Dessa forma, passam a viver excluídos e à margem da sociedade onde passam por dificuldade extrema no mercado de trabalho e acabam recorrendo à prostituição por exemplo. Entretanto, “nem toda travesti é profissional do sexo. Muitas conseguem enfrentar o preconceito e têm as mais diversas profissões” (COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE SEXUAL, 2014, p. 15). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+:

torna-se importante ressaltar que nos últimos anos a existência e visibilidade desse grupo permite criar algumas questões e reflexões que devem ser levantadas como os efeitos do uso contínuo e prolongado de antirretrovirais, tratamentos hormonais e o uso de silicone industrial nos corpos trans que podem ser fatores que comprometem a saúde da população LGBTI+ (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO LGBTI+, 2020, p. 27).

Santos (2015) afirma que é necessário passar a compreender e desconstruir as concepções formadas por heterossexuais quando se fala sobre a convivência com a comunidade LGBTQIA+. A autora ainda afirma que:

na sua política de “sair do armário” e desvencilhar-se das amarras que os aprisionam e os sujeitam a negar sua identidade sexual e de gênero; ação esta que causa tanto estranhamento e reações exacerbadas por parte de indivíduos e instituições da sociedade brasileira. Por conseguinte, vislumbrar a construção de meios para os quais as situações de preconceito e discriminação vivenciado por homossexuais sejam suprimidos (SANTOS, 2015, p. 16).

²⁴Relatório feito pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>

²⁵ A pesquisa utiliza a sigla LGBTI+, atualmente as letras Q de Queer e A de Assexual foram inseridas na sigla.

Dessa forma é possível compreender que existem obstáculos desde a infância, a serem desconstruídos por homossexuais, visto que é nesse momento que as crianças aprendem que ser “bicha” ou “viado” é algo ruim, situação que pode contribuir para que as pessoas tenham seus sentimentos reprimidos.

2.3 O contexto de violência na sociedade

A origem da terminologia “violência” vem do latim, *violentia*, e expressa o ato de violar outra pessoa ou violar a si mesmo. Além disso, Paviani (2016, p. 8) afirma que este termo “[...] parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos, tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas”. Em suma, praticar a violência é contrariar a liberdade e as vontades de outro ser.

Violência

vi-o-lên-ci-a - 1. Qualidade ou característica de violento. 2. Ato de crueldade. 3. Emprego de meios violentos. 4. Fúria repentina. 5. JUR Coação que leva uma pessoa à sujeição de alguém (MICHAELIS, 2020 - Versão digital).

A violência sempre esteve presente no cotidiano da sociedade. A cada ano milhares de pessoas sofrem com agressões, palavras de ódio e, muitas vezes, perdem a vida. Segundo Dahlberg e Krug (2002), “estima-se que a violência seja uma das principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos em todo o mundo” (DAHLBERG e KRUG, 2002, p. 1164). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Para o pesquisador Zizek (2010), existem dois tipos de violência, a objetiva, que é resultado do sistema capitalista, e a violência subjetiva e simbólica, que acredita estar ligada as relações sociais humanas, mais especificamente, os conflitos existentes nessas relações. O autor afirma ainda que o conceito de tolerância criado em sociedade é, na verdade, um tipo de violência invisível aos olhos.

Paviani (2010) classifica a violência da seguinte forma:

Entre as formas de violência, é possível mencionar a violência provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegítimada, a permanente e a transitória. A enumeração dessas formas é atualmente problemática. Na realidade, essa relação apenas tem um objetivo didático, isto é, a possibilidade de ver melhor o fenômeno. Assim, temos a guerra, a revolução, o terrorismo, o genocídio, o assassinato, o crime organizado, a violência urbana, a violência contra a criança, contra o adolescente, contra a mulher; o estupro, o assédio sexual, o bullying, o vandalismo. Também podemos acrescentar a corrupção como forma de violência e seus derivados como nepotismo, propina, extorsão, tráfico de influência e outras modalidades (PAVIANI, 2010, p. 11).

Dahlberg e Krug (2002) dividem a violência em três categorias:

a) violência autoinfligida, que os autores subdividem em comportamento suicida e agressão autoinfligida. Esta categoria é descrita como pensamentos e/ou tentativas suicidas, assim como uma autoagressão que inclui ou pode incluir automutilações;

b) violência interpessoal. Dividida em duas subcategorias sendo a violência de família e de parceiros íntimos que possuem formas de violência tais como abuso infantil, violência entre parceiros e maus-tratos de idosos. A segunda subcategoria é a violência na comunidade que usam da violência da juventude, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos;

c) violência coletiva, subdividida em violência social, política e econômica. Esta categoria é diferente das anteriores;

De acordo com os autores, a violência coletiva sugere possíveis motivos para o ato violento cometido por grandes grupos ou até mesmo por países.

A violência coletiva cometida com o fim de realizar um plano específico de ação social inclui, por exemplo, crimes carregados de ódio, praticados por grupos organizados, atos terroristas e violência de hordas. A violência política inclui a guerra e conflitos violentos a ela relacionados, violência do estado e atos semelhantes praticados por grandes grupos. A violência econômica inclui ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico, tais como ataques realizados com o propósito de desintegrar a atividade econômica, impedindo o acesso aos serviços essenciais, ou criando divisão e fragmentação econômica. É certo que os atos praticados por grandes grupos podem ter motivação múltipla (DAHLBERG e KRUG, 2002, p.1166).

Diariamente, desentendimentos interpessoais e sociais acabam fazendo com que algumas pessoas optem pelo uso da violência como resposta para esses e diversos outros tipos de situações cotidianas. De acordo com Paviani (2016) a violência surge na sociedade de maneira nova em cada período vivenciado por aquela população. O ano de 2020, por exemplo, entrou para a história com relação ao aumento no número de casos de violência doméstica. Com

a pandemia do Covid-19 ²⁶ várias medidas foram sugeridas para conter o avanço do vírus e uma delas foi o isolamento social, essa medida, segundo pesquisas realizadas pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), ocasionou o aumento de casos de violência doméstica no período de pandemia em 2020 em relação ao ano de 2019.

De acordo com Vieira, Garcia e Maciel (2020), na China os registros policiais de violência doméstica triplicaram durante a pandemia. Já na Itália, na França e na Espanha observou-se também um aumento no número de ocorrências de violência doméstica após a implementação do isolamento social obrigatório.

No Brasil, de acordo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos²⁷, entre os dias 1 e 25 de março, houve um aumento em 18% no número de denúncias realizadas por meio dos canais Disque 100 e Ligue 180. A obrigatoriedade do isolamento social doméstico, um dos recursos utilizados no enfrentamento à pandemia da Covid-19, mostra a realidade das mulheres brasileiras que não estão seguras em suas próprias casas.

Dessa forma, Stacciarini (2013) afirma que, mesmo tentando, torna-se impossível evitar a violência. “A facilidade com que se admite uma atitude violenta como primeira atitude em um conflito, essa banalização da violência constante parece ser tão ‘normal’ que exige uma reflexão no mínimo necessária e lúcida” (STACCIARINI, 2013, p. 10).

Njaine (2004) afirma que os principais motivos no aumento do quadro de morbidade e mortalidade relacionadas à violência são “as brigas de gangues, a violência policial e a do tráfico de drogas que se estabelecem nos grandes centros urbanos brasileiros e municípios próximos a esses centros” (NJAINÉ, 2004, p. 3). A autora também sugere que há um aumento da criminalidade e que está cada dia mais violenta.

No que tange às relações entre a ética e a violência, encontram-se visões diferentes sobre o assunto. Alguns estudiosos costumam opor ética e violência, visto que um não pode existir em conformidade com o outro. Outros pesquisadores defendem que a violência é uma extensão da ética e afirmam que a violência nada mais é que a tendência em praticar um ato violento. Paviani (2016) afirma que:

²⁶Do inglês: *Corona Virus Disease 2019*, em português: Doença por Coronavírus2019. É uma doença infecciosa causada pelo vírus corona, responsável pela síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Os sintomas mais comuns são febre, tosse seca e cansaço. Até o presente momento, a vacina ainda está em fase de testes. A nível global, ao todo, quase dois milhões de pessoas morreram devido a doença.

²⁷Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>>

Quando questionado sob o ponto de vista ético, pode-se distinguir entre a violência possível e a necessária, entre os comportamentos aceitos e não aceitos socialmente; entre a violência legal e aquela que provoca o mal, a humilhação; entre a violência natural e aquela que impõe dor e sofrimento evitáveis. Essas classificações têm apenas o objetivo de esclarecer o conceito (PAVIANI, 2016, p. 9).

Dessa forma, se a violência se faz tão presente, de diferentes formas, no dia a dia, não seria diferente nos veículos de comunicação. Embora o jornalismo defenda a imparcialidade na hora de produzir e divulgar conteúdos, existem temáticas que partem do senso comum e acabam influenciando determinados jornalistas. Entretanto, se faz necessário um policiamento em momentos como esse, afinal a forma de linguagem utilizada para relatar sobre a violência pode estar cheia de suposições ideológicas, agravando ainda mais a situação a nível social.

É possível examinar situações familiares ou não que dão origem à violência, apontar determinados acontecimentos ou reações ou, ainda, falta de apoio. Enfim, qualquer revolta ou confronto social pode dar origem à violência. Entretanto, sob a perspectiva ética e epistemológica, é possível indagar sobre as condições que levam alguém reagir de modo violento, saber o quanto isso depende ou não de aspectos biológicos ou do grau de civilização dos indivíduos envolvidos e especialmente da vontade e da liberdade das pessoas (PAVIANI, 2016, p. 10).

2.4 A violência na mídia

Enquanto propagadores da realidade humana, os portais de notícias são responsáveis por divulgarem matérias com a temática da violência. Nem todos os sites possuem um editorial específico, mas a maioria divulga o conteúdo diariamente, visto que é um dos tipos de informação mais acessada nos veículos de notícia. Segundo Stacciarini (2013), a violência é e sempre será um assunto diário nos sites de notícias. A autora ainda afirma que “o gosto pelo terrível e o desconcertante é a garantia da permanência do grotesco na história, nas artes e também nas mídias contemporâneas” (STACCIARINI, 2013, p. 25).

Morin (2003) defende que não foram os meios de comunicação que inventaram o crime. Para o autor, a função da mídia é contar histórias, que ocorrem especialmente em grandes aglomerados urbanos. Os meios comunicacionais se usados de forma parcial, podem acabar influenciando os leitores. Segundo o autor, é a civilização que tende ao trágico e a morte. A violência que os meios de comunicação divulgam nada mais é que o resultado de ações diárias.

Para Stacciarini (2013):

As crianças, por exemplo, já crescem sendo influenciadas pela cultura de violência. A programação televisiva infantil apresenta conteúdos de cultura de violência e os

desenhos animados são sempre voltados para as batalhas ditas "entre o bem e o mal" onde acontecem sempre mortes violentas. Isso é cultura de violência, culturalmente se aprende que existem os fortes e os fracos, os que mandam e os que obedecem, os que são oprimidos e os que oprimem, vive-se num mundo onde a cultura de violência, na maioria das vezes, é o modo de viver em sociedade (STACCIARINI, 2013, p. 10).

Traquina (2012) afirma que a morte é considerada um dos critérios de noticiabilidade mais importante no jornalismo. O autor ressalta ainda que “onde há morte, há jornalistas. A morte é um critério fundamental para esta comunidade interpretativa [jornalistas] e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos écrans da televisão” (TRAQUINA, 2012, p. 76). Com seu poder de divulgação, a mídia pode se tornar um estímulo à violência não só entre criminosos, mas também entre a própria população.

Ao produzir e compartilhar informações que envolvem crimes e violência, os meios de comunicação acabam tornando essa temática um assunto de grande interesse, visto que as coberturas costumam ser detalhadas e chamativas, ao passo que o leitor se vê na curiosidade de ler e até mesmo compartilhar com amigos e familiares. Para Carvalho, Freire e Vilar (2012), a informação jornalística “[...] já não basta; o importante passa a ser a perpetuação do interesse pelo crime, comparável ao que ocorre nas novelas, no sentido de levar ao extremo os acontecimentos para envolver os indivíduos” (CARVALHO, FREIRE E VILAR, 2012, p. 436). Os autores ainda exemplificam por meio do caso Isabela Nardoni.²⁸

O caso foi exaustivamente explorado pela imprensa, o que gerou uma espécie de notícia seriada. Mesmo na ausência de algum fato novo, o caso era exposto durante grande parte do dia, com imagens e interpretações excessivamente repetidas e exploradas, levando à conclusão de que, para ganhar a audiência, tudo se justificava: a transformação de heróis em anti-heróis e de vítimas em agressores e novamente em vítimas (CARVALHO, FREIRE E VILAR, 2012, p. 436).

Nasi e Andretta (2016) apontam que a morte não é o único destaque no jornalismo, quando o tema é a violência. Há também o foco voltado à criminalidade em geral como furtos, roubos, tráfico, agressões, brigas, homicídios etc. As autoras afirmam que geralmente esses assuntos são considerados no jornalismo como de “segurança pública”. Para Miranda (2016),

²⁸Na noite de 29 de março de 2008, a menina Isabella de Oliveira Nardoni, de 5 anos, foi jogada da janela do prédio onde seu pai, Alexandre Nardoni, morava com a esposa, Anna Jatobá, e seus dois filhos. A princípio, o casal alegou que o crime havia sido cometido por um intruso, mas os dois foram considerados culpados por um júri popular. Suas penas foram 31 e 26 anos de prisão, respectivamente.

Disponível em: <

“toda preocupação e demanda da massa – apoiada, reproduzida e manipulada pela mídia - se volta para o apelo de como tornar as relações humanas isentas deste infortúnio” (MIRANDA, 2016, p. 2).

Stacciarini (2013) afirma que o primeiro passo para mudar essa situação é desconstruindo paradigmas da violência assim como da “ineficácia e da acomodação, da sensação de impotência que envolve a sociedade, e está cada vez mais ‘comum’ situação em que se transformou a ideia de que se tem que aprender a conviver com a violência” (STACCIARINI, 2013, p. 12).

Os meios de comunicação, em especial as grandes mídias, são responsáveis por ditar tendências e desempenhar a atração do público para determinadas temáticas abordadas. Seja através de discursos influenciando a opinião pública ou inserindo imagens e textos tendenciosos e sensacionalistas, os veículos comunicacionais são capazes de definir o que é ou não de relevância.

No que tange a classificação dos critérios de noticiabilidade, Traquina (2012) estabelece uma abordagem mais acadêmica sobre como os acontecimentos acabam sendo transformados em notícia. Para o autor existem tópicos-guia que são responsáveis por definir se a notícia será ou não publicada, sendo eles: a **morte** – para o pesquisador, este tópico é um valor-notícia visto que a mesma está presente diariamente na maioria dos meios de comunicação; a **notoriedade** representada pela escolha do “personagem principal”, o entrevistado, por exemplo; a **proximidade**, o conteúdo deve se basear na geografia em que o veículo está localizado; a **relevância**, função dada ao jornalista que será o responsável a estabelecer o que é de importância para a sociedade; a **novidade**, ou seja o que ainda não foi veiculado deve ser priorizado; o **tempo**, responsável por determinar a atualidade da informação, se ela é notória por impactos causados no passado, ou se tem relevância no presente momento; a **notabilidade**, são os fatos cotidianos que chamam a atenção por algum motivo; o **inesperado**, que corresponde ao que não pode ser previsto em uma redação, como um ataque de bombas, por exemplo; o **conflito**, visto pelo autor como valor-notícia em especial os que sejam físicos ou psicológicos; a **infração**, condutas que vão contra ao estabelecido no sistema penal e o **escândalo**, ou furos jornalísticos que são as revelações de assuntos de relevância para a população.

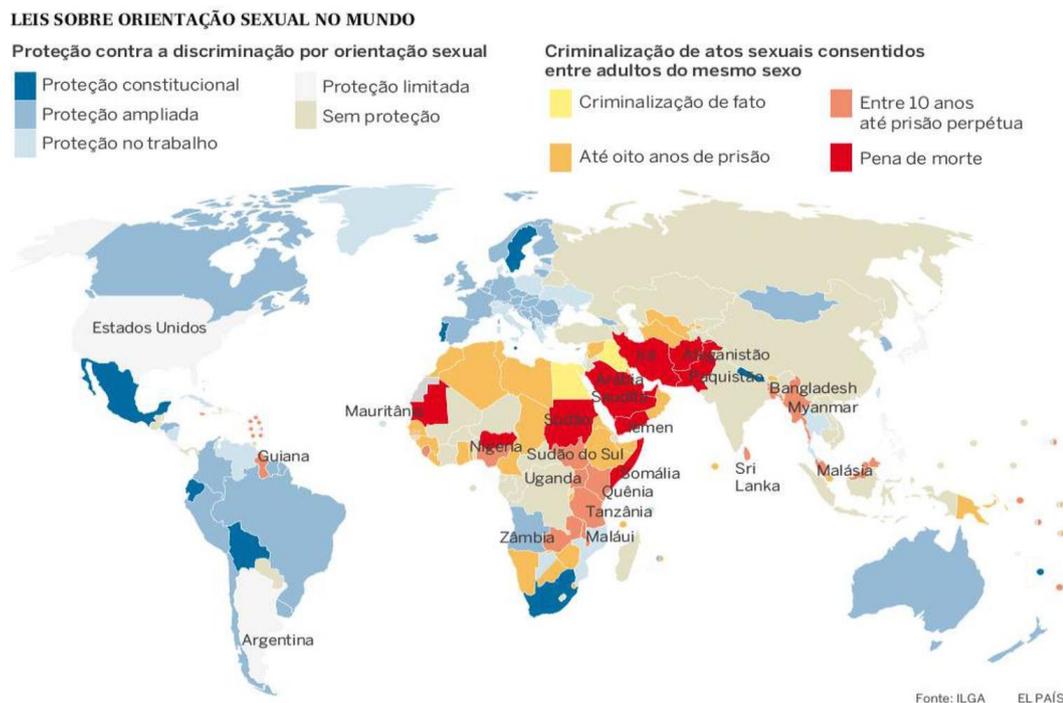
Entretanto vale ressaltar que a responsabilidade no que tange ao estímulo, incentivo e promoção da violência não é totalmente dos veículos de comunicação. Afinal, atos violentos e conflitos sociais são da natureza humana desde os primórdios.

O Atlas da Violência²⁹, estudo realizado periodicamente que tem como foco o índice de violência no Brasil, aponta os três grupos que mais sofrem no país: as mulheres, a população negra e a comunidade LGBTQIA+. O presente trabalho fala especificamente deste último grupo.

2.5 A homofobia em pauta

A homossexualidade passou por diversos momentos em que era (e ainda é) pauta para a sociedade de forma negativa. Na Idade Média, homossexuais eram perseguidos e mortos pela Igreja Católica, pois a relação homoafetiva era considerada um pecado. Até a década de 90, foi considerada uma doença psicológica que precisava de tratamento, logo a busca pela “cura” foi marcada por experimentos torturantes e cheios de traumas. Até os dias atuais, mais de 70 países, consideram a homossexualidade um crime (em alguns deles com pena de morte como mostra a Figura 16). Na figura 10 é possível observar o mapa-múndi com panorama da homofobia e dos direitos à comunidade LGBTQIA+.

Figura 10: Mapa



Fonte: El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html.

Acesso em: 27/12/2020.

²⁹Periódico realizado no ano de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

Como mencionado anteriormente, não tem uma data específica que marca quando surgiram as pessoas LGBTQIA+, mas as manifestações por direitos tiveram início no bar Stonewall, atualmente a comunidade LGBTQIA+ tem como objetivo conscientizar a sociedade e continuar lutando por direitos. A sigla, que já passou por diversas mudanças³⁰, atualmente é definida como: Lésbicas - mulheres, cis ou trans, que se sentem atraídas afetivamente e/ou sexualmente pelo mesmo gênero, ou seja, outras mulheres; *Gays* - homens, cis ou trans, que se sentem atraídos afetivamente e/ou sexualmente pelo mesmo gênero, ou seja, outros homens; Bissexuais - homens e mulheres, cis ou trans, que sentem atração afetivamente e/ou sexualmente pelos gêneros masculino e feminino; Transgêneros (travestis ou transexuais) - pessoas que não se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento, ou seja, transexuais. E homens que se identificam com a identidade feminina, porém não sentem a necessidade em fazer a redesignação sexual, ou seja, as travestis; *Queer* - Pessoas fluidas, que não se identificam com as identidades feminina nem masculina. Elas transitam entre as noções de gênero e não concordam com o uso de rótulos impostos pela sociedade; Intersexuais - pessoas que nascem com uma anatomia sexual que não está “dentro dos padrões” tipicamente impostos, ou seja, uma pessoa que pode nascer com uma genitália com aparência exterior sendo do gênero feminino, porém o interior corresponder ao gênero masculino; Assexuais - que não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero; + (sinal de mais) é utilizado para incluir outros grupos de pessoas e variações de sexualidade e/ou de gênero.

A representatividade por parte do Movimento LGBTQIA+ é responsável por garantir direitos e debates de forma que cada letra represente um grupo de pessoas que, muitas vezes, encontram-se marginalizadas, em situações de risco e que sofrem diariamente diversos tipos de violência, apenas por não se adequarem aos padrões impostos pela sociedade ao longo dos anos.

Para Silva e Barbosa (2016), a heteronormatividade imposta por um determinado grupo da sociedade é uma “expressão divina” da criação dos seres humanos, como se a perfeição natural dos sexos existisse e essa perfeição traria como resultado a origem de outro ser (o nascimento de um bebê) e este também precisaria estar encaixado nesses conceitos. Os autores ainda ressaltam que “essa prisão é determinada por parâmetros morais, sociais e religiosos

³⁰Nos anos 70, o termo “Entendido” passou a ser utilizado entre os homossexuais para referir-se a um indivíduo que não adotava um papel de gênero masculino ou feminino tipicamente aceito pela sociedade, naquele período. Na década de 80, a sigla começou a ganhar forma sendo GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes). No início dos anos 2000, a sigla passou a ser GLBT (*Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). A partir de 2008 que a sigla LGBTQIA+ passou a ser utilizada e mantida até o presente momento.

presentes na sociedade, que ao mesmo tempo legisla e julga os ‘seres desviantes’ das regras dos gêneros” (SILVA e BARBOSA, 2016, p. 131).

No Brasil, no que tange aos direitos adquiridos aos LGBTQIA+, destacam-se três que foram considerados polêmicos até serem aprovados. O primeiro que trata do reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo, aprovado no ano de 2011. Na data, o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, alegou que ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual. Para ele, “o sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica”³¹.

O segundo, aprovado no ano de 2018, é o direito dos transgêneros de alterarem o registro civil sem a necessidade da cirurgia de redesignação de sexo. A tese aprovada pelo plenário do STF possui os seguintes termos:

- 1 – O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo para tanto nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.
- 2 – Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo “transgênero”.
- 3 – Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial.
- 4 – Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento do interessado, a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.

O terceiro direito adquirido pela comunidade LGBTQIA+, e que é discutido no presente artigo, aconteceu em 2019 no Supremo Tribunal Federal (STF): a criminalização da homofobia e da transfobia. Esses crimes se enquadram como um tipo penal na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) com pena prevista de um a três anos, podendo chegar a até cinco anos de reclusão em casos considerados mais graves. Durante a votação, a ministra Cármen Lúcia reforçou a importância da aprovação desse direito: “A reiteração de atentados decorrentes da homotransfobia revela situação de verdadeira barbárie. Quer-se eliminar o que se parece diferente física, psíquica e sexualmente.”³².

Nota-se assim que, a violência contra a comunidade LGBTQIA+ se faz presente de maneira constante dentre muitas as formas, podendo destacar a homofobia, termo esse que

³¹Relato feito em 4 de maio de 2011, em julgamento realizado no Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/porta/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>.

³²Relato realizado no STF, dia 13 de junho de 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>.

começou a ser utilizado no campo científico da psicologia em 1970³³ e seu significado de acordo com o psicólogo Weinberg, que consolidou o termo, define a homofobia como “medo, ódio, repulsa, desconfiança e aversão irreprimível contra homossexuais” (*apud* SANTOS, 2018, p. 48). Em suas pesquisas “Weinberg enumera incentivos psicológicos para a homofobia: 1) a religiosa (os homossexuais são considerados pecadores por perseguirem o prazer sexual), 2) o medo de ser homossexual (o combate da homossexualidade é a expressão de um desejo recalçado, de acordo com o mecanismo de defesa nomeado por Freud de formação reativa), 3) a inveja reprimida (o homossexual representa uma ameaça para o atributo da masculinidade heterossexual), 4) ameaça dos valores compartilhados pela maioria, e, por último, 5) temor da morte (a ausência de filhos desnuda a mortalidade)” (*apud* MAYA, 2008, p. 12) . A homofobia é crime de ódio (é aplicada a Lei do Racismo para homofobia, Lei 7.716/1989), e pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional à comunidade LGBTQIA+, e a todos os que se manifestem com uma orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões estabelecidos como “normais” pela sociedade. Qualquer ato homofóbico é um problema social e político que pode variar de intensidade e frequência dependendo do local em que a pessoa LGBTQIA+ está inserida.

Os dados oficiais sobre violência homofóbica e transfóbica são escassos e irregulares. Relativamente poucos países têm sistemas adequados para monitoramento, registro e notificação de ódio homofóbico e crimes transexuais. Mesmo onde existem tais sistemas, as vítimas podem não confiar na polícia o suficiente para se expor, e os próprios policiais podem não ter sensibilidade suficiente para reconhecer e adequadamente registrar o motivo. No entanto, reunindo tudo o que está disponível nas estatísticas nacionais e completando-as com relatórios de outras fontes, um padrão claro emerge – de violência brutal, generalizada e muitas vezes impune (NAÇÕES UNIDAS PELA IGUALDADE LGBT, 2013, p. 1).

O Manual de Comunicação LGBTI+ (2018) define esse crime como LGBTIfobia.

A LGBTIfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos (adaptado de JUNQUEIRA, 2007). Consiste em um problema social e político dos mais graves (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+, 2018, p. 35).

Gênero (2009) afirma que a LGBTIfobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação dentro do local de trabalho, nas escolas, nas igrejas, nas ruas, nos hospitais e, principalmente na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem esta comunidade.

³³ Pesquisa realizada por Kenneth T. Smith em seu artigo “**Homophobia: a tentative personality profile**”

Essas atitudes negativas para com a comunidade LGBTQIA+ podem ser expressas de maneira sutil e indireta ou em flagrante. Além disso, um ponto a ser destacado está na homofobia internalizada cuja responsabilidade se dá dentro das religiões onde, conforme Santos, Araújo e Negreiros (2018) existe um autojulgamento da pessoa LGBTQIA+.

É possível observar o quanto a homofobia ainda é pouco argumentada e, na maioria das vezes, tratada como inferior ou até mesmo desnecessária. Segundo Borges e Meyer (2008, p. 60), “comportamentos homofóbicos variam desde a violência física da agressão e do assassinato até a violência simbólica”. Diariamente portais de notícias divulgam matérias em que homossexuais são vítimas de agressões, cujas justificativas dos agressores são baseadas em pensamentos infundados, ou em crenças religiosas.

Nessa perspectiva, pode-se interpretar que a proporção elevada de pessoas sem religião, agnósticas e ateias entre a população LGBTI+, público-alvo da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+, tem relação com a discriminação e a LGBTIfobia presente em alguns espaços e discursos religiosos (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO LGBTI+, 2020, p.56).

Embora o movimento LGBTQIA+ busque dar visibilidade às violências sofridas dentro da comunidade o estudo nessa área ainda pode ser considerado recente e escasso, visto que, na maioria das vezes, a temática discutida é marcada por estereótipos que apenas pioram a visibilidade desse grupo. Assim, “a grande imprensa, como parte da sociedade brasileira, não é imune às tensões que marcam as construções de gênero e sexualidade no país” (LEAL e CARVALHO, 2009, p.2). Entretanto, Silva *et al.* (2020) ressaltam que:

Não obstante, em virtude da subnotificação e ausência de um marco regulatório que criminalize esses abusos, a mídia desempenha um importante papel, uma vez que, na insuficiência de dados oficiais, contribui para o fornecimento de informações necessárias para a produção de estatísticas (SILVA *et al.*, 2020, p. 2).

Leal e Mendonça (2019) afirmam que na maioria das matérias tratando-se das pessoas LGBTQIA+, as imagens expostas ao longo do texto e até mesmo a própria linguagem costumam ser carregadas de preconceito e termos discriminatórios onde a vítima é ridicularizada e inserida em contexto que não condiz com a realidade da situação. Além disso, há uma superexposição de sangue e de corpos feridos. De acordo com os autores:

essa emergência regular e cotidiana se dá sem que o componente de gênero e de LGBTfobia seja explicitado nas narrativas. Há, portanto, nessa cobertura, uma complexa relação de visibilidade e invisibilidade que desafia entendimentos apressados. A violência contra mulheres cis e heterossexuais e pessoas LGBTQ+ é simultaneamente presente e ausente, visível e invisível (LEAL e MENDONÇA, 2019, p. 263).

Partindo dessa premissa, a visibilidade, e ao mesmo tempo, invisibilidade, produzida pelos veículos de comunicação enfatiza ainda mais a visão enraizada estabelecida pela sociedade, especialmente ao falar sobre crimes praticados em pessoas LGBTQIA+. De acordo com o grupo Somos Gay (2014):

As notícias sobre delitos envolvendo pessoas LGBTI+ invariavelmente provocam a curiosidade dos meios de comunicação. No entanto, muitas vezes recebem cobertura sensacionalista, que inclusive pode se basear em insinuações que fazem algum tipo de ligação entre o delito e o fato de a pessoa ser LGBTI+, contribuindo para sua marginalização social, por exemplo, “Professor gay flagrado roubando em supermercado”. Quando uma pessoa lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo é acusada da prática de um crime, deve ser tratada da mesma maneira que qualquer outra pessoa acusada do mesmo delito. Já que não se publica a orientação sexual ou a identidade de gênero de um/a acusado/a heterossexual, deve-se aplicar o mesmo padrão com os/as acusados/as LGBTI+ (SOMOSGAY, 2014).

Leal e Mendonça (2019, p. 269) apontam que “nestes casos, investe na crença da morte como uma sequência no drama que é a vida da vítima, como consequência de uma vida indigna”. Assim, a “representatividade” de grupos minoritários aplicada pelos portais de notícias está diretamente relacionada com a forma de silenciamento desses grupos. Andrade (2016) afirma que “a maneira como os maiores veículos de comunicação – na realidade nacional – abordam as identidades LGBTTTI³⁴ em seus discursos reforçam a exclusão e discriminação, ao invés de (des)construí-las, por exemplo” (ANDRADE, 2016, p. 86).

Para Leal e Carvalho (2009) o silêncio quanto à prática da homofobia, assim como as consequências da mesma não significa o desconhecimento sobre o tema, mas sim “[...] uma escolha consciente, marcada, no mínimo, por ‘critérios de noticiabilidade’, nunca neutros, apesar de dotados de uma suposta racionalidade” (LEAL e CARVALHO, 2009, p. 8-9). Os autores ainda afirmam que:

Assim, no exemplo de um assassinato de uma pessoa homossexual, a particularidade está nas condições mais gerais que o orienta, para além dos seus aspectos singulares. No entanto, se a singularidade é reveladora de particularidades, ela tende à revelação da universalidade, que, nesse caso, está na existência de práticas e discursos homofóbicos na sociedade que é palco daquele assassinato (LEAL e CARVALHO, 2009, p. 8).

De acordo com o Grupo Gay da Bahia (2019), a conduta da maioria dos meios de comunicação quando o assunto diz respeito a comunidade LGBTQIA+ é inaceitável. Para o grupo:

³⁴ A sigla LGBTTTI que foi utilizada na pesquisa de Andrade, os três T’s que significavam travestis, transexuais e transgêneros foram reduzidos a um T de transgênero que engloba as outras categorias.

É inaceitável que muitas matérias jornalísticas, até mesmo de veículos geridos por profissionais habilitados, não forneçam informações vitais para a identificação da vítima, por exemplo, a *causa mortis*, local e tipo de arma. A má técnica jornalística, somada com sensacionalismo e, em certos casos, imprecisão quanto às informações básicas prejudicam o acompanhamento dos crimes homotransfóbicos (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019, p. 101-102).

Os estudiosos Luiz Mott e Marcelo Cerqueira produziram uma pesquisa no ano 2000 intitulada “*Causa Mortis: Homofobia – Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*”. Nesse estudo, os autores fizeram uma seleção de 22 notícias³⁵ onde identificaram comportamentos discriminatórios para com a comunidade LGBTQIA+. As notícias estão disponíveis no Anexo I.

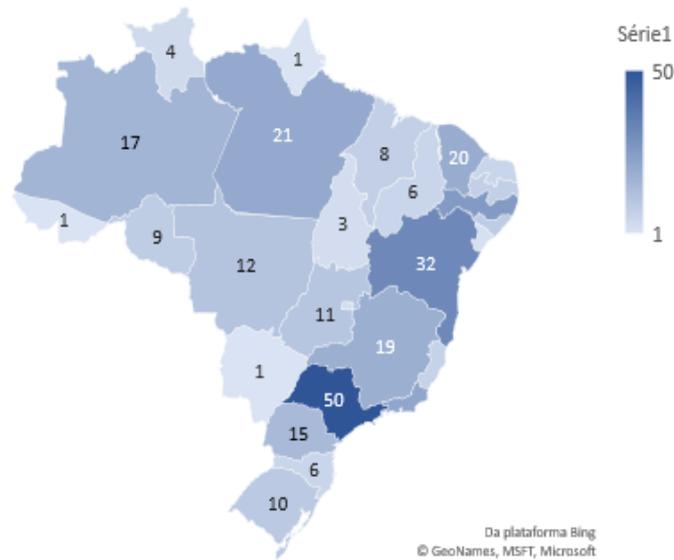
De acordo com o Relatório Anual de Mortes LGBTI+ do Grupo Gay da Bahia³⁶, em 2019, 329 pessoas componentes da comunidade LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia, sendo: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%). O relatório conta também que esses 329 casos, foram divulgados ao menos uma vez por 243 meios de comunicação como jornais impressos, telejornais, radiojornais, sites e blogs.

Outro dado relatado pelo Grupo Gay da Bahia (2019) foram os registros de mortes violentas de LGBT+ em todos os 26 estados e no Distrito Federal, como mostra a Figura 11, São Paulo é o estado que aparece em primeiro lugar no *ranking* de mortes, com 50 casos, (15,2%), seguido da Bahia, com 32 ocorrências (9,73%) e Pernambuco com 26 casos (7,9%).

³⁵As 22 notícias estão disponíveis no Anexo I.

³⁶O Grupo Gay da Bahia é uma ONG cujo objetivo está voltado para a defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+, no Brasil. Sua sede está localizada em Salvador/BA. O grupo teve início na década de 80 e é a associação brasileira de defesa aos homossexuais mais antiga. O Relatório Anual De Mortes LGBTI+ está disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>.

Figura 11. Mapa das mortes violentas de LGBTQIA+ por Estado, Brasil – 2019.



Fonte: Grupo Gay da Bahia, 2019.

Quanto ao suicídio de pessoas LGBTQIA+, é uma temática pouco abordada nos meios de comunicação. Notícias que abordam sobre o suicídio abertamente são quase inexistentes, visto que é um assunto *tabu* em sociedade, pois há um senso comum de que falar sobre o suicídio poderá “incentivar” pessoas a cometê-lo. De acordo com o Relatório Anual de Mortes LGBTI+ (2019):

Os dados sobre suicídios de LGBT+ sofrem de grande lacuna nos noticiários jornalísticos, sendo localizados através de informação veiculada nas redes sociais de amigos da vítima ou parentes próximos e com raras exceções revelam a orientação sexual da vítima, de modo que as informações aqui prestadas servem como um alerta para demonstrar a existência do problema, enquanto se espera também a ampliação do debate sobre as vulnerabilidades de pessoas desse segmento quanto a saúde mental (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019, p. 75).

Ainda de acordo com o Relatório, pessoas gays aparecem com 37,5% dos suicídios, as transexuais com 31,25% e lésbicas com 21,87%. O Grupo Gay da Bahia ainda faz uma classificação da faixa etária das pessoas LGBTQIA+ vítimas do suicídio nesse período, como mostra a Figura 12.

Figura 12. Faixa Etária dos LGBT+ vítimas de suicídio, Brasil, 2019.

Faixa Etária	Quant.	%
14-19	5	15,62
20-24	3	9,38
25-29	5	15,62
30-34	3	9,38
35-39	1	3,12
40-44	2	6,25
SI	13	40,63
Total	32	100

Fonte: Grupo Gay da Bahia, 2019.

Pensando nisso, o Manual de Comunicação LGBTI+³⁷ (2018) fez algumas considerações a fim de auxiliar os comunicadores no momento de produzir notícias que tenham pessoas LGBTQIA+ como foco. Assim, o manual comenta sobre alguns termos que são muito utilizados em veículos de comunicação e que devem ser extintos sendo eles: “Desvio sexual”, “Normalidade sexual”, “Parada Gay”, e “Outing”.

O termo “Desvio sexual” era utilizado, no Brasil, pelo Conselho Federal de Medicina, porém deixou de ser usado em 1985. Essa expressão é ofensiva à comunidade LGBTQIA+ e não deve ser utilizada pelos jornalistas, nem por ninguém. Afinal, indica a homossexualidade como uma anomalia, algo que está fora do padrão “aceitável” pela população heteronormativa.

Quanto à “Normalidade sexual”, ao se tratar de sexualidade, não existe um padrão de certo e errado, ou normal e anormal, manifestar-se sexualmente ou afetivamente corresponde à intimidade de cada ser humano. Falar que uma orientação sexual está fora da “normalidade” é reforçar preconceitos e comportamentos homofóbicos.

“Parada Gay” não é o termo correto a ser usado para falar sobre o evento, pois não representa toda a comunidade LGBTQIA+. Cada uma dessas letras representa um grupo específico de pessoas que organiza e/ou participa desse evento, cujo objetivo é manifestar a diversidade. Sendo assim, concentrar uma notícia baseada em estereótipos é o oposto da ideia dessa comemoração, pois acaba distorcendo a imagem em relação ao evento.

“Outing” é uma expressão de origem inglesa, seu significado é o ato de revelar a orientação sexual ou a identidade de gênero de uma pessoa LGBTQIA+ sem a permissão dela.

³⁷Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>

A Constituição Federal garante o sigilo e a privacidade da vida íntima de cada um, “Recomenda-se, caso a pauta seja relacionada à vida da pessoa, perguntar ao/à entrevistado/a, antes da entrevista ir ao ar ou ser publicada, se há algum problema em falar sobre sua orientação sexual ou identidade de gênero” (REIS, 2018, p. 60).

O Manual de Comunicação LGBTI+, fez ainda indicações da substituição de termos errados por termos corretos como: GLS, por LGBTQIA+; hermafrodita por intersexual; Homossexualismo por Homossexualidade; Opção sexual por Orientação sexual; O travesti por A travesti; Parceiro homossexual e Casal homossexual por Casal homoafetivo; Família homossexual por Família homotransparental; Mudança de sexo por Readequação de sexo e gênero

Outra consideração feita pelo Manual de Comunicação LGBTI+ diz respeito as respostas e dúvidas frequentes referentes à comunidade LGBTQIA+:

- Duas pessoas do mesmo sexo/gênero podem demonstrar carinho em público?
Podem, da mesma forma que casais de sexos/gêneros diferentes também. Expressar afeto em público é um direito de todas e todos e as leis são aplicadas de forma igualitária.
- Como devo reagir a piadas sobre pessoas LGBTI+?
Piadas podem multiplicar comportamentos, reforçando preconceitos, e por isso devem ser evitadas. Caso presencie, ajuda a/o colega a refletir sobre o que foi dito, por meio do diálogo.
- No documento diz que é Maria, mas a pessoa se apresenta como João. Como devo chamá-la?
O nome que ela usar para se apresentar deve ser o nome pelo qual será chamada, isso é denominado Nome Social.
- Pode-se usar o Nome Social no crachá, e-mail ou qualquer divulgação pública do nome?
Sim, o nome social reflete o gênero pelo qual a pessoa se reconhece e deve ser respeitado.
- Qual banheiro ou vestiário a pessoa trans deve usar?
Se a pessoa se apresenta e se identifica como mulher, deve usar o banheiro/vestiário feminino, se a pessoa se apresenta e se identifica como homem, deve usar o banheiro/vestiário masculino (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+, 2018, p. 61).

Nesse sentido, é possível compreender quando o movimento LGBTQIA+ promove grandes eventos, como por exemplo, a Parada do Orgulho LGBTQIA+ e o Dia Nacional de Combate à Homofobia, que leva representatividade à comunidade, busca promover conscientização da população e fazer com que os veículos de comunicação sejam “forçados” a veicularem um conteúdo que mostre a realidade daquelas pessoas, visto que a violência contra a comunidade LGBTQIA+ está impregnada na cultura da sociedade.

3 JORNALISMO ON-LINE: BREVE HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS

3.1 Sobre o Jornalismo On-line

As evoluções tecnológicas sempre trouxeram novos horizontes ao jornalismo. Desde a prensa de Gutemberg, em 1434, às impressoras tecnológicas presentes nas redações e gráficas, assim como as câmeras fotográficas e filmadoras e os incontáveis sites e portais de notícias presentes na internet. Esses novos meios tecnológicos foram responsáveis por inovações que marcaram a comunicação de modo geral, beneficiando não só os comunicadores, como também o público.

O surgimento do Jornal Impresso, Revista, Rádio e Televisão marcaram a história da comunicação ao redor do mundo e não seria diferente com o Jornalismo On-line. Logo após a chegada da Internet, no final da década de 1980, deu-se início a uma nova era que modificou a comunicação de modo geral, mas principalmente o modo de se fazer jornalismo.

No geral, os autores brasileiros utilizam com mais frequência o termo jornalismo on-line ou jornalismo digital, mas há estudos que utilizam outras nomenclaturas, como jornalismo da internet ou jornalismo eletrônico. Essa frequência e preferência pela utilização do termo tem influência forte, originando da escolha feita pelos norte-americanos (MIELNICZUK, 2003, p. 26).

Dada a diversidade da nomenclatura proposta e tendo em conta as preferências entre outros pesquisadores, optamos por usar o termo jornalismo on-line nesta pesquisa, termo este para se referir à atividade na web, e para seus respectivos produtos, a nomenclatura de jornal on-line.

O jornalismo on-line, teve início na metade da década de 1990 e pegou carona na expansão da World Wide Web (www). Nesse período o jornalismo on-line basicamente pegava a versão impressa de um jornal e a replicava no meio online. Segundo Rasêra (2010, p. 3) “eram poucas, ou praticamente nenhuma, as alterações na forma de narrativa jornalística”. Dessa forma, tornou-se necessário um estudo para introduzir os profissionais da comunicação a essa nova Era Digital. Para Carvalho (2014), essa Era foi responsável por levar conhecimento até lugares nunca conhecidos, o autor afirma que “a era digital difundiu uma nova forma de comunicar-se, acelerando mudanças sociais e levando os grupos de mídia convencional a fazer novos investimentos” (CARVALHO, 2014, p.10).

Com a chegada da Era Digital, o jornalismo on-line passou por diversas fases. A primeira fase trata-se do deslocamento do conteúdo produzido no veículo impresso para o digital não havendo adequações do texto e do pessoal para o novo ambiente. Na segunda fase os sites somente faziam aproveitamento copiando os textos impressos, surgem os links³⁸ com as chamadas para as notícias, o E-mail³⁹ passa a ser utilizado para comunicação entre jornalistas e leitores e passam a elaborar as notícias explorando recursos do hipertexto⁴⁰. A terceira fase já abre novas possibilidades para o jornalismo on-line, aproveitando os recursos multimídia, como sons e imagens, recursos de interatividade, chats, fóruns e enquetes, aprimora a utilização de hipertexto e disponibilizam opções para configurar o produto conforme a necessidade pessoal de cada leitor. A quarta e última fase avança na programação dos códigos fonte que possibilitam maior relação notícia e usuário, à medida que novas páginas são desenvolvidas diante a solicitação do usuário em navegá-las (REGES, 2011, p.36).

Pollyana Ferrari afirma que:

A maioria dos sites jornalísticos surgiram como meros reprodutores do conteúdo publicado em papel. Apenas numa etapa posterior é que começaram a surgir veículos realmente interativos e personalizados. O pioneiro foi o norte-americano *The Wall Street Journal*, que em março de 1995 lançou o *Personal Journal*, veículo entendido pela mídia como sendo o “primeiro jornal com tiragem de um exemplar”. O princípio básico desse jornal era enviar textos personalizados a telas de computadores. A escolha do conteúdo e a sua formatação seriam feitos pelo próprio assinante, conforme suas preferências de leitura – depois de escolher suas áreas de interesse, ele receberia, por meio de uma mensagem eletrônica, um portfólio pessoal com notícias sobre tudo aquilo que escolheu. Se compararmos a quantidade de leitores da versão impressa do *The Wall Street Journal* com a dos leitores digitais, comprovamos que o volume *on-line* ainda é muito menor, mas a distribuição de notícias via Web representa uma tendência importante, se levarmos em conta sua capacidade de segmentar o público leitor. A Web começou, assim, a moldar produtos editoriais interativos com qualidades convidativas: custo zero, grande abrangência de tema e personalização (FERRARI, 2004, p. 23)

Entretanto, essa forma inicial do jornalismo on-line já deu lugar a outro modo. Para Silva Jr. (2002), o jornalismo on-line possui três períodos de desenvolvimento nos portais de notícias, sendo eles: o transpositivo, onde a linguagem, a formatação e a organização do conteúdo divulgado era idêntica ao jornal impresso; o perceptivo, fase em que passou-se a utilizar os novos recursos tecnológicos existentes a favor do jornalismo, entretanto, o autor

³⁸ Link - elemento de hipermídia formado por um trecho de texto em destaque ou por um elemento gráfico que, ao ser acionado (ger. mediante um clique de *mouse*), provoca a exibição de novo hiperdocumento.

³⁹ Email - ou correio eletrônico, é um sistema de comunicação baseado no envio e recebimento de mensagens eletrônicas através de computadores pela Internet

⁴⁰ Hipertexto - apresentação de informações escritas, organizada de tal maneira que o leitor tem liberdade de escolher vários caminhos, a partir de sequências associativas possíveis entre blocos vinculados por remissões, sem estar preso a um encadeamento linear único.

afirma que ainda assim havia a utilização do caráter transpositivo devido ao uso do reaproveitamento das matérias do impresso para a versão online; e o hipermediático, sendo o uso de recursos hipertextuais, da convergência e da dispersão de um mesmo conteúdo em diferentes plataformas e meios informativos.

Nos dias atuais, os portais de notícias não só divulgam o conteúdo produzido nas redações, mas também informações complementares como vídeos, imagens e áudios, por exemplo. No Brasil, alguns veículos estão desenvolvendo notícias no modelo hipermediático, onde um tema é abordado em diversas plataformas e o leitor (ou internauta) pode controlar, escolher de que forma prefere consumir a informação e interagir com o tema. Como exemplo, a série ‘Tudo Sobre’ da Folha de S. Paulo, nela grandes reportagens foram feitas, organizadas em capítulos, com textos, vídeos, áudios, fotos, mapas interativos, jogos e outros recursos que possibilitam uma maior interação e compartilhamento.

Dessa forma, é por meio do jornalismo on-line que se torna possível criar e divulgar informações rapidamente e objetivamente, além do uso de recursos diferenciados que permitem maior compreensão por parte desse leitor. Vale ressaltar que o jornalismo on-line sofre mudanças diariamente devido aos constantes avanços tecnológicos, se reinventando na maneira de apurar, produzir e compartilhar informações. De acordo com Basile (2009) “os jornalistas não são apenas operadores técnicos dos fatos. Eles pensam a comunicação. A função não se restringe apenas ao exercício prático da comunicação, à apuração, redação e edição de notícias”. Entretanto, o jornalista se adequa as novas mudanças buscando estar sempre por dentro das novas tendências utilizando meios que prendam o público tornando-o um leitor assíduo dos seus portais de notícias. Para Kawamoto (2003), as principais características criadas para o jornalismo on-line e que são responsáveis por essa fidelização do público são:

Hipertextualidade: a vinculação de conteúdo (links) e de outras camadas de informação digital se dão através de estruturas hierárquicas não-lineares;

Interatividade: envolve o processo de engajamento humano ou da participação de máquinas na busca e compartilhamento de informações;

Não-linearidade: adota um sistema ordenado de informações flexível e que não necessariamente adere à forma tradicional, cronológica ou de padrões lógicos convencionais para contar histórias.

Multimídia: conjuga o uso de mais de um tipo de mídia no mesmo produto ou serviço.

Convergência: propõe a mistura de tecnologias e serviços historicamente exclusivos ou pontuais.

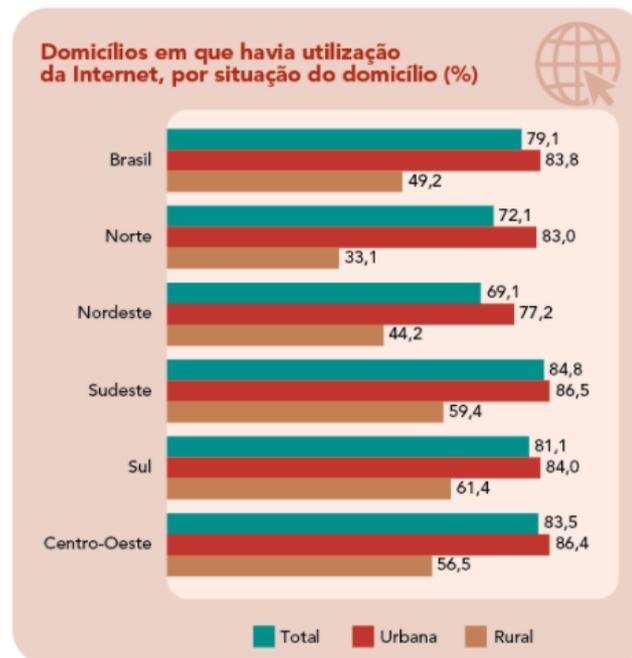
Personalização: traz a habilidade para moldar a natureza do conteúdo e serviços para necessidades e desejos individuais. (KAWAMOTO, 2003, p. 4. Tradução Nossa⁴¹).

⁴¹Hypertextuality: the linking of content (links) and other layers of digital information occurs through non-linear hierarchical structures; Interactivity: involves the process of human engagement or the participation of machines in the search and sharing of information; Non-linearity: adopts an orderly information system that is flexible and does not necessarily adhere to the traditional, chronological or conventional logical patterns for storytelling. Multimedia: combines the use of more than one type of media in the same product or service;

Nesta definição destacam-se duas características que são consideradas um marco do jornalismo on-line: a convergência e a interatividade. Segundo Jenkins (2009), a convergência é a transmissão de informações por meio de múltiplas plataformas de mídia, permitindo que o mercado midiático acompanhe as mudanças de público e de comportamento da sociedade, podendo chegar a qualquer lugar do mundo. É por meio da convergência midiática que a sociedade não mais depende de dias e/ou horários específicos para obter informações, podemos obter tudo isso a qualquer hora do dia.

Entretanto, vale ressaltar que uma parcela da sociedade está à margem dessa possibilidade, pois não possuem aparelhos telefônicos, ou computadores que tenham acesso à internet e muito menos aos diferentes tipos de meios de comunicação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018 o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) era de 79,1%. As regiões que tiveram um menor percentual de pessoas com acesso à internet por domicílio foram Norte e Nordeste (Figura 21). Além disso, a pesquisa ressalta dois agravantes que impedem o acesso à internet de uma parcela da população: a razão econômica (17,5%) e o serviço de acesso indisponível na região (4,5%).

Figura 13. Utilização da internet por domicílio - IBGE.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Convergence: proposes a mixture of historically exclusive or specific technologies and services; Personalization: brings the ability to tailor the nature of content and services to individual needs and wants (KAWAMOTO, 2003, p. 4).

Essa parcela pequena da sociedade, se comparada à maioria da população, acaba não tendo o devido acesso as redes globais, ficando por fora dos acontecimentos atuais. Segundo Thompson (1998), “significativas desigualdades permanecem no que diz respeito à capacidade de indivíduos em diferentes partes do mundo, e em diferentes estratos sociais do mesmo país, de terem acesso aos programas transmitidos pelas redes globais” (THOMPSON, 1998, p. 147).

De acordo com Chistofori (2006), a interatividade passou a ser colocada em prática por meio da interligação dos computadores, permitindo aos usuários uma comunicação simultânea, cada um com seu computador e não necessitando estarem próximos um do outro, podendo se comunicar com um vizinho e com um amigo em outro estado ou país. A autora afirma ainda que a interatividade é considerada um dos pilares da conexão mundial em rede.

Com a transmissão de mensagem instantânea e a criação de um espaço único, o virtual, o receptor e a fonte interagem mais do que em qualquer veículo. A interação é ampla no jornalismo. Primeiro porque o leitor interage com o computador, transmitido estímulos; há interação com o site, quando ele decide clicar em um determinado *link*, abrir janelas, interromper o desenvolvimento de um vídeo ou áudio e existe a interação social, seja através de *e-mail* ou sala de bate-papo, que permite o maior contato entre as pessoas, sejam elas produtoras ou receptoras (CHISTOFORI, 2006, p. 66).

Para Assumpção e Amaral (2008), existem duas formas de interatividade na internet: entre o internauta e a máquina (homem-máquina) e entre internautas (homem-homem). Para as autoras, a interatividade homem-máquina se dá através da leitura de textos com hiperlinks. Dessa forma, o usuário interage com a informação divulgada no veículo comunicacional, de modo que suas decisões definam como vão absorver aquele conteúdo recebido.

Na interatividade homem-homem, os leitores interagem entre si, de forma que cada um motive a reação do outro a partir da temática discutida no conteúdo divulgado no portal de notícias. Em suma, as autoras classificam como “a interação entre duas pessoas mediada por computador” (ASSUMPCÃO e AMARAL, 2008, p. 10).

A interatividade homem-máquina seria um exemplo de interação reativa, ou seja, uma interação de nível fraco em que as escolhas do usuário e suas respostas são determinadas pelo sistema. Por outro lado, a interatividade homem-homem poderia ser classificada como uma interação mútua, uma interação de nível mais elevado onde os interlocutores se confundem nos papéis de emissor e receptor de mensagens (ASSUMPCÃO e AMARAL, 2008, p. 10).

É por meio da interatividade que o jornalista se permite conhecer o tipo de leitor presente no seu portal de notícias. Essa interação é capaz de influenciar na produção de conteúdo, demonstrando os assuntos de maior interesse ao leitor e serve como um *feedback*.

A aba de comentários nos portais de notícia torna-se a primeira ferramenta que oferece ao leitor a oportunidade de expor opiniões e conversar com outros leitores: em muitos casos reflete preconceitos, opiniões, críticas etc. Manter um site de notícias sem promover meios de discussão e interação como caixa de comentários, enquetes e sistema de compartilhamento impede a interação dos internautas. Alves (2006) afirma que o Jornalismo on-line “Trata-se de um meio ativo, que requer constante interação com seus usuários, contrastando com a relativa passividade que marca a relação do telespectador, ouvinte ou leitor com os meios tradicionais” (ALVES, 2006, p. 95).

3.2 Critérios de noticiabilidade no jornalismo on-line.

Para a produção de matérias jornalísticas é necessário seguir os critérios de noticiabilidade quanto à seleção e a escolha do conteúdo. Vale ressaltar que os critérios de noticiabilidade são relativos, para Sousa (2006, p. 221): Os critérios de noticiabilidade são muitos, difusos, entrecruzados, e por vezes, contraditórios, mas que não são imperativos - servem de guia mental, nem sempre consciente, para o jornalista reconhecer e selecionar os acontecimentos mais importantes, mas não "obrigam" a escolhas únicas.

Com o *boom* da internet, diariamente as redações de notícias recebem das assessorias de imprensa centenas de sugestões de pautas a serem apuradas e divulgadas. Chistofori (2006, p. 75) afirma que: “muitas das vezes não há uma pauta pré-preparada. Quase sempre a pauta tem origem em agências de notícias, de informações nos *sites*, de assuntos factuais”. Na teoria do jornalismo, toda notícia passa por um filtro antes de ser produzida, por critérios de seleção, pelo Gatekeeper, que é quem determina o que é ou não uma notícia.

A metáfora do gatekeeper ofereceu aos primeiros pesquisadores em comunicação um modelo para avaliar a maneira como ocorre a seleção e a razão pela qual alguns itens são escolhidos e outros são rejeitados. Ela também ofereceu uma estrutura para o estudo de outros processos além da seleção, como, por exemplo, a forma como o conteúdo é modelado, estruturado, posicionado e cronometrado (SHOEMAKER, 2011, p. 23).

De acordo com Silva *et al.* (2017), o *gatekeeper* é muito utilizado “não só porque expressa um modo de caracterizar o fazer jornalístico, mas também porque produz uma visão

de mundo a partir do olhar sensível do jornalista e das determinações impostas pela empresa midiática em que ele trabalha” (SILVA, *et al.*, 2017, p. 6).

Os critérios de noticiabilidade variam em cada portal de notícias. Os jornalistas fazem uma avaliação e tomam a decisão sobre qual temática possui um grau maior de relevância e merece ser divulgada. Mauro Wolf (1992) afirma que esses critérios são estabelecidos ao responder a seguinte pergunta: “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 1992, p. 173). Shoemaker (2011) detalha sobre os possíveis critérios que podem levar a essa seleção:

Há muitas listas sobre atributos de notícias, mas geralmente elas incluem alguns ou todos os seguintes fatores: timing; proximidade; importância; impacto ou consequência; interesse; conflito ou controvérsia; sensacionalismo; proeminência; e novidade, estranheza ou raridade (Eberhard, 1982; Evensen, 1997; Hough, 1995; Itule e Anderson, 2007). Alguns desses fatores dizem respeito a aspectos de desvio de um evento, e outros ao nível de significação social, da qual quatro dimensões foram identificadas – política, econômica, cultural e bem-estar público (Shoemaker e Cohen, 2006). Por causa desses fatores, um item jornalístico altamente proeminente de um telejornal não tem necessariamente um valor notícia maior que um item menos proeminente (SHOEMAKER, 2011, p. 42).

Com o avanço tecnológico e a possibilidade de novas ferramentas para o jornalismo digital fez com que o repórter se tornasse um profissional multitarefas. Diante desse cenário, torna menos recorrente o jornalista sair da redação para obter informações, construir uma pauta e apurar os fatos. Na década de 1990, o e-mail era utilizado como forma de contatar, atualmente são utilizadas plataformas como o *WhatsApp*, por exemplo, que permite uma conversação rápida e facilitada, assim a comunicação via e-mail era o maior avanço naquele período com relação a interação por rede a distância. “Muitas pessoas que se recusam a falar com jornalistas pelo telefone ou mesmo pessoalmente podem estar dispostas a trocar mensagens eletrônicas” (SQUIRRA, 1997, p. 90).

Além da linguagem diferenciada, o jornalismo on-line tem a possibilidade de explorar ferramentas como a multimídia e hipertextos. Para a produção de conteúdo sob uma nova plataforma foi preciso pensar em uma forma de produção diferente dos meios de comunicação tradicionais.

Quanto aos temas abordados (Política, Meio Ambiente, Saúde etc.) como já dito acima, cada veículo digital deve conhecer seus leitores e assim estabelecer quais temáticas serão o foco daquele portal. Cervi e Massuchin (2013) afirmam que “mesmo que os sites tenham pluralidade de informações, tanto com temas de interesse público quanto de entretenimento, um dos fatores

que interferem na produção jornalística é o interesse do público” (CERVI e MASSUCHIN, 2013, p. 130).

Em suas pesquisas, os estudiosos Cervi e Massuchin (2013) fizeram uma relação de quais editoriais eram mais acessadas em determinados portais de notícias. A seleção das matérias foi dividida entre *Soft News*⁴² e *Hard News*⁴³, durante o período de três meses de campanha eleitoral de 2012, a fim de identificar qual tipo de notícia os internautas leem, se era locais/regionais, notícias nacionais, notícias internacionais, política, violência, economia, ciência e tecnologia, meio ambiente, esporte e cultura (cinema, música, teatro, televisão).

Os autores fizeram a análise dos portais: Folha de S. Paulo, G1, O Globo, Terra e UOL. Como conclusão, entre todos os editoriais analisados e com as porcentagens somadas de todos os sites, destacaram-se: Política com 60,2% e Violência com 49,8%.

⁴²*Soft News* ou *Feature*, palavras de origem inglesa. São textos mais leves que não impactam no cotidiano da população como, por exemplo, horóscopo ou variedades.

⁴³*Hard News*, também de origem inglesa, possui o sentido de um conteúdo de grande relevância no cotidiano da população como política e economia, por exemplo.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Neste capítulo vamos apresentar a análise das matérias selecionadas para o corpus da pesquisa, as quais foram obtidas no portal de notícias Campo Grande News. Primeiramente haverá uma contextualização do método utilizado no presente trabalho, em seguida um breve histórico e estrutura do portal, logo depois serão expostos os resultados quantitativos das matérias investigadas e posteriormente a apresentação da análise qualitativa, conforme as categorias elaboradas durante o processo.

4.1 Tipo de Estudo

Para atingir o objetivo da presente dissertação, que é analisar se há presença de estereótipos ou violência em matérias veiculadas pelo portal de notícias Campo Grande News em conteúdo que menciona a comunidade LGBTQIA+, a metodologia aplicada será a análise de conteúdo, adequada conforme a proposta desta pesquisa. A linha do método foi escolhida devido à sua natureza híbrida, ela se ocupa basicamente da análise de mensagens, que permite a apuração utilizar dados quantitativos e qualitativos.

Bardin (1977, p. 42) define como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Valendo-se dos conceitos da pesquisadora francesa Laurence Bardin, parte-se para a pré-análise, esse é um momento fundamental de organização dos dados obtidos para a construção do corpus do trabalho. “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1977, p. 96).

A composição do corpus se mostrou uma tarefa difícil, que implicou em escolhas para a elaboração de um plano de análise. Tínhamos em mãos 49 matérias coletadas no período de 12 (doze) meses do ano de 2019.

Foram realizadas as leituras flutuantes, das notícias a fim de se conhecer o corpus e as primeiras percepções das informações nelas contidas, deixando “invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (FRANCO, 2008, p. 52).

Bardin (1997, p.95) explica que esta fase tem os seguintes objetivos: a leitura flutuante que consiste em estabelecer o primeiro contato com os documentos para analisar e conhecer o

texto, em seguida, a escolha dos documentos e por último, o universo de documentos de análise que pode ser determinado a priori.

Após a realização das leituras recorreremos às regras apresentadas por Bardin (1977), ainda na pré-análise da pesquisa:

Regra da exaustividade “uma vez definido o campo do corpus [...] é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus” (BARDIN, 1977, p. 97). Tínhamos em mãos todos os registros das notícias selecionadas para assegurar que iríamos contemplar essa regra, senti a necessidade de garantir o registro de todas as notícias capturadas, considerando que o conteúdo é on-line e pode ser retirado ou alterado, foram salvos os links das publicações e o material disponibilizado para impressão no formato PDF.

Regra da representatividade “A análise pode efectuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” (BARDIN, 1977, p. 97). Nesse momento nossas escolhas iniciais fizeram com que cumpríssemos com essa regra, visto que, nossas ações nos levou a escolha do material que represente o universo dessa pesquisa em sua totalidade.

Regra da homogeneidade “os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não representar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (BARDIN, 1977, p. 98). Entendi que a escolha de notícias correspondeu a essa regra, visto que as matérias selecionadas ocorreram por meio da ferramenta de busca interna que o Campo Grande News oferece. Foi utilizada a mesma palavra-chave, no singular e plural, como filtro para capturar apenas as notícias com a temática de interesse para a pesquisa.

Regra de pertinência “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 1977, p. 98). Esta regra está relacionada com a regra de homogeneidade. Percebeu-se que neste estudo, a seleção foi suficiente para atender aos objetivos da pesquisa e às questões de pesquisa, que serão explicitadas na análise dos dados do estudo.

Em seguida partiu-se para a fase de “exploração do material”, nesse momento, o corpus estabelecido deve ser explorado e analisado mais excessivamente, com o objetivo de organizar as unidades de registro e unidades de contexto. “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (BARDIN, 1977, p. 101).

Na realização da pré-análise, esse momento “não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1977, p. 101).

Durante a elaboração do projeto da pesquisa em julho de 2020, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e análise do conteúdo das matérias publicadas pelo portal Campo Grande News, sobre notícias que abordam o tema da violência e estereótipos na comunidade LGBTQIA+.

O objetivo da primeira etapa é encontrar os tipos de violência que circulam nas publicações a fim de definir o corpus. Na segunda fase, pretende-se descrever o contexto e discutir a forma que o jornalismo influencia ou potencializa a reprodução de estereótipos na sociedade a partir da veiculação de notícias.

Logo em seguida, os dados classificados serão utilizados para codificar e apresentar as notícias que compõem o corpus, e distribuí-los pelas tabelas, gráficos, porcentagens e exemplos obtidos da amostra. Após a análise do conteúdo, os termos com natureza depreciativa ou que de alguma forma prejudiquem os direitos da comunidade LGBTQIA+ serão cuidadosamente selecionados, munidos sempre dos autores que proporcionam a base para entender a discriminação de gênero, e os contextos que permeiam a comunidade, sejam eles, ideológicos, históricos ou sociais.

A pesquisa se abarca em uma análise do conteúdo em notícias que abordam a temática da violência na comunidade LGBTQIA+, publicadas no portal Campo Grande News, durante o período de 12 meses, tendo data início no dia 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2019. Seleção de leituras, conteúdos e acompanhamento foram realizados durante todo o período de execução e elaboração deste projeto. “O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os documentos, que pode descobrir ou suscitar.” (BARDIN, 1997. p. 39).

Trata-se de uma abordagem quanti-qualitativa que utiliza como ferramenta a análise de conteúdo. Diante disso, é possível transcrever os dados para o universo da pesquisa, colhendo todos os dados e mensurando as hipóteses, uma vez que os dados não são concretos.

Na análise quantitativa, o que serve de observação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica do conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração (BARDIN, 1997. p. 21).

Segundo Bardin (1997, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que serve como propósito básico para obter resultados esperados. Nesta pesquisa será utilizada esta perspectiva, tendo como principal objetivo “[...] observar a posteriori os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século.” (BARDIN, 1977, p. 13).

A partir da escolha dos documentos com o objetivo já traçado, consecutivamente um gênero deve ser demarcado, ou seja, um universo ao qual será analisado. Para isso, é necessário a constituição de um corpus. “O corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” (BARDIN, 1997. p. 96). Ao todo foram selecionadas 49 notícias, que após filtradas por meio dos critérios de inclusão e exclusão somaram um total de 07 (sete) matérias para a análise qualitativa.

Após os objetivos da primeira fase serem colocados em prática, temos a segunda fase, chamada de exploração do material, que “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.” (BARDIN, 1997. p. 101).

A terceira e última fase é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação: [...] estes resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como os testes de validação. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações de propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”. (BARDIN, 1997. p. 101).

4.2 O Campo Grande News

O Campo Grande News foi o primeiro veículo de comunicação criado especificamente para produzir conteúdo on-line em Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul, fato esse que ocorreu na intenção de atender as transformações do jornalismo em decorrência da popularização da internet. O portal de notícias deu início a suas atividades em 4 de março de 1999.

Conforme Fortuna (2014), essa inovação aconteceu por meio de uma parceria entre o empresário Miro Ceolim e o jornalista Lucimar Couto, para atender a migração de leitores assinantes de jornais e revistas para acesso gratuito aos sites de notícias que se tornavam mais conhecidos. Embora o projeto fosse grandioso, muitos não acreditavam na sobrevivência do portal de notícias, naquele período se utilizava internet discada, o serviço era caro e poucas pessoas tinham acesso.

No entanto, após criar o layout do site e publicar as primeiras matérias, veio uma surpresa: foram registradas 20.000 visitas em apenas um mês, e a produção precisava ser ampliada (TELLAROLI, 2007). O portal de notícias conseguiu diminuir o tempo que os leitores levavam para ter acesso as notícias que aconteciam na cidade, não havendo mais aquela

necessidade de aguardar o dia seguinte para ter acesso ao conteúdo impresso, logo surgiram também os primeiros anunciantes.

Depois de cinco anos de existência, o Campo Grande News já se apresentava como sério concorrente para a mídia estabelecida e o jornal que tinha como foco os furos políticos, judiciários e policiais, tinha suas notícias instantaneamente repercutidas pela cidade. Em 2017 o portal de notícias ocupou o 11º lugar no ranking nacional de visualizações do IVC (Instituto Verificador de Comunicação), que monitora os acessos de sites em todo o país (CORTE, 2022, p. 45).

A estrutura do veículo de comunicação começou tímido, e apenas Lucimar Couto escrevia nos intervalos que tinha entre um emprego e outro. À medida que o projeto se desenvolvia, foi necessário contratar reforços: um jornalista e um estagiário.

Vinte e três anos após sua fundação, a estrutura do veículo conta com uma equipe maior com variadas funções, dentre elas: jornalistas, fotógrafos, webmasters, motoristas, publicitários, estagiários e funcionários do setor administrativo. Na busca por atender a demandas dos internautas, o Campo Grande News detém de aplicativo, o “Campo Grande News Conteúdo de Verdade” que pode ser baixado e acessado pelos celulares, dessa forma seu conteúdo é amplamente difundido, e por último lançou a TV News onde é divulgada notícias da Capital em formato de vídeo. O conteúdo publicado é dividido em vinte e oito editorias.

As notícias publicadas no portal Campo Grande News são armazenadas em banco de dados internos e podem ser acessadas por meio do sistema de busca do site. O internauta tem a opção de buscar pelas matérias optando por três tipos de filtros fornecidos pelo portal: data, editoria ou palavra-chave.

4.3 Critérios de inclusão

A pesquisa abarcou o período de 12 de meses tendo data início no dia 01 de janeiro de 2019 e data final dia 31 de dezembro de 2019. No banco de dados do portal de notícias Campo Grande News, por meio da ferramenta de busca utilizou-se as palavras-chave LGBTQIA+ e violência.

4.4 Critérios de exclusão

Foram excluídas as matérias ou notícias que não tratavam do universo discriminatório contra a comunidade LGBTQIA+, como violência ou LGBTfobia.

4.5 Procedimento da Coleta

A coleta foi realizada no portal de notícias Campo Grande News, viabilizada por meio do uso das seguintes palavras chaves, LGBTQIA+ e homofobia, na ferramenta de busca avançada do portal foi inserida as informações de palavra-chave, data inicial, data final e na

opção editoria foi selecionada a opção “todas as editorias”. Os resultados foram coletados e inseridos em tabelas e gráficos no programa Microsoft Word.

4.6 Análise quantitativa

Com isso obteve-se 49 matérias no total. Essas matérias foram divididas conforme temáticas e suas editorias. Para a análise quantitativa foi construída tabelas, quadros, e gráficos para melhor expor os dados. A tabela 1 mostra a frequência de matérias por mês e suas respectivas editorias publicadas no ano de 2019.

Tabela 1. Frequência de matérias do portal de notícias “Campo Grande News”, por mês e editoria 2019.

	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abri/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Total
Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Economia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Loterias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empregos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Enquetes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Esporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Política	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3
Educação e Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cidades	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Artigos	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	4
Reportagens Especiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conteúdo Patrocinado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TV News	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mapa Interativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lado B													0
Capa Lado-B	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquitetura	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Artes	0	0	1	0	2	0	1	1	0	0	0	0	5
Comportamento	0	0	0	0	2	0	2	3	2	1	2	2	14
Consumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sabor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversão	0	0	0	1	0	0	2	2	3	1	1	1	11
Faz Bem!	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Games	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Guia Gastronômico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coluna													
Lugares Por Onde Ando	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total													49

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com isso percebeu-se que a temática “comunidade LGBTQIA+”, é pautada em diversas editorias do portal. Mesmo que a produção sobre esses assuntos não seja em larga escala é notável que houve produções de conteúdo com a presente temática durante o período.

Ao todo foram encontradas 49 notícias publicadas pelo portal relacionadas a temática da presente pesquisa, durante os 12 meses do ano de 2019. Em detrimento da quantidade de matérias julgou-se necessário filtrar as informações para trazer resultados mais específicos.

Para selecionar as matérias de análise, foram realizadas leituras de todo o corpus selecionado do portal, sendo que, 07 delas apresentaram elementos como preconceito ou falas estereotipadas relacionadas a comunidade LGBTQIA+.

O portal Campo Grande News apresentou uma frequência de publicações que aqui estão classificadas segundo seu título e data de publicação, como mostra o Quadro 1. As matérias completas presentes no portal de Campo Grande News estão disponíveis em imagens que podem ser verificadas no ANEXO III.

Quadro 1. Distribuição das notícias do portal Campo Grande News no ano 2019.

Matérias Analisadas 2019	Data de publicação
Após ofender juristas de MS e gays, membro de igreja é denunciado no RJ	08/03/2019
Políticas públicas referentes ao HIV e Aids: onde estamos e para onde iremos?	25/03/2019
Presas, travestis dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar	01/04/2019
Duro não é ser mãe, mais difícil ainda é ser mãe de “preto ou de gay”	12/05/2019
Para fim de polêmica em doação de sangue, lei derruba artigo que barra gays	07/08/2019
Na busca por liberdade como mulher trans, Márcia viu todas as amigas morrerem	09/09/2019
Melhor drag de MS, Eder era “sensacional como pessoa e artista”, dizem amigos	20/12/2019

Fonte: Elaborado pelo autor.

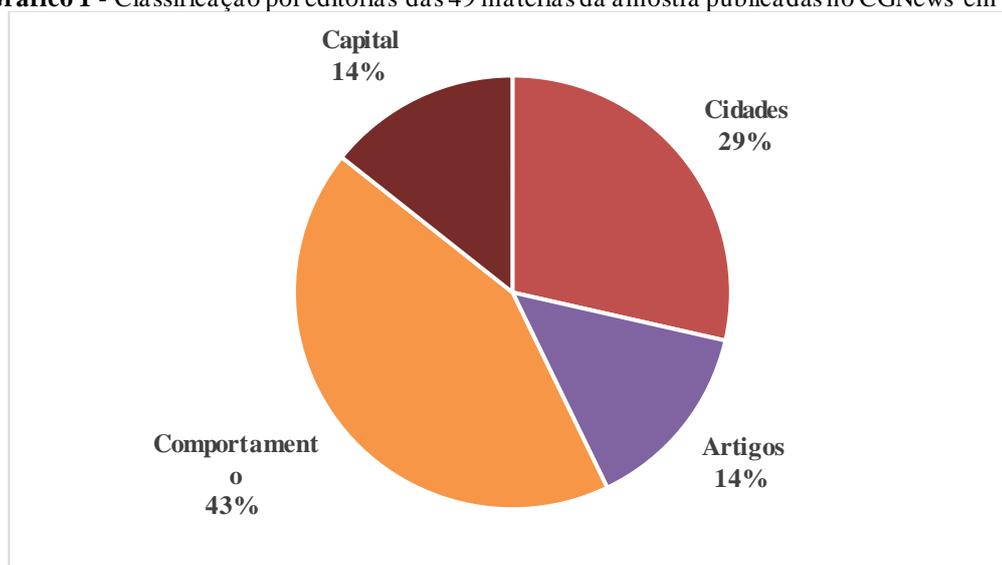
Após a coleta do material, foi utilizada a metodologia adaptada conforme o conteúdo e foco desta dissertação, para exploração dos dados obtidos. Optou-se pela utilização de categorias para classificar o conteúdo e conduzir as análises, de forma objetiva e sistemática. A categorização, então, foi dividida em dois itens.

Editoria: nessa primeira análise consideram-se todas as matérias coletadas para quantificação dos dados de acordo com a editoria de publicação. Para facilitar a visualização, optou-se por separar as informações como já apresentada em quadro anterior. Até aqui foi apresentado todo o quantitativo de notícias publicadas no período compreendido da pesquisa, e

a seleção das matérias analisadas especificadas pelo título e data de publicação. Com as investigações, pretende-se confirmar a hipótese de que a comunidade LGBTQIA+ está inserida na pauta do portal, independente do contexto positivo ou negativo da abordagem.

As 07 notícias selecionadas para a análise da pesquisa no ano de 2019 sobre a comunidade LGBTQIA+ apareceram em quatro editorias do jornal, sendo a maior frequência na editoria de Comportamento com 43%, seguido de Cidades com 29%, e Capital e Artigos com 14%, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Classificação por editorias das 49 matérias da amostra publicadas no CGNews em 2019



Fonte: Elaborado pelo autor

Temática: aqui o foco é verificar o motivo da comunidade LGBTQIA+ ser citada no noticiário, e então, constatar em qual temática esse é mais abordado, independente das editorias de publicação definidas pelos jornais.

Tabela 2 – Campo Grande News 2019

Motivo	Qtd
Manifestações Homofóbicas	1
Saúde Pública	2
Prisão e Discriminação	1
Igualdade nas Identidades de Gênero	1
Desafiando as Estatísticas	1
Morte	1
Total	7

Conforme os dados obtidos, é possível notar que o portal de notícias Campo Grande News aborda temas de extrema relevância para a comunidade LGBTQIA+, destacando-se os temas saúde pública LGBTQIA+ em sua maioria, seguido por manifestações homofóbicas, prisão e discriminação, igualdade nas identidades de gênero, desafiando estatísticas e morte.

4.7 Análise Qualitativa

A análise qualitativa foi realizada de forma descritiva na qual também foram contempladas as seguintes categorias: 1. Lead, 2. Recursos midiáticos, 3. Critério de noticiabilidade.

REPORTAGEM 1:

Título: Após ofender juristas de MS e gays, membro de igreja é denunciado no RJ

Repórter: Silvia Frias

Editoria: Cidades

Data: 08 de março de 2019

Publicada no dia 08 de março de 2019, na editoria de Cidades, a matéria foi escrita pela repórter do jornal Silvia Frias, na qual apresenta o título e o subtítulo – Após ofender juristas de MS e gays, membro da igreja é denunciado no RJ - Altair Genésio, de uma igreja do Rio de Janeiro, criticou sentença de MS, que condenou homem por manifestações homofóbicas; MPF

fluminense pede pagamento de R\$ 20 mil e retratação. A matéria comunica sobre a denúncia a um internauta do Rio de Janeiro pelo MPE-MS (Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul) ao MPF-RJ (Ministério Público Federal) por manifestação discriminatória contra homossexuais e ofensas a juristas de MS.

Durante o corpo da notícia o repórter consegue apresentar todas as informações, respondendo o lead jornalístico, as respostas contemplam: o quê? quem? quando? onde? como? Por quê? Tudo começou com Altair Genésio ultrapassando muito a liberdade de crítica e de expressão ao publicar um vídeo expressando sua opinião ao citar sentença da 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, de Campo Grande, que condenou Roberto Flávio Cavalcante ao pagamento de danos morais por discurso homofóbico veiculado nas redes sociais em 2007. Altair Francisco Genésio é membro da Igreja Geração Jesus Cristo – Ministério de Elias, liderada pelo Pastor Tupirani, no Rio de Janeiro. O internauta é do Rio de Janeiro e foi denunciado pelo MPE-MS (Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul) ao MPF-RJ (Ministério Público Federal) por manifestação discriminatória contra homossexuais, feito a partir de sentença semelhante de um morador de Campo Grande. Entre as ofensas, consta “aberração”, “abominável” e que todos “tem que pegar AIDS e morrer”.

Vale ressaltar que o portal conseguiu apresentar a informação de forma que toda a violência e preconceito é emitida por reprodução da fala do membro da igreja. Como mencionado anteriormente, (BRANDÃO, 2021), afirma que a comunidade LGBTQIA+ é um dos grupos considerados “diferentes” e que sofrem preconceitos e retaliações devido à reprovação por parte de seguidores e de igrejas cristãs tradicionais. Nesse sentido é possível identificar que essa estreita relação entre religião e homossexualidade contribui para o reforço da homofobia na sociedade.

REPORTAGEM 2:

Título: Políticas públicas referentes ao HIV e Aids: onde estamos e para onde iremos?

Repórter: Carla Andreotti, Rafael Ferreira e Sofia Maito

Editoria: Artigos

Data: 26 de março de 2019

Publicada no dia 26 de março de 2019, na editoria de Artigos, a matéria foi escrita pelos repórteres: Carla Andreotti, Rafael Ferreira e Sofia Maito, na qual apresenta o título - Políticas públicas referentes ao HIV e Aids: onde estamos e para onde iremos? A matéria comunica diversos avanços e conquistas que ocorreram em âmbito de saúde pública para as pessoas que apresentam sorologia positiva ao vírus do HIV (sigla que vem do inglês e significa Vírus da

Imunodeficiência Humana), e ressalta que esses avanços ocorrem também graças aos esforços da sociedade civil, juntamente com a comunidade LGBTQIA+.

Durante o corpo da notícia a repórter consegue apresentar informações, respondendo alguns itens do lead jornalístico, as respostas contemplam: o quê? quem? quando? onde? A matéria apresenta diversos avanços e conquistas que ocorreram em âmbito da saúde pública para as pessoas que apresentam sorologia positiva ao vírus do HIV (sigla que vem do inglês e significa Vírus da Imunodeficiência Humana), como também para as que convivem com a Aids (sigla também originada do inglês que significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), decorrente da infecção pelo HIV.

Diante desse contexto a repórter enfatiza a importância da implementação de diversos programas de prevenção e também a luta para o desenvolvimento de políticas para a triagem e diagnóstico de pacientes infectados pelo vírus HIV, isso porque inicialmente, acreditava-se que a infecção pelo HIV estaria restrita aos chamados “grupos de risco”, representados por homossexuais (principalmente homens que fazem sexo com outros homens), profissionais do sexo, dependentes químicos (principalmente as drogas injetáveis e usuários que compartilham seringas) e hemofílicos (devido às constantes transfusões de sangue e ao baixo rigor na qualidade até aquele período).

Ao decorrer da notícia a repórter evidencia que um dos grandes problemas é que esse termo foi associado de forma estigmatizada e apresenta reflexos até hoje na sociedade, relata também que além disso, ao focarmos apenas em um grupo, negligenciamos os demais, ou seja, aumentamos o risco da população geral. No final da matéria ela encerra falando sobre o atual cenário político que apresenta uma estrutura mais conservacionista que acaba atribuindo diversos temas como uma “questão familiar”. No entanto, a educação sexual não deve ser limitada às famílias, uma vez que, cultural e religiosamente, métodos contraceptivos podem ser ignorados por algumas parcelas da população, o que é contra a política de prevenção. Além disso, relegar apenas ao ambiente familiar assuntos como transfobia e homofobia parece ser uma decisão alarmante.

O portal apresentou o contexto e informações relevantes relacionadas ao HIV trazendo informações reflexivas à comunidade LGBTQIA+, essa visão é também apontada no trabalho em conformidade com a Pesquisa Nacional da Amostra da População LGBTQIA+, onde é enfatizada que nos últimos anos a existência e visibilidade desse grupo permite criar algumas questões e reflexões que devem ser levantadas e avaliadas, pois a comunidade precisa de uma

resposta rápida, e a falta de informação e campanhas voltadas para essa minoria podem ser fatores que comprometem a saúde da população.

REPORTAGEM 3:

Título: Presas, travestis dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar

Repórter: Izabela Sanchez

Editoria: Cidades

Data: 01 de abril de 2019

Publicada no dia 01 de abril de 2019, na editoria de Cidades, a matéria foi escrita pela repórter Izabela Sanchez, na qual apresenta o título e subtítulo - Presas, travestis dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar - Melhora é gradual e fruto de uma batalha travada contra a discriminação de outros presos. Facções têm códigos rígidos e não aceitam conviver com LGBTIs. A matéria comunica o cenário encarcerado de uma mulher trans no IPCG (Instituto Penal de Campo Grande).

Durante o corpo da notícia a repórter consegue apresentar informações, respondendo alguns itens do lead jornalístico, as respostas contemplam: o quê? quem? quando? onde? Como? Por quê? A matéria apresenta duas histórias que se cruzam, a de Loira, uma das mulheres transgênero que ocupa uma cela específica para LGBTIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais) no presídio, e da experiência e impressões do pesquisador e consultor sobre a vida de pessoas LGBTIs nos presídios, Gustavo Passos que escolheu o tema como tese de Doutorado, e realiza uma pesquisa sobre as condições dos presídios para as pessoas LGBTIs de todo o país. A pesquisa, é vinculada ao MDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), e vai gerar um relatório para orientar o futuro das políticas públicas.

A repórter relata uma exceção, no caso a da entrevistada Loira, que trilhou o próprio caminho de resistência para encontrar dignidade e respeito no presídio, que não é o caso da maioria. A mesma discriminação que faz com que 90% das travestis e transexuais busquem a prostituição nas ruas – estimativa da (Antra) Associação Nacional de Travestis e Transexuais – é encontrada nos presídios, já que a maioria não trabalha por falta de aceitação dos outros presos.

Em trechos da notícia seguinte ainda revela que além do desemprego, o domínio das facções nos presídios, fator que tem crescido nos últimos anos, também promove aumento da divisão social carcerária. Um código rígido estabelecido pelos presos pertencentes a associações criminosas como o PCC (Primeiro Comando da Capital), não aceita que eles

convivam no mesmo espaço que pessoas LGBTIs. O IPCG, ainda assim, é considerado um local mais seguro. Livre de facções até onde se sabe chama-se esse tipo de presídio de “presídio de oposição” a vida das travestis é, ali, um pouco mais tranquila. Exceção na maioria dos presídios brasileiros, elas podem dormir em celas específicas. Serem aceitas no trabalho, ainda assim, é difícil. Apenas 5 de 30 conseguiram um emprego.

A notícia entrega uma batalha diária vivida por Loira, a mesma diz que quando chegou no presídio não foi fácil, os presos não aceitavam dividir objetos pessoais, como pratos e copos, e os agentes penitenciários, conta, “olhavam com preconceito”. Quando ela começou a trabalhar, relata que tinha muito olhares e caras feias direcionadas a ela, mas que aos poucos, essa realidade mudou ao perceberem que ela não é um bicho. A entrevistada relata que os presos tentam estabelecer figuras de poder e domínio dentro das penitenciárias.

Na entrevista de Gustavo Passos a repórter capta informações sobre facções que tem estatutos que proíbem o que eles chamam de pederastia, por exemplo o PCC, não são hostis aos LGBTIs, mas exigem que não fiquem juntos, tem algumas diferenças, tudo tem que ser levado em consideração. O pesquisador revela que a violência que as travestis e transexuais sofrem pelos outros apenados é muito comum nas prisões que não têm celas específicas. São forçadas a carregar celulares e drogas dentro do ânus. Não consideram a identidade de gênero, fazer um chamamento para o nome de registro masculino. Hoje no Brasil a gente tem uma resolução que não tem peso de lei, que orienta os presídios a terem um tratamento penal adequado, mas as prisões não são obrigadas a cumprir.

A reportagem analisada apresenta um conteúdo de extrema importância para a sociedade em seus dois lados, primeiro mostrando a trajetória difícil de uma detenta em um presídio que se comparado aos outros se destaca por ter alas específicas para integrantes da comunidade LGBTQIA+, mas que ainda tem bastante dificuldade ao enfrentamento do preconceito por parte dos demais detentos, e sofre de superlotação. Segundo a importância de pesquisas como a de Gustavo que tem duas frentes, a primeira é um questionário enviado pelo MDH aos governos estaduais e repassado dos governos aos presídios. A segunda é as visitas aos presídios, para analisar as condições físicas e sociais para contribuir com relatórios para criação de políticas públicas. Essa visão é também apontada no trabalho em conformidade com Gênero (2009) afirmando que a LGBTIfobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação dentro dos mais variados locais da sociedade e, principalmente na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem esta comunidade.

REPORTAGEM 4:

Título: Duro não é ser mãe, mais difícil ainda é ser mãe de “preto ou de gay”

Repórter: Thalilla Torres

Editoria: Comportamento

Data: 12 de maio de 2019

Publicada no dia 12 de maio de 2019, na editoria de Comportamento, a matéria foi escrita pela repórter Thalilla Torres, na qual apresenta o título e subtítulo - Duro não é ser mãe, mais difícil ainda é ser mãe de “preto ou de gay” - Histórias de 2 mães que levantam bandeira da igualdade para que os filhos não sofram por causa da cor da pele ou orientação sexual. A matéria comunica os desafios e preocupações enfrentados por mães de integrantes da comunidade LGBTQIA+.

Durante o corpo da notícia a repórter consegue apresentar informações, respondendo alguns itens do lead jornalístico, as respostas contemplam: o quê? quem? quando? onde? Como? Por quê? A matéria apresenta duas histórias de suas mães que se cruzam ao levantarem a bandeira por seus filhos de enfrentamento ao racismo dentro e fora de casa.

Silvia conta sobre seus ensinamentos que passa aos seus filhos dentro de casa para estarem preparados caso venham ocorrer alguma situação de preconceito fora do ambiente familiar, seja ela nas escolas, ruas ou restaurantes. Silvia diz que tem que se precaver diante de toda essa violência, sem fechar os olhos para isso, porque ela pode deixar seus filhos na escola e não os ver mais. Ela enfatiza que “a gente tem que ser duas ou três vezes melhor que um branco para ganhar um espaço. Silvia ainda pontua que a gente vive um momento de ódio, em que as pessoas são intolerantes. “Nós, enquanto negro, temos que ter muito cuidado. Porque se o negro está parado ele é suspeito e se corre é bandido”.

A mãe Angelita relata que desde quando seu filho assumiu, ela nunca mais deixou de se preocupar quando ele sai de casa, ela diz que o número de agressões e assassinatos a pessoas LGBTQIA+ assusta. Na entrevista revela que o que mais dói é a tentativa do mundo de privar o filho dela de amar. Ela ainda se recorda das primeiras vezes que pessoas próximas souberam que o filho era gay. “Uma delas disse que não tinha problema nenhum ele ser gay, mas que ele não podia ficar se expondo e nem beijar ninguém em público. Angelita questiona sobre seu filho não poder se comportar da maneira que ele quiser. É importante enfatizar que a mesma identificou o quão é absurdo pessoas que são preconceituosas não acharem que são preconceituosas, revelando ainda que vê pessoas que se referem a ele e outros amigos como “aquele veadinho”, “aquela bicha”, em tom de desprezo. Todo esse contexto foi modificado

quando ela resolveu encarar a linha de frente. “Eu digo que literalmente levantei a bandeira, porque percebi que ter medo não ajuda na causa, não resolve o preconceito.

O portal conseguiu passar a informação e vivência de forma coerente, onde toda a violência e preconceito é emitida por reprodução de experiências e receios que as mães desabafam na entrevista de medo de seus filhos sofrerem fora de casa. Essa visão é também apontada no trabalho em consonância com Peruchi et al. (2014) define essas atitudes como homofobia e afirma que esse tipo de discriminação está próximo de outras formas de preconceito, como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo.

REPORTAGEM 5:

Título: - Para fim de polêmica em doação de sangue, lei derruba artigo que barra gays

Repórter: Thalilla Torres

Editoria: Comportamento

Data: 07 de agosto de 2019

Publicada no dia 07 de agosto de 2019, na editoria de Comportamento, a matéria foi escrita pela repórter Thalilla Torres, na qual apresenta o título e subtítulo - Para fim de polêmica em doação de sangue, lei derruba artigo que barra gays - Projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, nesta terça-feira (6). A matéria comunica a discriminação de gays na hora de doar sangue e a criação de um Projeto de Lei proposto pelo deputado João Henrique (PL), onde determina que os critérios para doação de sangue “deverão ser baseados em evidências científicas”.

Na matéria a repórter consegue apresentar informações, respondendo alguns itens do lead jornalístico, as respostas contemplam: o quê? quem? quando? onde? Como? Por quê? A jornalista conta que são inúmeros relatos de gays que sentem discriminados na hora de doar sangue. Muitos dizem que são proibidos só pelo fato de serem homossexuais. Outros reclamam do despreparo de profissionais para lidar com doadores que são sinceros sobre a orientação sexual. Tem gente que garante que, quando conseguem, a doação é descartada após a coleta.

Em Mato Grosso do Sul essa realidade começou a mudar quando o deputado estadual João Henrique (PL), apresentou um projeto de lei, na Assembleia Legislativa que intenciona acabar com a “proibição”. A medida determina que os critérios para doação de sangue “deverão ser baseados em evidências científicas”. A intenção, segundo o deputado, é excluir em Mato Grosso do Sul os requisitos da portaria do Ministério da Saúde que considera inapto temporário por 12 meses “homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes”. O autor justifica que o requisito afronta o direito fundamental da igualdade. “E

em razão do desrespeito ao direito da dignidade da pessoa humana que está ocorrendo na triagem de doadores em todo território nacional, a lei é necessária”.

Na visão de Pablo Pacheco, Presidente do Apolo Jovem, da Rede Apolo (Rede de Homens Gays e Bissexuais de Mato Grosso do Sul), afirma que “já passou da hora de acabar com a proibição. Ela foi criada por um preconceito existente de que todo LGBT é cheio de doenças pois são promíscuos”. Pablo ressalta que, “passou da hora de verem que não é apenas a sexualidade que faz o indivíduo. LGBT ou não, todos estão passíveis a ter doenças”.

O portal, apresentou informações que revelam que todo preconceito vivenciado pelos entrevistados é a partir de leis que não contemplam suas respectivas realidades e no próprio Sistema Único de Saúde (SUS), como mencionado na própria matéria, essa é uma situação recorrente em todo o território brasileiro, isso afirma a falta de políticas públicas em nosso país até mesmo em um cenário de doação, afetando diretamente pacientes que estão precisando de sangue e ele estar sendo desperdiçado.

REPORTAGEM 6:

Título: Na busca por liberdade como mulher trans, Márcia viu todas as amigas morrerem

Repórter: Danielle Valentim

Editoria: Comportamento

Data: 09 de setembro de 2019

Publicada no dia 09 de setembro de 2019, na editoria de Comportamento, a matéria foi escrita pela repórter Danielle Valentim, na qual apresenta o título e subtítulo - Na busca por liberdade como mulher trans, Márcia viu todas as amigas morrerem - Desafiando estatísticas, a cabeleireira tem o privilégio de envelhecer como mulher trans, algo difícil na década de 1980. A matéria comunica a busca incessante de Márcia Maria para igualar o corpo à essência ou simplesmente de tentar sobreviver como uma mulher trans na década de 1980, enfatizando que ela desafia as estatísticas.

Durante o corpo da notícia a repórter consegue apresentar informações, respondendo itens do lead jornalístico, as respostas contemplam: o quê? quem? quando? onde? Como? Por quê? A jornalista conta a história de Márcia Maria, em diversos aspectos, um deles é a aplicação no próprio corpo qualquer hormônio que “dava peito”. Na busca incessante para igualar o corpo à essência ou simplesmente de tentar sobreviver como uma mulher trans na década de 1980, a cabeleira viu todas as amigas de sua geração morrerem.

A cabeleireira desafia estatísticas, vive um dia de cada vez. “Eu tenho 53 anos e lá atrás não tinha nem nomenclatura. Se eu chegasse no médico e dissesse: doutor, eu quero fazer uma

terapia hormonal. Ele me internava como louca. Mas isso não é tão antigo assim. Ainda hoje, muitas pessoas trans não procuram atendimento para as doses corretas de hormônio", conta. A entrevista relata que incomoda ela, o uso da Bíblia para justificar a ignorância das pessoas. "Ser transexual é lutar todos os dias contra uma sociedade machista, transfóbica e uma transfobia que não vem somente dos héteros. A entrevistada conta diversas experiências que teve ao longo de sua vida de preconceito e violência, pelas pessoas e profissionais da segurança pública.

A repórter afirma que o emprego é sobrevivência. Mas o preconceito, exclusão e dificuldade no acesso à educação são desafios diários, não somente a transexuais, mas a travesti e transgêneros e o Brasil ainda é o país que mais mata LGBTQ+ no mundo. As informações apresentadas na reportagem mostrando o preconceito vivenciado pela entrevistada, são relatos de sua experiência. Ao final da matéria a jornalista ainda propõe um glossário aos leitores mostrando os significados e diferenças entre gênero, identidade de gênero, orientação sexual, cisgênero, transexual e transgênero.

REPORTAGEM 7:

Título: Melhor drag de MS, Eder era "sensacional como pessoa e artista", dizem amigos

Repórter: Adriano Fernandes

Editoria: Capital

Data: 20 de dezembro de 2019

Publicada no dia 20 de dezembro de 2019, na editoria de Capital, a matéria foi escrita pelo repórter Adriano Fernandes, na qual apresenta título e subtítulo - Melhor drag de MS, Eder era "sensacional como pessoa e artista", dizem amigos - Eder Henrique Coenga foi morto com 2 tiros no peito, no começo da noite desta sexta-feira (20). A matéria comunica a tragédia de um jovem assassinado a tiros após sair do trabalho.

Durante o corpo da notícia o repórter consegue apresentar informações, respondendo itens do lead jornalístico, as respostas contemplam: o quê? quem? quando? onde? Como? O jornalista conta a tragédia que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2019, Eder foi morto com um tiro no peito, por volta das 19h na Rua Frederico Soares, no Bairro Santa Fé, em Campo Grande. Segundo testemunhas, o atirador estava em uma moto e a polícia ainda investiga as motivações para o crime.

Eder Henrique Coenga ou Apollo Black, sua personagem, partiu como exemplo de orgulho e inspiração. Mesmo jovem, aos 27 anos o garoto era considerado um dos mais experientes na arte drag queen da Capital. Ele concorreu no concurso Drag Star MS 2018 e foi

eleita a melhor drag queen do Estado. Mesmo que a polícia ainda investiga as motivações do crime Eder foi vítima de um crime irreparável.

Após a análise descritiva das notícias, é importante ressaltar que as 07 reportagens são de autoria própria do portal, geralmente os portais de notícias acabam reproduzindo diversos releases, ou são notícias prontas trazidas de outros portais.

Em seguida foram analisados quais recursos midiáticos foram utilizados pelo Campo Grande News nas matérias que foram analisadas, sendo eles: hiperlink, áudio, vídeo e foto. Dessa forma, presente em 06 (seis) matérias o recurso hiperlink foi utilizado em sua grande maioria das matérias, tido como uma ferramenta para levar o internauta a mais assuntos relacionados ao tema da matéria dentro do próprio portal, esses assuntos em sua totalidade são outras matérias produzidas pelo próprio portal que abordam temas semelhantes como saúde, educação, cultura, lazer, esporte entre outros. O recurso de áudio está presente em todas as 07 (sete), na ocasião essa funcionalidade converte instantaneamente as palavras do texto em voz, esse recurso no Campo Grande News, faz parte das Diretrizes de Acessibilidade de Conteúdo Web baseadas na Lei 13.146/2015, onde a acessibilidade está vinculada à criação de alternativas adaptativas para garantir e promover, em igualdade de condições, o consumo de informações por pessoas com deficiência. Por isso, o portal converte seus textos em áudio, disponibilizando suporte para ambientes virtuais compatíveis com notícias acessíveis. Uma notícia teve a presença do recurso vídeo, que na ocasião o uso desse recurso foi uma alternativa para substituir e complementar o conteúdo, visto que a matéria se tratava de uma denúncia e o vídeo mostra exatamente a fala do denunciado. Por fim o recurso foto esteve presente em 06 (seis) matérias, esse recurso foi utilizado de forma informativa, permitindo ao leitor visualizar informações que complementam o texto de maneira mais simples e dinâmica para que elas sejam mais bem absorvidas.

Seguindo a análise é possível notar que o portal de notícias Campo Grande News produziu do total de 07 (sete) matérias 03 (três) reportagens e 04 (quatro) notícias, que segundo Winkes (2015) se caracterizam e diferenciam da seguinte maneira: a notícia tem como objetivo recontar acontecimentos específicos, ou seja, acontecimentos diários e factuais, uma informação que precisa ser divulgada de imediato, e que sua validade informativa expira em um curto prazo de tempo, a reportagem ultrapassa os limites da notícia, pois não pretende apenas relatar algo, ela apresenta mais informações e elementos, como texto maior, contextualização, profundidade, apuração e se revelam mais intensificados.

Logo em seguida foi feito um levantamento de quais critérios de noticiabilidade o portal de notícias Campo Grande News mais utilizou para produzir e publicar as matérias, com isso é possível identificar que o critério proximidade é o mais levado em consideração na hora de produzir uma matéria sobre a temática da comunidade LGBTQIA+ estando presente em todas as notícias, ou seja, 07 das notícias analisadas. Em seguida Justiça (julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes), com 04 (quatro), matérias. Seguindo por Tragédia 02, Conhecimento 02 e Polêmica 02. Por fim os critérios Conflito 01 e Governo 01.

Vale ressaltar o contexto em que essas matérias foram noticiadas, a primeira fala sobre sentença de MS, que condenou homem por manifestações homofóbicas, a segunda conta a trajetória de políticas públicas referentes ao HIV e Aids inserindo a comunidade LGBTQIA+ como grupo que foi considerado grupo de risco, a terceira sobre travestis presas que dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar, a quarta sobre a história de duas mães que levantam bandeira da igualdade para que os filhos não sofram por causa da cor da pele ou orientação sexual, a quinta fala de polêmica em doação de sangue, e lei proposta que derruba artigo que barra gays, a sexta conta a trajetória de uma mulher trans na busca por liberdade como mulher, dizendo que Márcia, a entrevistada viu todas as amigas morrerem e a mesma desafia as estatísticas, contando ainda que a mesma tem o privilégio de envelhecer como mulher trans, a sétima conta sobre o assassinato de Eder Henrique Coenga ou Apollo Black (sua personagem como drag). De forma geral é possível notar que as notícias veiculadas envolvendo a temática da pesquisa surgem com uma perspectiva negativa ligada a comunidade a comunidade LGBTQIA+.

Na tabela 3 é possível identificar termos pejorativos e estereótipos ligados a comunidade LGBTQIA+ encontrados nas reportagens, as quais apresentam termos preconceituosos, elementos esses que são tidos como reflexo da sociedade. Esses termos foram associados de forma estigmatizada e apresentam reflexos até hoje na sociedade.

Tabela 3: Termos preconceituosos encontrados nas reportagens

Título	Termos
Após ofender juristas de MS e gays, membro de igreja é denunciado no RJ	“dos travestis”, “uma raça dessa”, “são a própria ofensa em pessoa”, “vocês enojam a sociedade”, “coisa mais nojenta”, “abominável”, “aberração”, “desgraça da espécie humana”, “tem que pegar uma AIDS”, “vocês são hospedeiros de doença”, “tem que pegar uma AIDS e morrer, miserável”, “baixar no inferno”, “homossexualismo é possessão demoníaca, o final é o inferno”.

Políticas públicas referentes ao HIV e Aids: onde estamos e para onde iremos?	“grupos de risco”
Presas, travestis dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar	“Facções têm códigos rígidos e não aceitam conviver com LGBTIs”, “olhavam com preconceito”, “não consideram a identidade de gênero”, “cela dos viados”, “você tem que apanhar”.
Duro não é ser mãe, mais difícil ainda é ser mãe de “preto ou de gay”	“aquele vea dinho”, “aquela bicha”
Para fim de polêmica em doação de sangue, lei derruba artigo que barra gays	“cheio de doenças”, são promíscuos

O autor do termo “dos travestis”, emprega o pronome masculino ao se referenciar as travestis. “Uma raça dessa” é usado pelo autor da frase como se as travestis fossem inferiores, segundo o Dicionário online Michaelis, “raça” também pode significar “grupo de pessoas que são normalmente identificadas por seus defeitos ou falhas de caráter”. “São a própria ofensa em pessoa”, de acordo com o Dicionário Michaelis ofensa significa ação ou efeito de ofender alguém, o autor da frase utiliza esse termo para dizer que a existência das travestis é uma ofensa para outros grupos. Segundo o dicionário “enojar” significa causar nojo ou sentir nojo ou náusea; anojado, nausear, repugnar. Quando o autor se refere a “vocês enojam a sociedade”, diz que a sociedade sente repulsa pelas travestis. Ao utilizar “coisa mais nojenta”, de acordo com o dicionário nojento é o que provoca nojo ou asco; asqueroso, nauseante, nojoso, repelente. O autor utiliza “abominável” e “aberração”, que significam que merece ser abominado; abominoso, detestável, execrável e anormalidade física ou anatômica respectivamente. Os termos “desgraça da espécie humana”, “tem que pegar uma AIDS”, “vocês são hospedeiros de doença”, também são utilizados ao se referenciar as travestis, segundo o dicionário “desgraça” significa qualquer coisa desagradável, AIDS (doença causada pelo vírus HIV) é a deficiência do sistema imunológico humano que foi adquirida pelo ato sexual, por transfusão de sangue contaminado ou pelo uso compartilhado de seringa para o consumo de drogas, síndrome da imunodeficiência adquirida. E quando o autor diz que as travestis são hospedeiras da doença ele se refere ao estereótipo ultrapassado de que as travestis carregam o vírus do HIV, só por serem travestis. Ainda são utilizadas as frases “tem que pegar uma AIDS e morrer, miserável”, “baixar no inferno”, “homossexualismo é possessão demoníaca, o final é o inferno”, miserável significa que tem pouco valor ou importância; ínfimo, insignificante. O autor utiliza “homossexualismo” termo que já foi utilizado no passado, mas passou a ser homossexualidade devido ao “ismo” que significa doença e homossexualidade já foi comprovada pela OMS que não é doença e “possessão demoníaca”, na qual possessão, na religião, é domínio do corpo por

uma entidade, no caso da utilização do autor a entidade é o demônio que na religião é um gênio do mal presente nas religiões judaica e cristã.

“Grupos de risco” a comunidade LGBTQIA+ era vista como “grupo de risco” para o vírus do HIV, mas o correto é comportamento de risco, que correspondente a práticas individuais que podem colocar alguém em risco para a infecção pelo HIV, como, por exemplo, o excesso de ingestão de bebida alcoólica.

Os termos do corpo da notícia, foram “Facções têm códigos rígidos e não aceitam conviver com LGBTIs”, “olhavam com preconceito”, “não consideram a identidade de gênero”, “cela dos viados”, “você tem que apanhar”. As facções são grupos de conflito, que marcam a transição de um estado de desorganização para a reorganização da comunidade, ao não aceitarem conviver com pessoas LGBTQIA+, já demonstra o preconceito vivido no presídio pelas travestis, “olhavam com preconceito” reafirma isso, visto que, preconceito significa atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos. Não considerar a identidade de gênero das travestis é se referenciar a elas por pronome masculino, “viados” é utilizado de forma pejorativa e fora de contexto, devido que as travestis podem ser lésbicas ou heterossexuais e de acordo com o dicionário viado diz-se de ou tecido de lã, com riscos ou veios, próprio para a confecção de roupas. Por último “você tem que apanhar” demonstra a violência enraizada nas pessoas daquele lugar.

“Aquele veadinho”, “aquela bicha” termos utilizados pejorativamente pelo autor dos termos, no dicionário a palavra veado aparece como denominação comum aos mamíferos artiodátilos, ruminantes, da família dos cervídeos e no sentido vulgar, como homossexual masculino, mas entende-se que foi usado de forma para ofender os homossexuais, assim como o “bicha” que no dicionário está como denominação comum a todos os animais de corpo comprido e sem pernas; larva, réptil, verme.

Ao utilizar “cheio de doenças”, “são promíscuos”, vê-se novamente o estereótipo ligado a comunidade LGBTQIA+ sobre doenças e a promiscuidade que segundo o dicionário são as pessoas que tem muitos parceiros sexuais ou não os selecionam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início deste projeto e sonho de realizar a pesquisa no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), ainda na composição do projeto de pesquisa, optou-se por inserir a comunidade LGBTQIA+, formas de preconceito e violência no centro das questões que seriam analisadas. Havia um desejo de contribuir, comprovar e identificar de como essas ações transgridem pessoas e suas vidas, seja ela na sociedade, falta de políticas públicas ou até mesmo na segurança pública.

Este estudo ganhou resistência até o processo de seleção das 49 matérias do Campo Grande News, e a escolha das 07 matérias analisadas divulgadas pelo portal. A pesquisa apresentou algumas definições que são necessárias para entender todo o contexto que vai de encontro com as vivências da comunidade LGBTQIA+. Foi necessário explanar sobre representações sociais, estereótipos, o contexto da violência e homofobia na sociedade e na mídia, sem deixar de lado é claro o jornalismo on-line. Esses conceitos foram essenciais para identificar elementos importantes dentro da pesquisa como por exemplo a forma que os profissionais conduziram o conteúdo do portal em uma linguagem do dia a dia das pessoas, expondo conceitos e realidades de pessoas que tem seus direitos violados. Para chegar nesse contexto foi realizado leituras flutuantes de matérias envolvendo a comunidade LGBTQIA+ em portais de notícias brasileiros, principalmente da região Centro-Oeste que abordava o tema central dessa pesquisa. Em seguida foi delimitado qual seria o veículo que foi escolhido por conta do tempo de atuação, sua localização e relevância para o estado, neste sentido essas escolhas foram de encontro com a linha de pesquisa que este trabalho está inserido: Mídia, Identidade e Regionalidade. Após essa etapa foi delimitado o tempo de análise, como já mencionado anteriormente, o período de análise para a construção do corpus se voltou a um fato histórico, no ano de 2019 onde o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia com a aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989), caminhando ao lado dessa escolha foram selecionadas as palavras chaves que foram utilizadas na ferramenta de busca do site, como LGBTQIA+ e violência, abarcando o período de 12 de meses tendo data início no dia 01 de janeiro de 2019 e data final dia 31 de dezembro de 2019. Após esse processo obteve-se o corpus de 49 matérias que após utilizar os critérios de exclusão em matérias que não tratavam do universo discriminatório contra a comunidade LGBTQIA+, como violência ou LGBTfobia, restou 07 matérias para o universo da análise.

Com isso verificou-se que o jornal relatou sobre violência, homofobia, negligência e estereótipos sofridos pela comunidade LGBTQIA+, é possível notar que o portal de notícias está apenas contando através de suas notícias o reflexo das ações em sociedade vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+.

Dentro da pesquisa e matérias analisadas observa-se alguns termos de caráter pejorativo utilizados para ofender integrantes da comunidade LGBTQIA+, termos os quais se encontram fora de contexto, tendo em vista isso, os significados deles foram colocados no texto para evidenciar a desnecessidade de utilização de termos ofensivos por parte da sociedade, principalmente direcionados a minorias.

Diante do segundo capítulo foi possível identificar através do corpo teórico e material ali levantado que existe uma enorme carência de dados estatísticos por parte do Estado voltados para as violações dos direitos das pessoas da comunidade LGBTQIA+ assim como as violências sofridas por ela. Foi através da análise de conteúdo que se tornou possível evidenciar com clareza a triste realidade da grande maioria dos entrevistados nas matérias.

Em relação ao problema dessa pesquisa, que questiona como acontece a violência, estereótipos ou falas estigmatizadas sobre a comunidade LGBTQIA+ pela ótica do portal de notícias Campo Grande News, foram identificadas 07 notícias, que apresentaram matérias aprofundadas e até mesmo grandes reportagens de maneira clara e com aprofundamento no conteúdo, pois em sua grande maioria foram evidenciadas as vivências dos entrevistados em seus variados contextos. Essas características justificam por exemplo a utilização de textos maiores com informações relevantes. Com isso a análise do material identificou algumas questões, como por exemplo se a homofobia era uma pauta recorrente do portal, ou se o tema “homofobia” era tido ou não como tabu inviável de uma cobertura.

O resultado em relação a essas questões era esperado, pois estamos falando de um dos maiores portais da capital, levando isso em consideração, dá para imaginar que eles dispõem de uma equipe maior para realizar o trabalho com mais estudo e tempo, contudo, vale ressaltar que nas análises é possível verificar que as matérias não possuem uma editoria específica, lembrando que isso é apenas uma observação, mas no contexto geral isso não afeta na qualidade do conteúdo.

Tratando sobre a homofobia percebeu-se que a temática era uma pauta recorrente do portal foi avaliada através da verificação de frequência das publicações de conteúdos voltados para a comunidade LGBTQIA+, das 49 matérias levantadas e 07 analisadas, foram identificadas que as notícias têm sua prevalência em assuntos da capital, contudo, foram inseridas também

notícias que abordavam a vida dessas pessoas em contexto interiorano. Essa produção nos revela a importância que o portal representa frente a temática, pesquisando, apurando e produzindo conteúdo diante dos fatos. A análise ainda apontou a proeminência de material de autoria da própria equipe do portal.

O estudo também alcançou os objetivos: produzir conhecimento teórico necessário para entender a violência contra a comunidade LGBTQIA+, a fim de ampliar a pesquisa sobre esse tema no campo da pesquisa em jornalismo e comunicação no contexto local. Além de apontar a relevância de entender o fenômeno da violência e homofobia dentro do campo da comunicação, discussão sobre os fatores sociológicos, ideológicos e políticos que podem levar a estereótipos e até violências contra a comunidade LGBTQIA+, e a compreensão dos impactos sofridos por integrantes da comunidade através de notícias que explanaram sobre essas realidades.

Na análise qualitativa foi possível levantar algumas considerações, e uma delas é a escolha do marco temporal do trabalho, datada pelo mês de junho de 2019 quando houve a vitória por parte da comunidade LGBTQIA+ onde o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia, com a aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989).

É possível constatar que é claro a contribuição de uma lei na tentativa de diminuir as ocorrências de violências sofridas por pessoas da comunidade LGBTQIA+ diante de uma sociedade conservadora. Vale ressaltar a importância do papel da educação em relação a abordagem de assuntos como gênero e sexualidade no contexto escolar para evitar preconceitos por falta de conhecimento. Saliento ainda que as mídias devem compartilhar do mesmo posicionamento do portal de notícias analisado em questão, dando visibilidade com perspectiva a mostrar suas respectivas realidades e quando possível um enfoque positivo do prisma da comunidade LGBTQIA+. No que tange a responsabilidade do Estado, deve aumentar o número de promoção de campanhas de sensibilização, fortalecimento e informação, voltados para assuntos como mercado de trabalho, orientação sexual, espaços a serem mais ocupados com vistas a diminuir impactos causado pela homofobia.

Notou-se que a população LGBTQIA+ é um dos grupos de minorias que é mais negligenciado pelo Estado e pela sociedade brasileira. Para se ter uma ideia, quando iniciei o processo seletivo para ingressar no mestrado, a homofobia não era crime. Vale ressaltar que as práticas racistas são punidas desde 1989, e a violência contra as mulheres também é crime desde 2006, sob a Lei Maria da Penha. Outros grupos socialmente desfavorecidos também

encontraram regulamentações e leis que valorizam sua existência e bem-estar, como o Regulamento da Criança e do Adolescente (1990), o Regulamento do Idoso (2003), o Regulamento do Índio (1973), o Regulamento da Pessoa com Deficiência (2015). No entanto, o fato de as pessoas LGBTQIA+ ainda não terem legislatura para promulgar leis que protejam sua existência, mostra que o Estado deixa uma mensagem bem clara pela pressão conservadora e alianças com esses setores que em nome da “moral”, da “família” e dos “bons costumes” incitam discursos de ódio e assim os corpos de LGBTQIA+ deixam de ter valor de vida humana, diminuindo o fato que a homofobia existe, deixando assim suas graves consequências.

Com os resultados obtidos foi possível identificar as consequências da violência contra membros da comunidade LGBTQIA+ para a vivência dessa parcela da sociedade, condição essa considerada um importante problema de saúde pública e que deve ser levada com mais seriedade por parte dos nossos representantes.

Nesse sentido, é necessário abordar as causas profundas desses problemas na perspectiva de garantia dos direitos humanos do grupo e enfrentar os ataques morais cotidianos.

Por fim espera-se que as informações coletadas e discutidas ajudem a moldar ações e intervenções na área das políticas públicas de combate à violência contra minorias sexuais e suas consequências, bem como preencher lacunas nos dados científicos locais sobre minorias sexuais, permitindo ações que visem a redução do problema.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. C. **Jornalismo digital**: Dez anos de web... e a revolução continua. Comunicação e Sociedade, vol. 9-10, 2006, p. 93-102. Disponível em: <<https://revistacomsoc.pt/article/view/1217>>

ANDRADE, R. N. **Direitos humanos e diversidade**: uma análise sobre a representação da população LGBTTTI na mídia. Centro de Comunicação, Turismo e Arte – UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/cj/contents/tcc/direitos-humanos-e-diversidade-uma-analise-sobre-a-representacao-da-populacao-lgbttti-na-midia_rodrigo-nascimento-andrade.pdf/@@download/file/DIREITOS%20HUMANOS%20E%20DIVERSIDADE%20UMA%20AN%20LISE%20SOBRE%20A%20REPRESENTA%20C3%87%20C3%83O%20A%20POPULA%20C3%87%20C3%83O%20LGBTTTI%20NA%20M%20C3%8DDIA_Rodrigo%20Nascimento%20Andrade.pdf>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. Ed. Lisboa: EDIÇÕES 70 – BRASIL, 1977.

BASILE, Juliano. **Adaptações do Jornalismo em tempos de novas tecnologias**. 2009 (ano de depósito) 301 folhas. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2009)

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010440362008000100005&script=sci_abstract&lng=pt>

BORRILLO, B. **A homofobia**. In. Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. Tatiana L.; Debora D. (Orgs.). Brasília: Letras Livres-EdUnB, 2009. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2009/05/homofobia_e_educacao.pdf>

BOTELHO, I. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011>

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

BRANDÃO, Fagner Alves Moreira. **RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL DAS IGREJAS CRISTÃS INCLUSIVAS EM GOIÁS**. 2021 (ano de depósito) 214 folhas. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2021.

BRECHT, B. **El Compromisso en Literatura y Arte**. Barcelona: Ediciones Península, 2ª. ed., 1984.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (org.) **Estudioslatinoamericanos sobre cultura y transformacionessociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires, Clacso, 2001, p.65.

CARVALHO, C. A. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2012.

CARVALHO, F. **Você na era digital: os desafios da revolução da comunicação**. MKII Corporation, 2014. Disponível em: <<http://www.mk2.com.br/mk2/voce-na-era-digital-os-desafios-da-revolucao-na-comunicacao.asp>>.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ltda. 2001.

CASTRO, C. **Evolucionismo cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. O que interessa ao público nos portais informativos? – as notícias ‘mais lidas do dia’ e o papel da internet como fonte de informação política durante o período eleitoral. **Revista Compolítica**, n. 3, v. 2, ed. jul./dez. 2013.

CHISTOFORI, E. C. **O jornalismo do futuro: o processo de comunicação no jornalismo digital**. FACOM. Universidade Federal de Juiz de Fora – 2006. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/ECChistofori.pdf>>

CIOCCARI, D.; EZEQUIEL, V. C. **Discurso de ódio na tribuna da Câmara dos Deputados**. REU - Revista De Estudos Universitários, 2017. p. 209-225. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/3002>>

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. **Armas, Ódio, Medo e Espetáculo em Jair Bolsonaro**. Revista Alterjor. ECA-USP, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/download/144688/141608/299042>>

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE SEXUAL. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. São Paulo: SJDC/SP, 2014. Disponível em: <http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf>

CORRÊA, F. S. **Um estudo qualitativo sobre as representações utilizadas por professores e alunos para significar o uso da Internet**. Universidade de São Paulo: Ribeirão Preto, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-08102013-162610/publico/Fabiano_Correa_Mestrado.pdf>

CORTE, Jéssica Cristina. **Popularização da Ciência: Panorama das Divulgações Científicas em Quatro Portais de Web Notícias no Mato Grosso do Sul**. 2022 (ano de depósito) 132 folhas. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

CUCHE, D. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. **Violência: um problema global de saúde pública**. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>>

DOURADO, L. A. **Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ERCILIA, M. **A internet**. São Paulo: Publica Folha. 2000. 102p.

EVANS, D. **A Internet das Coisas: como a próxima evolução da internet está mudando tudo**. Cisco Internet Business SolutionsGroup (IBSG), 2011. Disponível em: <https://www.cisco.com/c/dam/global/pt_br/assets/executives/pdf/internet_of_things_iot_ibsg_0411final.pdf>

FELIX, Y. E. F. **Uma visão sobre o que vem a ser mundo na era digital**. Revista UniProjeção, 2016. Capa > v. 7, n. 1. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao4/article/download/603/584>>

FERRARI, P. **Jornalismo digital**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FEIX, I. **Representações sociais, memória e cultura: a sociedade de consumo e seus estilos de vida imaginados**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba – PR, 2017. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3210-1.pdf>>

FONTES, M. Ilustrações do Silêncio e da Negação. In. LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/ptbr/wpcontent/uploads/2009/05/homofobia_e_educac_ao.pdf>

FORTUNA, Fernanda França. **Perfil do ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul: mapeamento e avaliação dos portais noticiosos**. 2014 (ano de depósito). 135 folhas. Dissertação (Mestrado em Comunicação) -- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GILES, D. **Psychology of the media**. Nova Iorque: PalgraveMacmillian, 2010.

GODOY, E.V.; SANTOS, V. M. **Um olhar sobre a cultura**. Educação em Revista Belo Horizonte v.30, n.03, p.15-41, Julho-Setembro 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982014000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>.

GONÇALVES, A. F. **Sobre o conceito de cultura na antropologia**. Cadernos De Estudos Sociais - Recife, V. 25, nº. 1, p. 061-074, Jan./Jun., 2010. Disponível em: <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/download/1416/1136>>.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Editorial: PUC-Rio: Apicuri. Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf>

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2ª ed., 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 10/06/2022.

JODELET, D. **Reflections sur le traitement de la notion de représentations sociale em psychologiesociale**. *Les Représentations*. Paris VI, (2-3), 15-41. Ano 1984. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/comin_1189-3788_1984_num_6_2_1284>.

JUNQUEIRA, R. D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: Seminário corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas, 3., 2007, Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007. Disponível em: <<http://www.sexualidadeescola.furg.br/phocadownload/3%20seminrio.compressed.pdf>>

_____. **A Homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!** Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1890_892_junqueir_a171-722-3-PB.pdf>

KAWAMOTO, K. **Digital Journalism: Emerging Media and the Changing Horizons of Journalism**. New York, 2003.

KRUG, E. G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002. p. 1664.

LACERDA, M; PEREIRA, C; CAMINO, L. **Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais**. *Psicologia: reflexão e crítica*, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018>

LEAL, B.S.; CARVALHO, C. A. **Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar?** *E-compôs*. 2009; 12(2):1-15. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/214>>

LEAL, B. S. e MENDONÇA, C. C. **Dilemas da visibilidade jornalística das violências contra pessoas LGBTQ+ e contra mulheres heterossexuais no Brasil**. *Reciis – RevEletronComunInfInov Saúde*. 2019 abr.-jun.;13(2):261-72. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1707>>

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LINS, B. F. E. **A evolução da internet: uma perspectiva histórica**. Cadernos ASLEGIS, 2013. Disponível em: <http://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf>

LOPES, Anderson Ferreira. **A Legitimação da Homofobia e Transfobia: Uma Análise Pragmática de Algumas Mídias como Difusoras da Discriminação**. Sergipe: Realize, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conquer/2018/TRABALHO_EV106_MD1_SA4_ID157_13032018161421.pdf>. Acesso em: 29/03/2021

LOURO, G. L. *et al.* **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição, Autêntica: Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/GuaciraLopesLouro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>

MAGRANI, E. **A Internet das Coisas no Brasil: estado da arte e reflexões críticas ao fenômeno**. Instituto Igarapé, 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/11/A-Internet-das-Coisas-no-Brasil-Estado-da-arte-e-reflexo%CC%83es-cri%CC%81ticas-ao-feno%CC%82meno-Eduardo-Magrani.pdf>>

MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+. Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. 2ª edição. Curitiba/PR. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>

MAYA, A. C. L. **Homossexualidade: Saber e Homofobia**. 2008 (ano de depósito) 190 folhas. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MIELNICZUK, Luciana. **Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web**. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs.). Modelos de jornalismo digital. Salvador: Calandra, 2003.

MIRANDA, M. M. **Sociedade, violência e políticas de segurança pública: da intolerância à construção do ato violento**. Coordenação do Espaço de Estudos e Pesquisas das Violências e Criminalidade – EepViC- Machado Sobrinho. UFJF – MG, 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo01REM3.pdf&ved=2ahUKEwj6kOeep_TtAhWOH7kGHV1qAGYQFjABegQIAhAB&usq=AOvVaw0AA-ARrFK4xYm6wCxPA533>

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, Ltda, 2020.

MONSANTO BRASIL. Aliança LGBTA. Cartilha. (n.d.)

MOSCOVICI, S. **La représentation sociale de l'analyse psychanalytique**. Paris: PUF, 1961

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. **Causa Mortis: Homofobia – Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil**. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de

Homossexual no Brasil, 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dht/br/mott_homofob/index.html>

NJAINÉ, K. **Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes:** reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública. Rio de Janeiro: s.n., 2004.

NASI, L. e ANDDRETTA, J. **A violência narrada:** Análise de notícias policiais envolvendo adolescentes e jovens em jornais locais de Ijuí – RS. Salão do Conhecimento, Ciência alimentando o Brasil – UNIJUÍ, 2016. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7148/5914>>

NUNES, A. L. A. **Jornalismo na internet:** a nova narrativa das reportagens multimídia. UFV, Viçosa/MG – 2014. Disponível em: <https://www.jornalismo.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/AnaLuisaTCC.pdf>>

OLIVEIRA, R. N. G; FONSECA, R. M. G. S. **A violência como objeto de pesquisa e intervenção no campo da saúde:** uma análise a partir da produção do Grupo de Pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem. Revista Esc. Enferm. USP, 2014. P. 32-39. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00031.pdf>

PERUCCHI, J. *et. al.* **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays.** Estudos de Psicologia, 19(1), Juiz de Fora, janeiro a março/2014, p. 1-88. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2014000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

REGES, Thiara Luiza da Rocha. **Características e gerações do Webjornalismo: análise dos aspectos tecnológicos, editoriais e funcionais.** 2011 (ano de depósito) 96 folhas. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Faculdade São Francisco de Barreiras. Barreiras, 2011.

RASÊRA, M. **Jornalismo digital:** do boom aos dias atuais. Uma reflexão sobre a necessidade da convergência de meios decorrente da mudança de hábitos de consumo da notícia. Revista Ícone. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Federal de Pernambuco. Capa> v. 12, n. 1 (2010). ISSN 2175-215X. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230424>>

REIS, T.; EGGERT, E. **Ideologia de gênero:** uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educ. Soc., Jan 2017, vol.38, no.138, p.9-26. ISSN 0101-7330. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&nrm=iso>

SANTOS, A. R. R. **O Preconceito nas Relações Sociais Entre Homossexuais e Heterossexuais:** Uma Análise Documental. UFMG, Belo Horizonte-MG. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33215/1/O%20Preconceito%20nas%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Sexuais%20entre%20Homossexuais%20e%20Heterossexuais%20-%20Uma%20an%C3%A1lise%20documental%20%281%29.pdf>>

SANTOS, B. P. **Internet das Coisas: da teoria à prática**. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Ciência da Computação, UFMG – Belo Horizonte/MG, 2016. Disponível em: <<https://homepages.dcc.ufmg.br/~mmvieira/cc/papers/internet-das-coisas.pdf>>

SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.; NEGREIROS, F. **Atitudes e estereótipos em relação a velhice LGBT**. Interdisciplinar, São Cristóvão, v. 29, jan.-jun., p. 57-69, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/download/9624/7457/>>

SANTOS, Sérgio Lima dos. **Processos de emergência e de definição da homofobia como um problema público no Brasil**. 2018 (ano de depósito) 245 folhas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/9248>>

SERRA, G. M. A. **Saúde e nutrição na adolescência: obesidade e corpo ideal**. Escola Nacional de Saúde Pública. Revista capricho. 136p. 2001.

SHOEMAKER, P. J. **Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, A. et al. **A violência homofóbica no Rio de Janeiro a partir do jornalismo digital**. Interface. Botucatu, 2020. Disponível em: <<https://interface.org.br/publicacoes/a-violencia-homofobica-no-rio-de-janeiro-a-partir-do-jornalismo-digital/>>

SILVA, J. C. T. **Tecnologia: Conceitos e Dimensões**. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - ENGEPP. Anais... p.1- 8. Curitiba. 2002. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR80_0357.pdf>

SILVA JR., J. A. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo: agências de notícias como estudo de caso**. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/junior-jose-afonso-interfaces-mediadoras.pdf>>

SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N. **Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa**. Estudos de Religião, v. 30, n. 3. Pg. 129-154. Setembro-Dezembro: 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6309>>

SILVA, R. S. et al. **Crítérios de Noticiabilidade, Valores-Notícia e Jornalismo de Proximidade para o Desenvolvimento Regional/Local1**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2533-1.pdf>>

SIMÕES, P. G. **A centralidade da experiência na constituição das representações: contribuições interdisciplinares para o campo da comunicação**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.13, n.1, jan./abr. 2010.

SOMOSGAY. Manual LGBT Paraguayo. Assunção, Paraguai: SOMOSGAY, 2014. Disponível em: <<http://somosgay.org/publicaciones/manual-LGBT-paraguayo>>

SOUSA, J. P. **Elementos da Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2ª ed. Porto. 2006.

SQUIRRA, S. **O jornalismo do futuro**. In. Comunicação e Sociedade, n.º 28, p. 75-99. São Paulo: UESP, 1997.

STACCIARINI, I. C. **A Representação da violência nas notícias populares: A construção de uma narrativa dramática**. PPGCOM – UNB. Brasília – DF, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_bdc7c5eca69ec7b3b024611467c4858d>

TELLAROLI, Taís Marina. **Gestão da informação no jornalismo on-line: estudo do portal Campo Grande News**. Dissertação de Mestrado. Bauru: Unesp, 2007

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social de mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TOLEDO, L. G.; PINAFI, T. **A Clínica Psicológica e o Público LGBT**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol. 24, n. I, p. 147-163, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000100010>

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, v. II, e. ed., 2012.

URIAS. **Andar em paz**. EP Urias, 2019. Produção Lan Lanh, Indie.

VASQUES, A. C. C. L. **Telejornalismo convergente: o uso do whatsapp como ferramenta de participação do público no Telejornal Bom Dia MS**. Revista Contracampo. PPGCOM-UFF. Edição v. 38, n. 3 (2019). Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/27633/pdf>>

VIEIRA, P.R., GARCIA, L.P., MACIEL, E.L.N. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?** Revista Brasileira Epidemiol, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v23/1980-5497-rbepid-23-e200033.pdf>>.

WAREHAM, James; **MURDERED, Hanged And Lynched: 331 Trans People Killed This Year**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jamiewareham/2019/11/18/murdered-hanged-and-lynched-331-trans-people-killed-this-year/#6a1f76722d48>>

WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WINQUES, Kérley. Apuração e inovação: uma análise da série UOL TAB, do portal UOL. In: **6º Simpósio de Ciberjornalismo**, Campo Grande, MS, 2015.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes Ltda, 2009.

ZALUAR, A. M. **Violência e Crime.** In: MICELI, Sergio (Org.). O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999, v. 1, p. 15- 107. p. 28.

ZIZEK, S. A violência. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANEXO I

Seleção de notícias feita na pesquisa “*Causa Mortis: Homofobia – violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*” produzida por Luiz Mott e Marcelo Cerqueira, no ano 2000.

LEITOR CONDENA ADOÇÃO POR CASAL HOMOSSEXUAL, MG

“Quero manifestar aqui o meu repúdio diante da decisão da nossa Justiça de conceder a guarda de uma criança a um casal homossexual. Com o advogado, amo a minha profissão, mas antes vem o amor à verdade. No entanto, certos profissionais, particularmente no campo da família, transformam o direito numa brincadeira de laboratório, na qual tudo vale, tudo é bonito. Em seus experimentos, utilizam-se de falsos conceitos e meias verdades para criar a sua própria realidade, desprezando a verdade mais profunda a respeito do homem, de sua natureza, de seu modo de ser. Por esse motivo, semelhante decisão não me parece um ato de coragem, mas da mais pura covardia. Que é, senão? covardia, a fuga à verdade sobre nós mesmos? Do ponto de vista jurídico, segundo o Sr. Rodrigo da Cunha Pereira, podemos engolir os mais terríveis absurdos. Parece que, se a criança está feliz e garantida sua segurança, sua guarda poderia ser concedida até mesmo a um casal de cães, que tudo estaria perfeito do ponto de vista jurídico. Não é uma solução ousada e inovadora? O que mais dói é ver a enorme facilidade com que, em nome do amor, se atira pela janela conceitos e valores que a humanidade levou milênios para sedimentar”. Caio Márcio Barreto Penna Chaves, Advogado. [Fonte: O Estado de Minas, Cartas à Redação, 11/8/2000]

PANFLETO HOMOFÓBICO É ENCONTRADO EM COMITÊ DO PMDB EM MG

No Comitê de Bonifácio Mourão (PMDB), prefeito e candidato à reeleição em Governador Valadares, foram encontrados pela Justiça Eleitoral, panfletos contendo textos que agridem os homossexuais. Com uma foto de dois homens se beijando, diz o folheto: “É isso que o PT quer para nossas famílias”, vindo assinados pelo Movimento de Defesa da Dignidade da Família Cristã Brasileira. O texto diz ainda: “Diga não para essa aberração”. O candidato negou a autoria do folheto. [Fonte: Arquivo GGB, Internet, denúncia de ju@glsparty.com.br, 19-9-2000].

JORNALISTA CONDENA PARADA GAY, ES

O jornalista Uchôa de Mendonça, de “A Gazeta”, do Espírito Santo, escreveu: “São Paulo, além do ‘fenômeno’ Pitta, Nicéia e outros casos escabrosos, reuniu domingo, dia 25 último, a 4ª Parada do Orgulho GLBT, dando à Polícia um aglomerado de 100 mil ‘bichas’, o maior evento do gênero no país. Ainda não consegui avaliar o que representam essas cavalares manifestações, se dizem respeito a uma maneira ostensiva de se exporem, contra os que condenam esse tipo de comportamento ou se, na realidade, o movimento está mais para um protesto coletivo contra sua rejeição pela sociedade ou se, na verdade, essas manifestações fazem parte do que podemos chamar de cultura espalhafatosa dos gays, sempre extrovertidos no seu comportamento, mais para provocativo do que realmente engraçado. Quando menino, em São Mateus, conheci a primeira ‘bicha’ que andava perambulando pela cidade. Era um falante, desbocado, que alardeava sua condição de veado para todo mundo tomar conhecimento. Aqui em Vitória, no meu tempo de menino, também existia uma velha ‘bicha’, chamada de ‘Professor Irênio’, que vivia vestido de branco, impecável,

com uma flor vermelha no peito e, no braço, pendurado, um guarda-chuva, que lhe dava um ar grotesco. O tempo passou e a veedagem foi se desenvolvendo. Chegamos ao disparate de uma manifestação da Parada Gay desfilar com 100 mil participantes, o que não deixa de ser interessante e até movimentar a classe política que, ávida por votos, é capaz até de dizer que é gay também...” [Fonte: “A Gazeta”, 2-7-2000] (MOTT e CERQUEIRA, 2000).

JORNALISTA DISCRIMINA HOMOSSEXUAIS, DF

O jornalista Ari Cunha, em 22/9/2000, escreveu: “Veda a constituição a discriminação a pessoas por idade, sexo ou cor. Daí para todos ficarem calados com a união do mesmo sexo é o mesmo que botar velho na creche e homem freqüentar toailete feminino”. [Fonte: Arquivo GGB, Internet, denúncia de jaquesjesus@yahoo.com, 22-9-2000]

JORNALISTA RIDICULARIZA HOMOSSEXUAIS, BA

Em entrevista realizada em Porto Seguro, Eduardo Bueno, declarou: “o maior especialista mundial em homossexualismo é o Luiz Mott, aquele viadão baiano...”. E ao tratar da sexualidade dos ameríndios, disse: “índio ia lá por trás e crau, rapidinho. Era sexo animal mesmo...a boca não era uma zona erógena e os portugueses vieram de linguão... havia muito índio viadão, boiola e muita índia lésbica.” [Fonte: “Jornal do Sol” nº151, janeiro/2000, “Um motivo a mais para se comemorar”]

LEITOR CONDENA DIA DO ORGULHO GAY, RJ

O músico Júpiter de Azevedo disse que sempre existiu, existe e existirá a aversão e preconceito ao movimento que estimula a prática escandalosa da homossexualidade, e que é preciso separar o joio do trigo: “o dia internacional do Orgulho Gay na verdade é o dia da vergonha gay, e esses festejos são sua própria condenação e uma triste aberração. Os grupos de Drag Queens, Gays, Lésbicas e semelhantes não têm direitos a conquistar pelas suas práticas desviadas, levianas e nada naturais. A bandeira que tentam hastear é a da vergonha.” [Fonte: *Jornal do Comércio/RJ* 11/7/1999].

CARTAZ DA MONT BLANC APREENDIDO POR SUGERIR LESBIANISMO, RJ

Um cartaz promocional de uma campanha do ano passado exibido na vitrine da loja Caneta Continental, no Barra Shopping, no Rio de Janeiro, foi apreendido nesta semana por dois Comissários de Justiça da primeira vara da infância e da juventude. O motivo alegado é que ele sugere o lesbianismo. Isto porque a peça mostra a imagem de uma mulher com os seios nus supostamente apoiados por mãos femininas, já que as unhas são pintadas. Sobre o corpo, aparece a frase: I loveyou” escrita com caneta Mont Blanc. Além de ter o cartaz apreendido, a loja foi acusada de apresentar cena de nudez de forma inadequada ao Estatuto da Criança e do Adolescente.[Fonte: Arquivo GGB, Internet, denúncia da “Liga Estratégica de Gays e Lésbicas”, legal.bra@uol.com.br, 13-3-2000].

JORNALISTA RIDICULARIZA PARADA GAY, RJ

O jornalista Gilberto de Mello Kujawaski em artigo intitulado NÉLSON RODRIGUES E A PARADA GAY, escreveu: “O que põe a perder esses gays de parada não é sua compulsão sexual atípica, é o excesso de frescura... Basta o nome gay para avacalhar a classe. Por que razão os sodomitas teriam que ser boçalmente alegres, estupidamente festivos? Hoje, o sodomita e a sodomita viraram figuras ridículas, palhaços, um grupo de bonecas e travecas rebolando na avenida sem nenhuma dignidade. Que ninguém se engane. Os gays estão se infiltrando em todos os setores da sociedade como verdadeira maçonaria ou sociedade secreta. “[Fonte: Jornal do Brasil, 7-7-2000, notícia divulgada na Internet por João Silvério Trevisan]

APRESENTADOR DE TV DEBOCHA DOS GAYS EM SÃO PAULO

Os ouvintes da rádio JOVEN PAN 2, de São Paulo, estão exigindo um pedido de desculpas no ar do apresentador Luciano Huck, que vem debochando dos gays que ligam, aos domingos, para o seu programa TORPEDO, da Jovem Pan. No dia 11/6, três homossexuais não gostaram de serem tratados com menosprezo e sarcasmo pelo apresentador. Os ouvintes disseram que esta não foi a primeira vez que os gays foram alvo de gozações por parte de Huck. [Fonte: *Correio da Bahia*, 23/6/2000].

CARTAZ DO ORGULHO GAY É PROIBIDO NO METRÔ DE SÃO PAULO

A diretoria do Metrô de São Paulo impediu a divulgação em suas dependências do cartaz da 4a Parada do Orgulho Gay. “Não há nenhuma justificativa plausível para este ato,” disse Carlos Passarelli, responsável pela articulação do Ministério da Saúde com a prevenção de DST/Aids junto à comunidade homossexual. [Fonte: *Diário Catarinense/SP* 23/06/2000].

MALUF POSICIONA-SE CONTRA HOMOSSEXUAIS NA TV EM SÃO PAULO

Utilizando-se do que considera ser um dos principais pontos fracos da campanha de Marta Suplicy (PT) à prefeitura paulistana, o candidato do PPB, Paulo Maluf, fez um apelo aos cristãos para que não votem na petista por sua postura de defesa da ampliação do direito ao aborto e da parceria civil entre homossexuais. “Sou cristão e respeito muito os evangélicos. Se você é cristão, a outra candidata defende certas coisas inaceitáveis para um cristão: defende o aborto e a oficialização da união entre pessoas do mesmo sexo”, disse. “Como cristão, recrimino essa posição.” [Fonte: *Folha de S.Paulo*, 6-10-2000].

HOMOFOBIA NA MÍDIA, SP

Mário Sérgio Conti em artigo sobre o Morumbi Fashion, disse que TuffiDuek, das grifes Fórum e Triton, destoa no mundo da moda “porque, num mundo repleto de maricas, é um heterossexual assumido, que tem duas filhas”. Um tal de Gil’s Restaurante recém inaugurado na 9 de julho, fez a gracinha de abrir um terceiro banheiro, reservado a gays. Será que eles querem dizer que homossexuais devem ser mantidos isolados de homens e mulheres “normais”? [Fonte: *Revista da Folha/SP* 9/7/2000].

CONY ASSOCIA AIDS A HOMOSSEXUAIS

Carlos Heitor Cony, articulista da Folha de São Paulo, em crônica de 3 de março de 2000 disse que “para pegar AIDS na certa basta frequentar gays.” [Fonte: *Folha de São Paulo*, 3-3-2000]

HACKER DESTROI SITE GAY NA INTERNET

Mensagem divulgada nos sites gays do Brasil: “Essa página foi hackeada pelo movimento anti-gay: ha. Os bichinhas e viadinhos vão ficar sem um ponto de encontro! Que os gays sejam expulsos da Internet. viva os héteros! [Fonte: <http://zezegodoy.jumpfun.com/> , 29-9-2000]

SITE NA INTERNET HOSTILIZA RENATO RUSSO

“Em 1982 nascia a banda Legião Urbana, que futuramente seria chamada de melhor banda de rock do Brasil. Mas é claro que existe gente como nós, com um bom senso crítico, que acha essa banda uma bosta. Ela só não é pior porque Renato Russo morreu. A banda, aquela porcaria nunca foi boa. A começar pelo vocalista e compositor, o fresco do Renato Russo, que tem uma voz muito ruim, muito desafinada, pra um cantor profissional. Se não bastasse isso, o Renato Russo ainda era viadão! E assumido! Ora, qual o exemplo pra sociedade que um cara desses dá? Era frango, e ainda dava o cu sem camisinha! Ele fez tanta merda durante a vida, que ela acabou só servindo pra isso mesmo: Deixar de exemplo que não se deve transar sem camisinha. E pra finalizar esse texto, agradecemos ao outro viado que passou AIDS pro Renato, e livrou nossos ouvidos de mais músicas idiotas. Mas bem que ele podia ter morrido bem antes, né?” [Fonte: Arquivo do GGB, Internet, <http://www.odeiolegiao.cjb.net/> 6/2000]

CHICO ANISIO DÁ ENTREVISTA HOMOFÓBICA NA INTERNET

Chico Anísio, em entrevista para o site MR ZIP, declarou:

Mr.Zip - Fala-se muito em homossexualismo entre os artistas de televisão. O que você acha disto?

Chico - Não tinha não. Acho melancólico. Daqui a um tempo, a minha profissão estará ligada ao homossexualismo tanto quanto a de bailarino se tornou. Eu sou do tempo em que todo comediante era espada e que as mulheres eram apaixonadas pelos humoristas. Acho que o problema vem dos diretores. Há um certo número de diretores homossexuais. Eu não tenho nada contra os caras serem homossexuais. É uma opção e eu respeito isso. O problema são as panelinhas, onde só entram homossexuais.

Mr.Zip - O que você está querendo dizer?

Chico - Que nas novelas dirigidas por homossexuais, além dos grandes astros só entram bichas. Nas novelas em que os diretores são bichas, os bichas têm tudo. Quem não é bicha não tem. Eu tenho um filho de 36 anos, que é homem e um ótimo ator, e não consegue trabalho em novela nenhuma. É um mistério, uma coisa extremamente desagradável. Os únicos que deram trabalho para ele foram o Ricardo Waddington e o Jayme Monjardim, que são “espadas”. Metade deles fui eu quem botou na Globo. Então, eu fico pensando... Estou vivo e eles fazem isso com meus filhos. Imagina quando eu morrer?” [Fonte: Arquivo GGB, Internet, denúncia de maitel@uol.com.br, <http://www.mrzip.com.br/entrevista/enchte.html>, 5-7-2000]

NOVELA UGA UGA DISCRIMINA HOMOSSEXUAL

A novela “UGA UGA” deixou os gays irados quando o personagem Beterraba, na pele do ator Marcelo Novaes, foge de bandidos vestido de mulher e os vizinhos insinuam que ele é homossexual. Beterraba reage ofendido, achando que sua honra foi dilacerada. Segundo a comunidade gay, Beterraba, mais tarde recebe uma cantada de um homem e o nocauteia com um soco, na frente de uma grande quantidade de pessoas, que nada fazem. Ele teria dito: “Pior do que a invasão de marcianos à Terra é essa invasão moderna de boiolas.” [Fonte: *Revista Manchete/SP*, 3/6/2000]

CANTOR DANIEL ESTIMULA VIOLÊNCIA CONTRA GAYS NA TV

O cantor Daniel, fez uma declaração homofóbica no programa *Domingo Legal*: questionado sobre a fotografia que tirou de cueca, uma pessoa disse à Daniel que uma amiga dele comentou que na foto ele havia “saído com cara de boiola”. O cantor não conseguiu disfarçar seu constrangimento e ficou ainda mais desconcertado quando a mesma pessoa perguntou: “Você se achou com cara de boiola?”. Após a negativa, ele afirmou: “este tipo de ‘desgosto’ eu não vou dar para o meu pai.” [Fonte: Arquivo GGB, Internet, denúncia de thewanderer@uol.com.br, 17-7-2000].

CANTOR DANIEL PREGA VIOLÊNCIA ANTI-HOMOSSEXUAL

Daniel fala das conquistas que lhe são atribuídas com naturalidade. Só perde a estribeira, como dizem os caipiras, quando lhe perguntam sobre o que faria, caso visse homens se beijando. “*É capaz de eu dar umas porradas neles. Ah... perto de mim, bicho. Que faça longe, não é verdade? diz. É aí que o circo pega fogo.*” [Fonte: IstoÉ Gente, 20 de dezembro de 1999]

HOMOFOBIA DE LEITORES DA REVISTA DA WEB

Cartas chegaram a redação da Revista da Web de maio de 2000, edição 8, com relatos homofóbicos referentes à capa com o modelo Paulo Zulu. “Em meu trabalho fui pichado por estar carregando uma revista feminina ou de gays”, “Como posso sair com minha revista da Web! na rua se as pessoas vão ver que tem um cara na capa? Elas podem pensar que sou gay ou coisa parecida”, “Essa capa com Paulo Zulu é ridícula. Essa revista não é a G Magazine”, “Quando fui mostrar para meus colegas, ficaram me chamando de boiola”, “a capa da última edição, que mais parece de revista gay (...) essas montagens que não dizem nada”, “Não sou contra a beleza masculina, mas é humanamente impossível que eu me imagine andando pelas ruas com uma revista com tal capa.”, “Minha mãe, passando pelo quarto, perguntou: Essa revista é de homem pelado? Por favor, pessoal, não me façam passar por uma situação constrangedora como essa de novo”. [Fonte: Arquivo GGB, Internet, denúncia de ginzburg@zaz.com.br, 15-5-2000].

PERSONAGENS HOMOSSEXUAIS SÃO CENSURADOS NA TV

A primeira semana de vigência da Portaria 796 do Ministério da Justiça – que determina a classificação dos programas de TV por idade – não provocou mudanças significativas na programação das emissoras, uma vez que cenas de violência e sexo continuam sendo exibidas. A Portaria, além de provocar alvoroço nas emissoras, já começou a dar dor-de-cabeça para autores e diretores de TV. Depois do Pitbicha, personagem de Tom Cavalcante no Megatom – cortado do programa, Suzy (Cláudia Lira), que teria envolvimento homossexual com Maria João (Vivianne Pasmanter), em Uga Uga, será modificada. [Fonte: O Dia, 24-9-2000].

BEIJO GAY CENSURADO

Cenas mostrando beijos apaixonados entre casais homossexuais levaram a campanha publicitária de *O Site* ao conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar). Sintonizado com as últimas ações “moralizantes” do Ministério da Justiça e do Juizado de Menores, especialmente do Rio de Janeiro, o Conar sugeriu que, por causa do seu conteúdo polêmico, a campanha fosse veiculada pela televisão apenas em horários de pequeno alcance de público ou seja, após as 22 horas. [*Fonte: Jornal da Tarde/SP, 16/11/2000*] (MOTT e CERQUEIRA, 2000).

ANEXO II

Matérias clipadas com declarações homofóbicas por parte de pessoas publicas

Figura 14. Matéria publicada no Estadão, após polêmica do ator Caio Castro.

Após polêmica, Caio Castro diz que não tem preconceito contra gays

Ator afirmou que 'era melhor ter fama de pegador do que ter fama de veado'

estadão.com.br,
23 de novembro de 2011 | 18h20

Fonte: Jornal Estado de São Paulo.

Figura 15. Matéria publicada na Revista Veja, após fala polêmica de Mara Maravilha.

Na TV, Mara Maravilha chama gay de 'aberração'

No 'Morning Show', da RedeTV!, ex-apresentadora infantil, que é evangélica, diz que admira o pastor Marcos Feliciano, avalizador do projeto de 'cura gay'

Por Da Redação 24 jun 2013, 16h48

Fonte: Revista Veja

Figura 16. Jornal Gazeta Web - Edição de 19 de março de 2019.

Bolsonaro diz não ter nada contra LGBT: 'Mas quero minha casa em ordem'

Em entrevista nos Estados Unidos, presidente defendeu modelo de 'família da Bíblia' [COMENTE](#)

Fonte: Jornal Gazeta Web.

Figura 17. Revista Híbrida – Edição de 19 de março de 2019.

Brasil

BOLSONARO LEVA DISCURSO HOMOFÓBICO AOS EUA: "SÓ EXISTE UMA DEFINIÇÃO DE FAMÍLIA"

João Ker, 2 anos ago



Fonte: Revista Híbrida.

Figura 18. Jornal Estadão – Edição de 29 de outubro de 2020

Bolsonaro faz piada com tom homofóbico no Maranhão e depois pede desculpas

'Agora virei boiola igual maranhense', havia dito o presidente depois de tomar guaraná cor-de-rosa, tradicional no Estado

Fonte: Jornal Estadão.

Figura 19. Jornal Extra – Edição de 29 de outubro de 2020.

Bolsonaro zomba de refrigerante rosa do Maranhão e diz que é 'boiolagem'



Fonte: Jornal Extra.

ANEXO III

Matérias selecionadas e analisadas

Figura 20. Após ofender juristas de MS e gays, membro da igreja é denunciado no RJ

☰ Menu
🔍 Busca


CONTEÚDO DE VERDADE

Após ofender juristas de MS e gays, membro de igreja é denunciado no RJ

Altair Genésio, de igreja do Rio de Janeiro, criticou sentença de MS, que condenou homem por manifestações homofóbicas; MPF fluminense pede pagamento de R\$ 20 mil e retratação

Um internauta do Rio de Janeiro foi denunciado pelo MPE-MS (Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul) ao MPF-RJ (Ministério Público Federal) por manifestação discriminatória contra homossexuais, feito a partir de sentença semelhante de morador de Campo Grande. Entre as ofensas, consta "aberração", "abominável" e que todos "tem que pegar AIDS e morrer".

O vídeo foi divulgado em reportagem do **Campo Grande News** em junho de 2017. O site é citado na ação civil pública do MPF-RJ para justificar a denúncia. Além da comunidade LGBT+, o homem também faz ofensas a juristas de MS.

Na ação do MPF-RJ, é pedido que Altair Francisco Genésio seja condenado ao pagamento de R\$ 20 mil por danos morais coletivos, repassando o recurso ao Fundo Federal de Defesa dos Direitos Difusos, além de publicar vídeo de retratação pelo comentário que originou o processo. O termo é assinado por três procuradores da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão.

Ofensas – Altair Francisco Genésio é membro da Igreja Geração Jesus Cristo – Ministério de Elias, liderada pelo Pastor Tupirani, no Rio de Janeiro. No vídeo que originou a ação, Altair cita sentença da 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, de Campo Grande, que condenou Roberto Flávio Cavalcante ao pagamento de danos morais por discurso homofóbico veiculado nas redes sociais em 2007.

Segundo MPF-RJ, Genésio "ultrapassou e muito a liberdade de crítica e de expressão" pelo tom ofensivo e agressivo à comunidade LGBT+ e aos profissionais envolvidos na condenação dada em Campo Grande.

Em um trecho, ele faz acusações à procuradora Jaceguara Dantas da Silva Passos.

Em outro ponto do vídeo, ele fala o nome completo do juiz de Mato Grosso do Sul que deu a sentença o chama de "viado".

Na publicação, completa com ataques agressivos à comunidade: "como é que uma raça dessa ainda se sente ofendida? Eles são a própria ofensa em pessoa! Vocês, quando saem na rua, vocês enjoam a sociedade. Vocês ficam se lambendo pela rua, a coisa mais nojenta, a coisa mais abominável... Vocês são a aberração! Vocês são a desgraça da espécie humana, se é que podemos chamar vocês de ser humano. [...] Tem que pegar uma AIDS, já que vocês são hospedeiros de doença. Tem que pegar uma AIDS e morrer, miserável. Baixar no inferno."

Ainda segundo a ação, Genésio afirmou no vídeo: "A gente morre, a gente não nega nossos princípios e valores, que são a Causa de Jesus Cristo. Homossexualismo é possessão demoníaca, o final é o inferno [...] Processa a Geração Jesus Cristo, que a gente pega seu processo e joga no lixo. Vem na porta da nossa igreja pra você ver. [...] Faz o que você quiser que a gente tá cuspidando na Constituição. A gente tá cuspidando na lei dos homens [...] Nós seguimos é a Bíblia, que é lei de Deus. Fica aqui a minha indignação, seu bando de desgraçados, miseráveis".

Genésio ainda desdenha da ação judicial: ""Processa a gente! Meu nome é Altair Genésio, sou liderado pelo pastor Tupirani. Processa a gente por homofobia, vai lá. Processa a gente e faz a gente pagar quinze mil reais, cem mil reais, pra ver se a gente vai pagar. A gente morre, mas não paga!".

Figura 21. Políticas públicas referentes ao HIV e Aids: onde estamos e para onde iremos?

Menu
Busca

CAMPO GRANDE NEWS CONTEÚDO DE VERDADE

[Mais lidas](#) ← → "Olha o que nós faz com Jack", diz homem ... [Últimas notícias](#)

Artigos

Políticas públicas referentes ao HIV e Aids: onde estamos e para onde iremos?

Por Por Carla Andreotti, Rafael Ferreira e Sofia Maito (*) | 25/03/2019 13:30

Diversos avanços e conquistas ocorreram em âmbito de **saúde pública** para as pessoas que apresentam sorologia positiva ao vírus do HIV (sigla que vem do inglês e significa Vírus da Imunodeficiência Humana), como também para as que convivem com a Aids (sigla também originada do inglês que significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, decorrente da infecção pelo HIV).

Mundialmente, a problemática relacionada ao HIV/Aids é foco de muito estudo por se tratar de um problema de **saúde pública**. Algumas instituições de ensino superior buscam a criação de um anticorpo contra o HIV na tentativa de criar uma vacina e outros esforços são realizados para tentar encontrar mecanismos para remoção do vírus das células infectadas. Muitos avanços já foram alcançados, porém ações preventivas ainda se destacam como uma estratégia eficiente contra o vírus.

As políticas públicas relacionadas ao HIV/Aids no Brasil tiveram seu auge na década de 90 e apresentaram mobilização de diversas parcelas da sociedade, ONGs (Organizações Não Governamentais) e até mesmo de instituições religiosas, como pela Igreja Católica. Esse foi o pontapé inicial para que diversas outras ações fossem realizadas e que fazem do Brasil ainda hoje uma referência no tratamento do HIV/Aids. Desde 2013 há o fornecimento gratuito, via **SUS** (Sistema Único de **Saúde**), da terapia antirretroviral (Tarv – conhecido popularmente como "coquetel").

Deve-se destacar que esses avanços ocorrem também graças aos esforços da sociedade civil, juntamente com a comunidade LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e outros mais) e por profissionais da área da **saúde** que fizeram também a implementação de diversos programas de prevenção e também pressionaram para a o desenvolvimento de políticas para a triagem e diagnóstico de pacientes infectados pelo vírus HIV.

Inicialmente, acreditava-se que a infecção pelo HIV estaria restrita aos chamados "grupos de risco", representados por homossexuais (principalmente homens que fazem sexo com outros homens), profissionais do sexo, dependentes químicos (principalmente as drogas injetáveis e usuários que compartilham seringas) e hemofílicos (devido às constantes transfusões de sangue e ao baixo rigor na qualidade até aquele período).

O grande problema é que esse termo foi associado de forma estigmatizada e apresenta reflexos até hoje em nossa sociedade, devendo ser completamente combatido. Além disso, ao focarmos apenas um grupo, negligenciamos os demais, ou seja, aumentamos o risco da população geral, já que não são ofertadas da mesma forma ações de prevenção e diagnóstico, indo contra a "universalização" preconizada pelo **SUS**.

Infelizmente, nos últimos dez anos, temos acompanhado uma tendência de aumento dos casos de infecção, sendo que a população mais vulnerável é representada por homens jovens que fazem sexo com homens e mulheres trans.

Posteriormente, foi adotado o termo "comportamento de risco", correspondente a práticas individuais que podem colocar alguém em risco para a infecção pelo HIV, como, por exemplo, o excesso de ingestão de bebida alcoólica. Porém, essa noção culpabilizante e restritiva ainda ignora o impacto de diversos fatores, tais como diferenças de renda, cor, classe social e outros, na constituição do risco para a transmissão do HIV.

Atualmente foi incorporado o termo "vulnerabilidade", que pode ser entendido como algo complexo e amplo, como desde a precariedade no acesso à renda e aos serviços de **saúde**, como também as fragilidades de vínculos afetivos (como a rotatividade de parceiros sexuais), associados à desigualdade de acesso a bens e serviços públicos, que podem deixar o indivíduo mais "vulnerável" à infecção pelo HIV. Reforça-se que essas ações não são mais aplicadas a um grupo ou parcela da população, uma vez que a vulnerabilidade acaba atingindo, em diferentes níveis, todas as parcelas da população.

Desde 1996, a população é beneficiada pelas ações do **SUS**, o que inclui ainda as pessoas com sorologia positiva ao HIV. Atualmente, verifica-se um aumento na importância da atenção primária, desempenhando um importante papel no que concerne à prevenção, **educação**, diagnóstico e, bem mais recentemente, o tratamento ao indivíduo com HIV pelas ações promovidas na Estratégia da **Saúde** da Família (ESF). Essa opção em “desburocratizar” o tratamento é um grande passo, evitando ao usuário o constrangimento e a estigmatização, questões que estão intrinsecamente ligadas ao HIV/Aids ainda hoje em nossa sociedade.

Outra importante contribuição que o **SUS** oferece atualmente está relacionada com um novo método de prevenção à infecção pelo HIV chamado Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). O PrEP consiste no uso preventivo de medicamentos antirretrovirais antes da exposição sexual ao vírus, a fim de se prevenir a infecção pelo HIV e promover uma vida sexual mais saudável. Vale ressaltar que a PrEP não protege contra outras ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) ou previne a gravidez e, por isso, o uso do preservativo (“camisinha”) não deve ser desconsiderado. Deve-se reforçar que sua indicação não é para todos, e sim para populações já tidas como “vulneráveis” (como gays e homens que fazem sexo com homens, travestis e transexuais, profissionais do sexo e casais sorodiferentes).

Mais recentemente, houve a introdução do autoteste gratuito via **SUS** visando à popularização do teste. Dessa forma, é possível a realização do teste sem a necessidade da presença de um profissional da **saúde**. Por outro lado, é possível também realizar o teste para HIV e outras ISTs em qualquer COA/CTA, que são Centros de Testagem e Aconselhamento que atendem por livre demanda e estão presentes em diversos municípios no Brasil.

Essa estratégia com os “autotestes” poderá, juntamente com outras ferramentas de políticas públicas, ser um grande dispositivo no diagnóstico de novos pacientes infectados com o HIV, uma vez que o exame estará mais próximo da população. Existem algumas outras estratégias para “aproximar” essas ações, como, por exemplo, em algumas capitais que contam com equipes móveis para a realização de testes para o diagnóstico da sorologia do vírus HIV.

Infelizmente, nos últimos dez anos, temos acompanhado uma tendência de aumento dos casos de infecção, sendo que a população mais vulnerável é representada por homens jovens que fazem sexo com homens e mulheres trans. Apesar de todos os avanços já alcançados nas políticas públicas relacionadas aos pacientes com HIV/Aids, há uma instabilidade sobre como o governo irá trabalhar com essas questões nos próximos anos.

O atual cenário político apresenta uma estrutura mais conservacionista que acaba atribuindo diversos temas como uma “questão familiar”. Porém, a **educação** sexual não deve ser limitada às famílias, uma vez que, cultural e religiosamente, métodos contraceptivos podem ser ignorados por algumas parcelas da população, o que é contra a política de prevenção. Além disso, relegar apenas ao ambiente familiar assuntos como transfobia e homofobia parece ser uma decisão alarmante, no mínimo.

A luta contra o HIV/Aids ainda apresenta um grande caminho a ser trilhado e, para isso, não podemos ignorar todos os avanços já alcançados no Brasil e no mundo. Entretanto, deve-se reforçar a realização de mais campanhas de prevenção e **educação** continuada, como em escolas ou unidades básicas de **saúde**, com uma abordagem que possa atingir todas as camadas da sociedade. Assim, não serão colocados em risco os avanços, já conquistados em nosso país, visando ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas que possuem (ou não) sorologia positiva para o HIV.

(*) Carla Andreotti Damante é professora associada de Periodontia da **Faculdade** de Odontologia de Bauru (FOB-USP); Rafael Ferreira é doutorando na FOB-USP; Sofia Maito é doutoranda em **Saúde Pública** da USP.

Figura 22. Presas, travestis dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar

Menu
Busca



Presas, travestis dividem cela de 30 e sofrem preconceito até para trabalhar

Melhora é gradual e fruto de uma batalha travada contra a discriminação de outros presos. Facções têm códigos rígidos e não aceitam conviver com LGBTIs

Um dia ensolarado faz caminho no pátio e ilumina os rostos de vários homens com camisetas cor de laranja. O “cenário encarcerado” que ocupa a imaginação sobre os presídios, ali não encontra confirmação, já que a maioria, naquela manhã, não estava nas celas. Alta, maquiada e com os cabelos loiros presos em um rabo de cavalo, Loira, como é conhecida, rasga o espaço com desenvoltura e parece não se importar com nada mais do que chegar aonde precisa.

No IPCC (Instituto Penal de Campo Grande), Loira, 33, como gosta de ser chamada (apelido de Rogéria), é uma das mulheres transgênero a ocuparem uma cela específica para LGBTIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais) no presídio, hoje com cerca de 30 pessoas. É, também, uma exceção que trilhou o próprio caminho de resistência para encontrar dignidade e respeito no presídio.

Não é o caso da maioria. A mesma discriminação que faz com que 90% das travestis e transexuais busquem a prostituição nas ruas – estimativa da (Antra) Associação Nacional de Travestis e Transexuais – é encontrada nos presídios, já que a maioria não trabalha por falta de aceitação dos outros presos.

Além do desemprego, o domínio das facções nos presídios, fator que tem crescido nos últimos anos, também promove aumento da divisão social carcerária. Um código rígido estabelecido pelos presos pertencentes a associações criminosas como o PCC (Primeiro Comando da Capital), não aceita que eles convivam no mesmo espaço que pessoas LGBTIs.

O IPCC, ainda assim, é considerado um local mais seguro. Livre de facções até onde se sabe – chama-se esse tipo de presídio de “presídio de oposição” – a vida das travestis é, ali, um pouco mais tranquila. Exceção na maioria dos presídios brasileiros, elas podem dormir em celas específicas. Serem aceitas no trabalho, ainda assim, é difícil. Apenas 5 conseguiram.



Loira, 33, contou sobre a vida dentro do IPCC. (Foto: Henrique Kawaminami)

É o que explica a chefe da Divisão de Promoção Social, Marinês Savoia. “A inserção no trabalho ainda não tem. É por conta da população, dos nossos internos que não aceitam. Os próprios internos não aceitam, com todo esse trabalho de palestras, temos umas quatro ou cinco já inseridas. A gente tenta, nós temos vários grupos com as técnicas que fazem esse tipo de trabalho, de aceitação, de falarem o que é, como é, e assim, devagarzinho”, relata.

Loira é uma das mulheres trans que conseguiram trabalho e melhores condições para a “cela 4”. “O começo”, como ela denomina o momento em que chegou ao presídio não foi fácil. Os presos não aceitavam dividir objetos pessoais, como pratos e copos e os agentes penitenciários, conta, “olhavam com preconceito”.

“No começo era difícil, tinha muito preso que olhava pra mim quando eu comecei a trabalhar, olhava meio de cara feia, agora já acostumou, porque viram que eu não sou um bicho, não sou um animal, sou um ser humano. Sim [são resistentes a pessoas LGBT trabalharem], são bastante. Acho que é por preconceito mesmo, o preconceito é grande”, diz.

Para ela, ainda assim, tudo é um trabalho “de força de vontade” e de não desistir. Loira conta ter unido a cela 4 e batalhado pela reestruturação do espaço. “Tem bastante coisa que tem que mudar. Tem muitos agentes ainda... hoje não, mas no começo tinha muitos que olhavam pra mim com preconceito, eu percebia”, explica.



Loira pausa para a foto no corredor do presídio. (Foto: Henrique Kawaminami)



(Foto: Henrique Kawaminami)

As facções – Loira conhece de perto o preconceito, mas afirma que os presos que integram facções são diferentes “dentro e fora do presídio”. É como se tentassem, relata, estabelecer figuras de poder e domínio dentro das penitenciárias.

Pesquisador e consultor sobre a vida de pessoas LGBTIs nos presídios, Gustavo Passos escolheu o tema como tese de Doutorado e foi contratado, em 2018, para realizar uma pesquisa sobre as condições dos presídios para as pessoas LGBTIs de todo o país. A pesquisa, vinculada ao MDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), vai gerar um relatório para orientar o futuro das políticas públicas. Gustavo chama os presídios de “instituições complexas”.

“A prisão é uma instituição muito complexa, se tem facção ou não, isso tem um efeito muito direto, algumas facções tem estatutos que proíbem o que eles chamam de pederastia, por exemplo o PCC, não são hostis aos LGBTIs, mas exigem que não fiquem juntos, tem algumas diferenças, tudo tem que ser levado em consideração”, afirma.

O consultor explica que a temática tem surgido, de maneira mais incidente, a partir de 2011, com uma série de denúncias sobre violações de direitos humanos. “A violência que as travestis e transexuais sofrem pelos outros apenados é muito comum nas prisões que não têm celas específicas. São forçadas a carregar células e drogas dentro do anus. Não consideram a identidade de gênero, fazer um chamamento para o nome de registro masculino, tem uma série de pesquisas que mostravam que estava faltando esse olhar, o governo não tinha dados oficiais produzidos dentro de uma análise, e foi por isso que surgiu esse trabalho”, explica.

O trabalho tem duas frentes. A primeira é um questionário enviado pelo MDH aos governos estaduais e repassado dos governos aos presídios. Em seguida, Gustavo visita os presídios, analisa as condições físicas e sociais e entrevista os presos. O consultor já concluiu o trabalho nas regiões sul e centro-oeste e agora iniciou a região nordeste. Para ele, o principal entrave para a melhora nas condições é o “peso da lei”, mas defende que o Brasil, na América Latina, foi o país que mais avançou na questão.

“Hoje no Brasil a gente tem uma resolução que não tem peso de lei, que orienta os presídios a terem um tratamento penal adequado, as prisões não são obrigadas a cumprir, então parte [do trabalho], além de analisar a experiência a gente também tenta ver como as prisões tem se adequando às orientações. O Brasil é um dos países que mais avançou na América Latina nas questões das pessoas LGBTIs em privação de liberdade”, diz.

Educação para acabar com o preconceito – No IPCG diversas associações, além da Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT, ligada ao governo do estado, desenvolvem atividades, palestras e materiais educativos para melhorar a rotina dessa parcela dentro do presídio. Um exemplo é a tentativa de restabelecer o vínculo familiar. A maior parte das travestis não tem relação com a família, um vínculo rompido, muitas vezes, antes de começarem a cumprir a pena.

Mais uma vez, conforme relatou, Loira é exceção. Ela conta ter sido bem aceita pela família desde o começo, e, além disso, sempre trabalhou como promotora de eventos.

“Tinha [estrutura], tinha sim, a minha família sempre me apoiou, só tinha um irmão que era o mais velho que não aceitava, ele achava que quando eu crescesse eu ia pra avenida me prostituir, ia ser igual várias travestis são. Mas eu sempre trabalhei, tive um emprego, aí entrei no mundo do crime que é o mundo das drogas, aí foi o que me levou pro presídio”, conta ela, que cumpre pena por tráfico e associação para o tráfico.

O trabalho educativo com os outros presos, ainda assim, não avançou e pode ser uma das explicações do preconceito que ainda predomina. Assistente social do IPCG, Liliâne Amarília afirma que quando começou a trabalhar no presídio, até o horário do “banho de sol” era diferente para as travestis.

“A gente já fez algumas... entregou algumas coisas, é muitos [número de presos], mas a gente tenta conscientizar aos poucos. Mas palestra com os outros não, a gente trabalha mais mesmo com o público LGBTI. Vamos ter que pensar também nessa possibilidade, de trabalhar com os outros, não só com elas”, disse.

Transferências e laços afetivos – No Brasil, ao menos duas decisões judiciais concederam a mulheres transexuais o direito de serem transferidas para penitenciárias femininas. Esses pedidos, ainda assim, são exceções. A maioria das mulheres travestis e transexuais não querem cumprir pena com outras mulheres e o motivo é bem simples: é com os homens que a grande maioria busca se relacionar.

Loira ri quando conta sobre o namorado que ela conheceu no IPCG. Agora, ele progrediu para o regime semiaberto, cumpre pena no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira, e espera pela autorização judicial para visitar a namorada.

“Não [vontade de serem transferidas para um presídio feminino], eu não, quero não”, conta, rindo. “É por isso [ficar mais perto dos homens]”, ri novamente. “Conseguem [ser transferidas], mas elas vão pra lá e depois querem voltar, queriam voltar para o masculino de novo, porque não deu certo no feminino, porque lá não tem como você se relacionar com ninguém”, relata.

Gustavo afirma que os laços afetivos construídos dentro dos presídios são, muitas vezes, os únicos que elas possuem.

"Muitas mulheres trans e travestis são abandonadas pela família e as poucas que tem vínculo quando são presas perdem o vínculo, não recebem visita. Então os vínculos que desenvolvem são com os companheiros, porque são a única figura feminina, desenvolvem laços afetivos com os presos e esses laços são muito caros. Se elas forem transferidas perdem esses laços e também tem a questão dessa ideia de que uma prisão feminina trataria uma mulher trans mais como mulher, mas não tem como garantir. As próprias mulheres que são presas tem faltas graves, nada garante que uma mulher trans vai ter bom tratamento", explica.

Aqui, novamente, os relacionamentos esbarram na discriminação e até na violência. "No começo", contou Loira, os presos que se relacionavam com as travestis apanhavam dos outros companheiros.

"Eles têm que aceitar [outros presos], porque é uma opinião da gente, a gente quer. No começo não aceitavam não, no começo quando iam pra cela 4, tinha aquele negócio: 'você vai pra cela 4, pra cela dos viados, você tem que apanhar'. Agora não, é normal, você arruma uma pessoa, quer ir pra lá, a população toda aceita", comenta.

O espaço apertado – Gustavo não quis adiantar "a análise" do IPCC, mas afirma que a cela separada e a transparência com que foi recebido já podem ser considerados avanços. Ele também elogiou o fato do Instituto ser considerado unidade de referência e promover transferências de presos.

"O Mato Grosso do Sul me recebeu com bastante transparência, sobretudo para os direitos humanos. Tanto a secretaria de segurança quanto a unidade me atenderam de forma transparente, tive acesso in loco às alas, às celas, dentro da cela. É difícil trazer políticas institucionais para as prisões porque não sabemos tudo que acontece dentro. Tem essa característica de unidade referência, de fomentar a transferência, e não é uma coisa que acontece em todas as regiões do Brasil", disse.

Loira é otimista sobre a rotina. Seu sonho de liberdade é voltar para o trabalho e viajar pelo estado, como fazia antes. Para espantar a tristeza, quando ela vem, assiste novelas e lê. Enquanto a liberdade não chega, Loira espera pelo fim do preconceito e por mais espaço, literal – com capacidade para 406 presos, 1450 vivem hoje no IPCC - e figurado, dentro do presídio.

"Tem bastante coisa que tem que mudar. Lá nós temos uma cela que está superlotada, não é só nossa cela, é o presídio todo. Tem que melhorar o respeito", declarou.



A entrada do IPCC em Campo Grande (Foto: Henrique Kawaminami)

Figura 23. Duro não é ser mãe, mais difícil ainda é ser mãe de “preto ou gay”

Menu

Busca

Duro não é ser mãe, mais difícil ainda é ser mãe de “preto ou de gay”

Histórias de 2 mães que levantam bandeira da igualdade para que os filhos não sofram por causa da cor da pele ou orientação sexual

Por Thailia Torres | 12/05/2019 07:13

Ser mãe nunca foi fácil e o desafio fica bem mais complicado quando o coração tem motivo extra para apertar toda vez que o filho sai de casa. Mãe de negro sofre com racismo que teima em machucar até uma criança. Mãe de gay pena diante da rejeição e da zombaria que começa na [escola](#) e ganha força, inclusive, dentro da família.

Ao lado do marido, a advogada Sílvia Constantino, de 37 anos, mãe do Kayodê, de 13, e Arakan, de 16, começou a desenhar a resistência dos meninos já no batismo, com os nomes de origem africana. A autônoma Angelita Marques do Reis, de 49 anos, descobriu que teria de ser ainda mais guerreira quando o engenheiro civil Marcos Marcos Mota Medalha Junior, de 24 anos, assumiu ser gay ainda na adolescência.

Na casa de Sílvia todos são negros, mesmo que no registro de nascimento conste pardo. “Eu sou negra de origem de família humilde e o meu marido também, a gente trabalhou e conquistou algumas coisas porque tivemos oportunidade, justamente o que o negro precisa ter. Então, muitas vezes a gente tem que ser duas ou três vezes melhor que um branco para ganhar um espaço. E esse é o discurso dentro de casa com as crianças”, descreve Sílvia.

Ela reproduz discursos que são comuns entre mães que sabem das diferenças impostas nas ruas. “Eu sempre digo a eles que a gente vive um momento de ódio, em que as pessoas são intolerantes. Nós, enquanto negro, temos que ter muito cuidado. Porque se o negro está parado ele é suspeito e se corre é bandido”, pontua. “Numa abordagem à noite, não vão parar o branco com os olhos claros, vão abordar o negro que está com a mochila nas costas”.

Toda vez que os meninos deixam a casa da mãe a frase “já sei” é repetida por eles, ainda assim, Sílvia não se priva de reforçar os cuidados. “Até com o modo de vestir deles eu tenho que me preocupar. Por mais que eles tenham uma formação, ninguém vai conversar antes de abordá-los. Então, a gente tem que se precaver diante de toda essa violência, se eu fechar os olhos para isso, eu posso deixar meus filhos na [escola](#) e não os ver mais”.

Além de muita conversa, Sílvia e o marido fazem da reflexão uma rotina na vida dos filhos. “A gente faz questão de ensinar a história, quem nós somos, de onde viemos e qual a importância do negro no Brasil”.

Como a família inteira é negra, uma simples ida a um restaurante da cidade é oportunidade para os quatro refletirem juntos sobre o racismo. “Quando a gente entra em alguns restaurantes, praticamente todas as pessoas param para olhar. Mas elas não olham porque somos bonitos, e sim porque somos diferentes e o fato de estarmos no lugar incomoda”, explica.

Nesse momento, fazer contas enquanto aguardam o pedido se torna fundamental para os meninos. “Quantos negros você vê aqui?”, questiona a mãe. “E quem são as pessoas que estão nos servindo?”, completa.

O questionamento descreve de forma muito didática a falta de oportunidade do negro no mercado de trabalho. “É nessa hora que eu tenho chance de mostrar a eles, mesmo no meio do nosso [lazer](#), que a gente precisa sair dessa linha servil. Negros também podem ser médicos, advogados, procuradores, juizes ou qualquer outra profissão”.

Como mãe, mulher negra e criadora de uma Comissão da Igualdade Racial na Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso do Sul (OAB-MS), Sílvia não abre mão de defender os filhos, mas faz com que cada conversa e discurso dentro de casa se transforme em força para que eles lidem sozinhos lá fora, quando, em algum momento, o mundo tratá-los com diferença. “Não basta ser negro, tem que se reconhecer como. E a partir do momento que você se reconhece, você começa a ter postura para se posicionar, e isso é muito claro dentro de casa. Eu faço eles terem noção do perigo e que racismo e injúria racial são crimes, e que eles não podem achar que é uma brincadeira”.

Meu filho é gay - No coração de Angelita, mãe do Marcos, mora o mesmo aperto. Desde que o filho assumiu a orientação sexual, ela nunca mais deixou de se preocupar quando ele sai de casa. Onde há intolerância, o número de agressões e assassinatos a pessoas LGBT assusta.

Mas para Angelita o que mais dói é a tentativa do mundo de privar o filho de amar. Ela ainda se recorda das primeiras vezes que pessoas próximas souberam que o filho era gay. "Uma delas disse que não tinha problema nenhum ele ser gay, mas que ele não podia ficar se expondo e nem beijar ninguém em público. Ouvir isso me doeu e dói ainda hoje. Como assim o meu filho não tem direito de amar e se comportar da maneira que ele quiser?", questiona.

Ser mãe de um filho gay mostrou a Angelita a verdadeira cara do preconceito, que a fez mudar até sua maneira de se impor, descreve. "O preconceito é terrível, só que mais absurdo é como as pessoas acham que elas não são preconceituosas. Ainda hoje vejo pessoas que se referem a ele e outros amigos como "aquele veadinho", "aquela bicha", em tom de desprezo. Foi nesse momento, que eu busquei conhecimento e entendi que eu só podia minimizar isso ao lado dele".

O início dessa descoberta se assemelha com a história de muitas mães. Angelita percebeu que o filho gostava de meninos no começo da adolescência, mas esperou o momento certo para que Marcos contasse. Quando a revelação chegou, coração de mãe foi a mil. "Não me assustei, mas me preocupei muito com a integridade física dele, a ponto de não querer que ele participasse de caminhadas e parada LGBT com medo de que algo acontecesse com ele na rua".

Mas tudo mudou quando ela resolveu encarar a linha de frente. "Eu digo que literalmente levantei a bandeira, porque percebi que ter medo não ajuda na causa, não resolve o preconceito. Por mais que o mundo seja intolerante, é se posicionando que a gente luta pelo nosso espaço".

Angelita também percebeu diferenças passou a demonstrar sua luta pelo espaço do filho. "Eu sinto que quando estou a frente, mostrando para as pessoas que meu filho é gay e me orgulho disso, as pessoas que me conhecem, mesmo que rede social, tratam meu filho diferente. Se eu estivesse contra ele, com certeza ele estaria mais vulnerável e o outro se sentiria no direito de ferir. Mas comigo na linha de tiro isso ameniza", diz a mãe cheia de orgulho.

Figura 24. Para fim de polêmica em doação de sangue, lei derruba artigo que barra gays

Menu
Busca

CAMPO GRANDE NEWS CONTEÚDO DE VERDADE

Para fim de polêmica em doação de sangue, lei derruba artigo que barra gays

Projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, nesta terça-feira (6)

Por Thailia Torres | 07/08/2019 07:13

São vários os relatos de gays que sentem discriminados na hora de doar sangue. Muitos dizem que são proibidos só pelo fato de serem homossexuais. Outros reclamam do despreparo de profissionais para lidar com doadores que são sinceros sobre a orientação sexual. Tem gente que garante que, quando conseguem, a doação é descartada após a coleta. Para pôr fim a isso, um projeto de lei, apresentado nesta terça-feira (6), na Assembleia Legislativa, quer acabar com a "proibição".

Proposto pelo deputado João Henrique (PL), a medida determina que os critérios para doação de sangue "deverão ser baseados em evidências científicas". Se aprovado, o projeto não permite a exclusão de doador por qualquer tipo de preconceito por etnia, cor, gênero, orientação sexual ou "qualquer outro pretexto discriminatório".

A intenção, segundo o deputado, é excluir em Mato Grosso do Sul os requisitos da portaria do Ministério da **Saúde** que considera inapto temporário por 12 meses "homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes".

O autor justifica que o requisito afronta o direito fundamental da igualdade. "E em razão do desrespeito ao direito da dignidade da pessoa humana que está ocorrendo na triagem de doadores em todo território nacional, a lei é necessária".



Relatos – Mas contrariando a afirmativa, pessoas revelam que a dificuldade é vivenciada apenas por quem, de forma honesta, não quer esconder sua orientação sexual ou de gênero. Publicitário, de 28 anos, que prefere não ser identificado, conta que recentemente tentou doar sangue no hemocentro de Campo Grande e não conseguiu. "Falaram que como eu tinha me relacionado com pessoa do mesmo sexo em menos de 1 ano, eu teria uma 'janela' em que os exames não detectariam uma doença caso eu estivesse. Detalhe que eu namorava há 3 anos e a relação era apenas com 1 pessoa", conta.

Mas outro motivo exposto, que na visão dele escracha o preconceito, foi quando o médico disse que o seu "tipo sanguíneo" não era necessário naquele momento. "Estavam fazendo até campanha para doação de sangue porque estava em falta, e nem souberam revelar qual era o meu tipo sanguíneo, mas na hora entendi que ele se referia ao tipo sanguíneo de um gay".

Já em Três Lagoas, o servidor público, de 31 anos, Clécio Abrahão Ataíde, é homossexual e nos últimos seis anos nunca foi impedido de doar sangue, mas é contra as normativas estabelecidas pelo Ministério da **Saúde**. "Primeiro que ela é inconstitucional. Segundo quem me garante que um relacionamento hétero é blindado contra DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis)? Geneticamente ninguém tem essa certeza. Outra coisa, é feito um exame com o seu sangue e se o próprio órgão não confia no exame que é feito, precisamos questionar outras coisas".

Clécio garante que quando vai doar, respeita todas as regras para ser aceito na triagem, mas já ouviu inúmeros relatos de amigos que, fora do Estado, sofrem barreiras. "Nunca sofri restrições, respeito as regras porque é uma escolha minha e tenho consciência que estou lidando com vidas, porém, amigos de São Paulo disseram que isso é muito mais incisivo por lá".

Opinião - Na visão de Pablo Pacheco, Presidente do Apolo Jovem, da Rede Apolo (Rede de Homens Gays e Bissexuais de Mato Grosso do Sul), já passou da hora de acabar com a proibição. "Ela foi criada por um preconceito existente de que todo LGBT é 'cheio de doenças pois são promíscuos. Hoje, passou da hora de verem que não é apenas a sexualidade que faz o indivíduo. LGBT ou não, todos estão passíveis a ter doenças".

Para o presidente da Rede Apolo, Diego Gonçalves Rodrigues, a iniciativa pode afetar positivamente as pessoas que querem doar e não conseguem. "São vários fatores a serem considerados nessa proposição, além da possibilidade de haver mais sangue disponível para eventuais receptores (salvar vidas), é possível ter o respeito à dignidade humana, já que até a homofobia passou a ser crime neste país".

A proposta do deputado agora segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Apesar de ser uma portaria federal editada pelo Ministério da **Saúde**, o deputado diz que "há competência constitucional concorrente para legislar sobre saúde", afirmou.

Ele ainda argumenta que são em média mais de 18 milhões de litros de sangue desperdiçados no Brasil e defende igualdade na hora da doação. "Imagina o quão grosseiro e discriminatório é não poder doar por causa da sua orientação sexual. Imaginar essa cena na prática, a partir de vários relatos e por ser um doador assíduo desde os meus 18 anos, me fez começar a estudar com profundidade a defesa dessas pessoas. No momento em que é possível ajudar, um cidadão tem que se submeter a uma política de **saúde** em que há exclusão", pontua.

Também já existe no STF (Supremo Tribunal Federal) uma ação direta de inconstitucionalidade, movida pelo PPS (Partido Popular Socialista), para considerar essa portaria inconstitucional. Já votaram 5 ministros: 4 consideram a portaria inconstitucional e 1 considera apenas parte da ação. No entanto, o julgamento está suspenso por um pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes desde de outubro de 2017.

O Hemosul de Campo Grande se posicionou dizendo que a rede apenas segue as normativas federais e que a "triagem considera apto ou não apto a doar de acordo com o comportamento sexual e não a orientação sexual", comentou.

E também afirma que há uma "confusão" com relação ao que é preconceito, uma vez que a triagem também considera inapto, por 12 meses, a pessoa (seja homem ou mulher) "que tenha feito sexo com um ou mais parceiros ocasionais ou desconhecidos ou seus respectivos parceiros sexuais".

Figura 25. Na busca por liberdade como mulher trans, Márcia viu todas as amigas morrerem

Menu

Busca

Na busca por liberdade como mulher trans, Márcia viu todas as amigas morrerem

Desafiando estatística, a cabeleireira tem o privilégio de envelhecer como mulher trans, algo difícil na década de 1980

Por Danielle Valentim | 09/09/2019 08:32

Aos 16 anos, Márcia Maria Baltazar Pires, hoje com 53, já aplicava no próprio corpo qualquer hormônio que "dava peito". Na busca incessante para igualar o corpo à essência ou simplesmente de tentar sobreviver como uma mulher trans na década de 1980, a cabeleira viu todas as amigas de sua geração morrerem.

A cabeleireira desafia estatísticas, vive um dia de cada vez e garante que a maturidade trouxe calma ao coração. "Eu tenho 53 anos e lá atrás não tinha nem nomenclatura. Se eu chegasse no médico e dissesse: doutor, eu quero fazer uma terapia hormonal. Ele me internava como louca. Mas isso não é tão antigo assim. Ainda hoje, muitas pessoas trans não procuram atendimento para as doses corretas de hormônio", conta.

O risco era o de menos, diante da vontade de mudar de corpo. "Uma ia falando para outra o que tinha dado certo e íamos tentando. As colegas achavam que quanto mais hormônio tomassem, eles iriam explodir e virar a globeleza. Hoje, temos informação de que uma overdose de hormônio feminino, transmuta para testosterona, ou seja, dá o resultado reverso. Antes ninguém sabia disso", conta.

O fato de não poder ser completamente quem é, incomodou Márcia por muitos anos. Aos 23 anos, em meio a uma crise de depressão tentou até se amputar. "Quando se toca no assunto da cirurgia de redesignação, as pessoas julgam achando que se limita ao sexual. E não é. A cirurgia é para que de uma vez por todos você se reconheça, pelo que você é, e o que você sente. Ao longo na minha vida isso me privou muito, porque eu não era nem uma coisa, nem outra. A travesti, por exemplo, é diferente. Ela está feliz do jeito que ela é. Ela gosta da aparência feminina, mas ela não quer ser mulher.", explica.

Prisão perpétua - Márcia costuma comparar a vida de uma mulher trans, que ainda não passou pela cirurgia, a uma prisão perpétua. O procedimento de redesignação sexual é a libertação do cativo.

"Se olhar no espelho e não se reconhecer, é uma prisão perpétua. Essa cirurgia é como ser liberta de um cativo. Me incomoda o uso da Bíblia para a justificar a ignorância das pessoas. Ser transexual é lutar todos os dias contra uma sociedade machista, transfóbica e uma transfobia que não vem somente dos héteros. Porque também existe a transfobia do menino gay para a mulher trans. Eu acredito que eles acham que a trans é uma desertora da militância gay", pontua.

Não há vagas - O emprego é sobrevivência. Mas o preconceito, exclusão e dificuldade no acesso à **educação** são desafios diários, não somente a transexuais, mas a travesti e transgêneros.

"Aí ninguém sabe porque a maioria cai na prostituição. Todo mundo tem conta para pagar e mesmo assim ninguém dá emprego para ela. Eu ainda faço parte da minoria que não teve esse problema. Porque eu além de buscar outros caminhos tive muito apoio familiar, principalmente dos meus irmãos e do meu pai", conta.

Apoio - Nascida em um lar com cinco irmãos, Márcia faz parte de uma minoria que recebeu apoio da família. A cabeleireira e o pai sempre tiveram problemas, mas a partir do momento em que ela assumiu sua transexualidade, o jogo virou e o genitor entendeu que ele teria uma filha para proteger.

"Eu tinha medo que meu pai descobrisse, porque ele era o general de um quartel, afinal tive cinco irmãos. Nós nunca nos entendíamos, mas depois que eu me assumi, tudo mudou. Parece que ele tinha ganhado uma filha para proteger e acabaram as nossas diferenças", conta.

Medo - O Brasil ainda é o país que mais mata LGBT+ no mundo. Mas Márcia afirma que a violência mudou de contexto. Há 30 anos, as "travestis" como todas as transexuais eram chamadas só poderiam ser vistas nas ruas com fama de ponto de prostituição.

"Eu me esforcei muito para ser um menino, porque eu sou de uma época que não se tinha a liberdade de hoje. Na minha época eu não colocava o pé para fora de casa, por medo. Sou da época que era divertido bater em pessoas como eu, era divertido matar pessoas como eu e mais ainda era impune porque matar alguém de nós "era um livramento" para a sociedade. Você corria das pessoas e até da polícia. Hoje sou livre, eu não andava de ônibus. Antes, quando não era um pseudo-religioso apontando o dedo, era um marginal querendo se divertir as suas custas", frisa.

A violência por parte da polícia era explícita. Se aproximar de uma viatura, por exemplo, era certeza de um tapa no rosto. Mas tinha alguns que salvavam, garante Márcia.

"Certa vez estava em um bar e ocorreu uma batida policial, enquanto eu estava no banheiro. Quando voltei o estabelecimento estava vazio e todos ao lado de fora na parede. Como eu não sabia se deveria ir para o lado feminino ou masculino decidi me sentar. O oficial responsável pela equipe se aproximou e veio conversar comigo. Ele chegou a dizer que o bar não era um bom lugar para eu frequentar, então, eu percebi que de alguma forma ele me protegeu, me deu um toque. Esse era um em um milhão. Às vezes eles nem desciam da viatura. Eles te chamavam na janela, pediam para você abaixar como se fossem pedir informação e te acertavam com um tapa no rosto. Eu aprendi a ficar em uma certa distância e dizia que era boa de audição. Mas vi muitas apanharem por diversão", lembra.

As histórias vividas por Márcia preenchem, facilmente, um livro de sobrevivência. Ela mesma, admite não saber como ainda está viva.

"Já aconteceu de eu estar indo para casa e um motorista gritar: e aí, viado, olha o presente para você! Ele sacou uma arma e naquele momento eu travei e escutei o zumbido da bala passando por mim. Trans em mudo hétero não existia. Se eu estivesse na 7 de Setembro, tudo bem, mas se eu estivesse fora desse contexto, as pessoas não aceitavam. Outra vez, eu andava pela calçada quando um carro se aproximou e com um cinto me acertou nas costas com a fivela. Sorte minha que estava com jaqueta grossa", lembra.

Tratamento é vida – A cabeleireira garante que a importância do ambulatório é extrema. A transexualidade sem tratamento, mata.

"Tem suas deficiências? Tem. Mas já é um passo para a **saúde pública**, mesmo. É difícil ver comentários em matérias de que o hospital está sendo ocupado com coisas desnecessárias. A transexualidade sem tratamento, mata. Mata de depressão, mata por medicamentos, mata por conta do silicone industrial. Eu sou a última dos moicanos, sou uma sobrevivente. Eu não tenho mais amigas, porque da minha geração todas já morreram. Assassinadas nas ruas ou por aplicarem medicação ou silicone por conta própria", conta.

Márcia chegou ao ambulatório no HU há dois anos e está mais que preparada para a redesignação sexual. Porém, a demanda é alta e a fila chega a 2023. A cirurgia é um sonho, mas a maturidade já acalmou o coração de Márcia.

"A fila do **SUS** é astronômica, mas se eu tiver pressa eles dão o encaminhamento dizendo que eu inicie o processo aqui e me mandam para algum lugar, porém uma das coisas que maturidade me trouxe é a calma. O desespero de querer tudo para ontem já se foi. A cirurgia é um sonho e estou esperando. O médico achou que eu ia desistir e eu disse para ele que se a cirurgia fosse marcada eu só perguntaria: onde é a sala?", garante.

A primeira parte do tratamento hormonal de Márcia foram os exames. A partir dos resultados, o ginecologista dr. Ricardo, responsável pelo ambulatório, passa a dosagem correta. Não há um padrão. "No meu caso eu já tenho pouca testosterona, é quase ao nível de uma mulher cis, na menopausa. Mas eu tenho amigas minhas que tomam 200 ml do mesmo hormônio", explica.

Márcia já sabe o quer e o tratamento assinou embaixo. Porém, a cabeleireira garante que para a nova geração, o acompanhamento de dois anos é primordial. "Muitos estão indo pela modinha, glamour e estão se arrependendo. A redesignação é irreversível, não é brincadeira. Muitas se arrependem. No Brasil nem tanto porque há esse acompanhamento de dois anos, mas fora do Brasil, que basta ter *cash*, são muitos casos de arrependimento. A questão trans não é simplesmente ter uma vagina. Vai muito além disso é a minha essência. A minha essência tem de estar correspondendo", finaliza.

Tratamento em Campo Grande - O Ambulatório Transexualizador do Humap-**UFMS** realiza atendimentos psicológicos desde janeiro de 2017. Em abril de 2017 começou a oferecer tratamento hormonal.

O Humap-**UFMS** agora integra a pequena lista de hospitais públicos que podem realizar o procedimento cirúrgico. Antes apenas hospitais de Goiânia, Porto Alegre, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre estavam aptos.

Os pacientes que desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual são primeiramente acolhidos por assistentes sociais, depois passam por consultas com psicólogos e, posteriormente, iniciam o tratamento hormonal. Em homens trans (que nasceram mulheres) é aplicada testosterona injetável. Já nas mulheres trans (que nasceram homens) é utilizado estrogênio e um antiandrogênico (espironolactona ou ciproterona).

Antes de começar a atender, o Ambulatório Transexualizador já tinha uma demanda de aproximadamente 300 transexuais. A ATMS (Associação dos Transexuais de Mato Grosso do Sul) é a maior responsável pelos encaminhamentos.

Qualquer cidadão que procurar o sistema de **saúde** público apresentando a queixa de incompatibilidade entre o sexo anatômico e o sentimento de pertencimento ao sexo oposto ao do nascimento tem o direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.

Em maio, uma equipe de mastologistas, cirurgiões, enfermeiros, anestesistas e instrumentadores do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Humap-UFMS), realizaram a primeira mastectomia (cirurgia para retirada das mamas) em um paciente transexual na rede pública de saúde do estado de Mato Grosso do Sul.

Entenda as diferenças entre gênero, identidade e orientação:

Gênero: Construção social e cultural ligada às características do órgão sexual biológico de uma pessoa - aquele que receber ao nascer.

Identidade de gênero: É o gênero com o qual a pessoa se identifica. Não é relativo ao outro, mas sobre como ela reconhece a si mesma, independente do órgão sexual biológico.

Transexual/ transgênero: Quem não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Mulheres trans são aquelas que foram designadas como homens, mas se reconhecem como mulheres; homens trans foram designados mulheres ao nascer, mas se reconhecem como homens.

Cisgênero: Quem se identifica com gênero que lhe foi atribuído ao nascer. por exemplo, uma mulher cis é aquela pessoa designada mulher e que se reconhece como uma.

Orientação sexual: É o sexo pelo qual a pessoa sente atração. Está diretamente relacionado à preferência em relação ao outro. Pode ser heterossexual, homossexual, bissexual etc.

Figura 26. Melhor drag de MS, Eder era “sensacional como pessoa e artista”, dizem amigos

Menu
Busca



Melhor drag de MS, Eder era “sensacional como pessoa e artista”, dizem amigos

Eder Henrique Coenga foi morto com 2 tiros no peito, no começo da noite desta sexta-feira (20)

Por Adriano Fernandes | 20/12/2019 23:18

Morto a tiros no começo da noite desta sexta-feira (20), Eder Henrique Coenga ou Apollo Black, sua personagem, partiu como exemplo de orgulho e inspiração para muitos amigos e admiradores. Mesmo jovem, aos 27 anos o garoto era considerado um dos mais experientes na arte drag queen da Capital. “Um ser humano querido e artista sensacional”, garantem os amigos.

Eder foi morto com um tiro no peito, por volta das 19h na Rua Frederico Soares, no Bairro Santa Fé, em Campo Grande. Segundo testemunhas, o atirador estava em uma moto e a polícia ainda investiga as motivações para o crime. A suspeita, segundo amigos, é de que ele estivesse indo para a casa da mãe após ter saído do emprego, no [Shopping Campo Grande](#). Mas a incerteza das circunstâncias só não é maior do que a dor da perda e a tristeza.

“Ele era um artista sensacional, grandioso, respeitoso, não tinha medo de fazer nenhum tipo de espetáculo. Todos os convites que ele aceitou ele desempenhou com maestria. Não tem como falar sobre ele, sem mencionar que ele era um dos melhores”, comenta Frank Rossatte, amigo próximo e titular da subsecretaria de políticas públicas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) da Capital.

Frank lembra que o jovem era um dos representantes de duas importantes fases do cenário LGBT de Campo Grande: quando os shows de drags eram sucesso de público no Bistrô - casa noturna fechada em 2012 – e, mais recentemente com o retorno do movimento, há cerca de 3 anos.

“Ele teve uma trajetória importante em vários momentos da arte drag. Sempre se esforçou muito nos palcos e chegou a parar de se montar por uns 5 ou 6 anos até que eu o convidei para voltar a participar ano passado. Ele concorreu no concurso Drag Star MS 2018 e foi eleito a melhor drag queen do Estado. Ele consagrou a trajetória dele com esse título”, diz Frank.

Desde o retorno para os palcos, Eder e sua glamurosa Apollo Black abrilhantava as noites da Pink Lemonade, antigo Sis Lounge. “Era uma drag queen dedicada, polida, fazia a arte dela muito profissionalmente além de ser uma pessoa muito querida. Foi um choque muito grande”, resume Deko Giordan, dono da casa noturna. Por conta da morte do jovem a boate não abrirá nesta noite.

Nas redes sociais as inúmeras mensagens de carinho, refletem a admiração dos amigos do jovem. “Um artista e tanto, com um talento imenso. Uma pessoa incrível, zero defeitos, se foi, mas vai continuar brilhando em nossos corações”, disse um amigo. “Só quem teve a honra de fazer parte da sua trajetória sabe o quanto você era um ser humano maravilhoso. Você vai deixar saudades em muitos corações. Descanse em paz e que Deus te receba de braços abertos”, disse outro colega.



Eder Henrique Coenga foi morto com dois tiros no peito. (Foto: Reprodução/Facebook)